FOUCAULT EM CASA: ASPECTOS DISCURSIVOS DA CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES (2004-2006)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

Instituto Rio Branco

Diretor-Geral Embaixador Georges Lamazière

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

RONALDO VIEIRA

Foucault em casa:
aspectos discursivos da construção da comunidade sul-americana de nações (2004-2006)

Brasília, 2010

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Capa:
João Alves Pedrosa - A Pomba da Paz
Bronze polido - 45 x 20 x 50 cm - 1954

Equipe Técnica:
Maria Marta Cezar Lopes
Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves
Erika Silva Nascimento
Fabio Fonseca Rodrigues
Júlia Lima Thomaz de Godoy
Juliana Corrêa de Freitas

Programação Visual e Diagramação:
Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2010

V718f Vieira, Ronaldo.
Foucault em casa: aspectos discursivos da construção da comunidade sul-americana de nações (2004-2006) / Ronaldo Vieira.-- Brasília : FUNAG, 2010
136p. : I

ISBN: 978.85.7631.224-6

1. Relações internacionais. 2. Construtivismo. 3. Comunidade Sul-Americana de Nações. I. Título.

CDU: 327

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Buscar, em cada caminho, a companhia possível
Fazer desse ato um rito ideal
Ser fiel a si mesmo.

Porque, ao fim e ao cabo, são as pessoas que importam.

Agradeço a dois entes:

‘Deus’ e ‘todo mundo’

A quem se identificar com esses dois entes,
muito obrigado!

Sumário

Prefácio, 11

Introdução, 13

Capítulo 1

1 - Capítulo Teórico, 19
- 1.1 - Explaining versus understanding, 21
- 1.2 - Síntese histórica da Teoria de Relações Internacionais, 24
- 1.3 - Os grandes debates em Teoria das Relações Internacionais, 25
- 1.4 - Construtivismo, 29
  - 1.4.1 - Síntese teórica, 34
- 1.5 - Conclusão do capítulo, 40

Capítulo 2

2 - Capítulo Metodológico, 43
- 2.1 - Sobre o discurso, 44
  - 2.1.1 - Foucault e o discurso, 45
  - 2.1.2 - Sobre a análise do discurso, 50
- 2.2 - Aplicação da teoria do discurso à metodologia de pesquisa, 52

Capítulo 3

3 - Contextualização Histórica, 55
3.1 - Surgimento do regionalismo contemporâneo, 55
3.2 - Surgimento da CASA, 58
3.3 - Contextualização histórica do termo América do Sul, 62

Capítulo 4

4 - Capítulo Analítico, 73
4.1 - Gênero das Declarações fundadoras da CASA, 75
4.1.1- Primeira parte da Declaração de Cusco, 79
4.1.2 - Segunda Parte da Declaração de Cusco, 83
4.1.3 - Terceira parte da Declaração de Cusco, 84
4.2 - Análise da Declaração de Ayacucho, 86
4.3 - Considerações sobre o mito fundador, 89
4.4 - Revista DEP, 94
4.5 - Análise da Revista DEP, 96
4.6 - Contraste Entre as Análises das Declarações e da Revista DEP, 105

Conclusão, 109

Referências, 115

Anexos, 127

Prefácio

Esta pesquisa tem como propósito refletir sobre alguns processos discursivos na formação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA - 2004-2006), mediante análise dos documentos fundadores, a saber, Declaração de Cusco e Declaração de Ayacucho, bem como a análise da 4ª edição da revista DEP (Diplomacia Estratégia e Política), documento que reflete, discursivamente, o grau de incorporação das ideias e das lógicas de integração regional Sul-Americana por parte de agentes envolvidos nesse processo político. O arcabouço teórico do estudo constitui resultado interdisciplinar entre o campo de estudos das Relações Internacionais (TRI), mais especificamente a Teoria Construtivista (Onuf 1989), Kratochivil (1989), o campo da Teoria do Discurso (Foucault 1969, 1972) e o campo da Teoria de Análise do Discurso Crítica (Fairclough 2003). Desenvolvendo uma pesquisa interpretativa, os textos são analisados por meio do significado acional, significado representacional e significado identificacional (Fairclough, 2003), e o discurso é compreendido como o mecanismo que, dialeticamente, restringe e possibilita a existência dos sentidos possíveis que habitam as formas linguísticas. O corpus escolhido se relaciona com algo que o transcende e que o conforma, como a chave hermenêutica: a história. A história é o lugar de manifestação dos discursos. O discurso, por sua vez é lugar onde o passado, o presente e o futuro se confluem na dinâmica dos processos sociais de interação. Lugar também de reencontros e mudanças. A pesquisa tenta dar conta desse fenômeno para corroborar uma orientação, minimamente que seja, da política externa brasileira, no que se refere à construção de uma instituição regional Sul-Americana.

Introdução

A Declaração de Curso e a Declaração de Ayacucho lançaram as bases de uma ideia de América do Sul como discurso fundador de um novo paradigma de relações internacionais para a região Sul-Americana. Esse paradigma não surge do nada. Ele, parafraseando Foucault (1969), emerge como um conjunto de enunciados históricos, resultado de vários entrelaçamentos discursivos. Um eterno retorno que nunca volta ao ponto de origem.

O discurso dos documentos e das práticas discursivas relativas à América do Sul contemporânea reflete uma sinergia de forças dos países sul-americanos em reação a forças globalizadoras e a forças hegemônicas regionais. Neste trabalho, pretendo identificar, mediante estudo do discurso sul-americano fundador, a proposta integracionista para, em seguida, identificar suas condições de circulação entre os atores sociais envolvidos no processo. Para tanto, são analisadas as referidas Declarações, consideradas para efeito deste trabalho como fundadoras do regionalismo sul-americano, e também a quarta edição da Revista DEP (Diplomacia, Estratégia e Política), abril/junho 2006, como discurso que circula na sociedade.

A seleção do corpus determina o período sobre o qual me debruçarei para as análises. É sabido que no ano de 2007, na Cúpula de Isla Marguerita, foi assinado um documento que muda o nome Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) para União Sul-Americana de Nações (UNASUL). É

válido mencionar que esse processo mais recente não foi contemplado pela pesquisa que ora se apresenta ao leitor. Por quê? Há vários motivos. Em síntese, a pesquisa desenvolve-se a partir da problematização do discurso fundador da CASA. Concentro-me, portanto, nos aspectos simbólicos presentes nas referidas Declarações. Ademais, optei por concentrar-me no período 2004-2006. Estudar a história presente dos processos diplomáticos poderia causar interpretações muito precipitadas, pois o assunto ainda está em fase de assimilação. Considero, no entanto, que a discussão que ora apresento reveste-se de importância histórica. Esta dissertação consiste em exercício de reflexão e seu propósito é orientar o olhar para aspectos que nem sempre aparecem nas discussões políticas, ou, quando aparecem, são marcadas por imprecisões.

Por essa razão, dedico o capítulo I à narração reflexiva das Teorias de Relações Internacionais (TRI) com as quais trabalho na presente pesquisa. Acredito que ao tomar contato com o primeiro capítulo o leitor perceberá como o pensamento se processa na autoria do processo investigativo. A visão panorâmica que apresento tem a função de familiarizar o leitor com as ideias e os modos de pensamento do autor. Busco refletir sobre as contribuições, bem como sobre as fronteiras, que as teorias das relações internacionais apontam para objeto tão fluido e dinâmico. Utilizarei o arcabouço teórico de Onuf (1989) e Kratochwil (1989) como referenciais do campo do saber construtivista, sem deixar, no entanto, de enunciar as minhas ideias sobre o tema em tela.

A Teoria Construtivista é a corrente de estudo das relações internacionais adotada para a pesquisa. Uma das propostas do Construtivismo é mostrar que as relações internacionais são processos de construção das relações sociais. Não há uma pretensão da Teoria em se consubstanciar uma "disciplina" no campo de TRI. O instrumental construtivista permite avaliar certos aspectos, considerados periféricos quando vistos de uma perspectiva tradicional. Isso é possível porque o Construtivismo parte do princípio de que as relações sociais são construídas ao longo do tempo pelas interações humanas. O lugar da estrutura é relativizado em função das possibilidades que os atores sociais têm de provocar mudanças e criar novas formas de interação.

O estudo do discurso na concepção foucaultiana, capítulo II deste trabalho, entrará como parte fundamental do exercício reflexivo, principalmente servindo como conceito para buscar positivar a materialidade e a historicidade

dos eventos sociais na linguagem. Ademais, utilizarei a Teoria de Análise do Discurso Crítica (ADC) como instrumental de análise. A dissertação se caracterizará pela combinação de descrição e interpretação. A descrição dos fenômenos discursivos deve ser acompanhada por estudo qualitativo das condições de produção e dos efeitos possíveis no mundo ontológico, clivados pela história.

O capítulo III versará sobre a história dos regionalismos abaixo do Rio Grande, em uma versão panorâmica. Embora nomeado de histórico, constitui um estudo analítico/interpretativo das práticas discursivas regionalistas. O objetivo desse capítulo não é relacionar, exaustivamente, todos os eventos correlatos que tomaram materialidade no transcurso do tempo, mas investigar como os pensamentos regionalistas foram adquirindo forma e legitimidade na prática diplomática brasileira ao longo da história do Brasil contemporâneo. Obra essencial para a orientação do estudo é a tese de Luis Cláudio Vilafañe Santos (2005) do Curso de Altos Estudos (CAE), cujo título é "América do Sul no discurso diplomático brasileiro". Nessa obra, o autor procura, na história, os sentidos acumulados ao fazer regionalista, ao longo do tempo, no que se refere à política regional sul e latino- americana. Argumentar sobre a América do Sul, passa necessariamente pelo estudo dos outros regionalismos empreendidos na região. Ademais, minha preocupação é descrever fenômenos relativos que habitam os dizeres atuais e marcam as ações dos formuladores de política externa brasileira, como o recurso ao mito e o forjamento de uma história comum.

No capítulo IV, continuarei o processo investigativo, usando a concepção de discurso de Foucault e o instrumental de análise oferecido pela ADC. Concentro-me na análise dos textos, tantos os fundadores quanto os da revista DEP, com o intuito de identificar discursos e interdiscursos que dão sentido às materialidades linguísticas e semióticas. Esse capítulo é o mais extenso e, talvez, o mais árido para a leitura por tratar-se de um estudo mais técnico de análise de texto. No entanto, considero de fundamental importância investigar os enunciados dos pontos de vista da sua aparição e das condições históricas de produção. Nesse capítulo, trato mais detidamente da representação, do gênero e do estilo, enunciados no capítulo II, em associação com o estudo da estrutura, da agência, das regras e da identidade, apresentados no capítulo I.

Por último, na conclusão, procuro sintetizar as ideias discutidas nos capítulos anteriores. Ademais, com um pouco de coragem, arrisco-me em apresentar perspectivas e desafios futuros para o aprofundamento do

regionalismo sul-americano. Encerro a pesquisa, com a certeza truísta de que este tema é de fundamental importância para os formuladores de política externa brasileira. As diretrizes da política externa do Governo Lula apontam para o estreitamento das relações entre os países sul-americanos, em uma perspectiva de união de forças que permita à região maior independência em relação aos países hegemônicos, ao mesmo tempo em que favoreça maior presença desses países nos fóruns multilaterais.

É certo que a ideia de uma comunidade Sul-Americana de nações é de grande importância para os países do bloco. No entanto, não se poderia ignorar que constitui um processo ainda em construção, e como tal, apresenta desafios a serem discutidos, identificados e superados, em um futuro, que julgo, próximo.

O presente estudo não tem a pretensão de ser revelador da realidade objetiva nem da verdade última das coisas. Há um claro caráter hermenêutico, subjetivo, narrativo e propositivo, na pesquisa, inerentes ao meu modo de pensar e de viver a política. A razão que me levou usar saberes de áreas diferentes é tributária ao entendimento de que a diplomacia, como *práxis*, como ação teoricamente orientada, é marcada pela atividade do agente político. Isso faz com que as separações sejam menos necessárias que as articulações dos saberes. Essa perspectiva marca o caráter interdisciplinar das reflexões aqui apresentadas. Este estudo intentará compreender a ação humana, em especial a ação político-diplomática brasileira que, durante o período 2004-2006, envidou esforços para desenvolver atividades em prol da união dos países sul-americanos. Em suma, o presente estudo seguirá o modo de investigação interdisciplinar.

No meu entender filosófico do mundo, vamos produzindo e superando as verdades da realidade humana, na temporalidade das circunstâncias. O objetivo desta dissertação, ao fim e ao cabo, é apresentar sugestões práticas para o desenvolvimento da política externa brasileira. Digno de menção é o fato de este trabalho contemplar a finalização (que é mais um começo do que um fim) do curso de mestrado em diplomacia, oferecido pelo Instituto Rio Branco, curso dedicado à formação diplomática.

Aqui se resumem as qualidades do diplomata como agente político. De acordo com essa maneira de pensar, o agente diplomático deve buscar um conhecimento conciliatório. Nem ser totalmente impulsivo, artista das intuições do momento, nem mero aplicador de modelos teóricos, cientista das universalidades estruturais. Em verdade, as qualidades ideais do diplomata

consistem, paradoxalmente, em não ser ideais. A revisão tanto das certezas quanto do conhecimento adquirido deve ser uma constante na prática do profissional da diplomacia. Estar atento para a diversidade do mundo e para as mudanças históricas dos processos, ao mesmo tempo em que ser capaz de se entregar à intuição quando da formulação das políticas externas. Dito de outra maneira, o diplomata deve ir aos fenômenos, perceber suas condições de produção, investigar as possibilidades de ação e reação quanto aos processos a eles associados.

Diplomacia é arte, de natureza mutável, política, prática. Mas também é ciência, técnica, possui uma linguagem própria. Envolve prudência e talento, que se desenvolvem com a prática. Ao mesmo tempo em que condiciona o real, é também, dialeticamente, condicionada pela própria ação no mundo.

O principal desafio entre a formação diplomática e o estudo político propositivo, que ora se apresenta, consiste, por um lado, em contribuir para a prática política brasileira e, por outro, em criar uma identidade diplomática do estudante de diplomacia. Essa problematização está presente em cada linha desta dissertação. Em verdade, os trabalhos dissertativos do mestrado em diplomacia não têm somente um objetivo, mas vários, e todos acompanhados de desafios grandiosos.

Quanto ao mérito da pesquisa, gostaria de relembrar que o argumento que se intenta relevar é o de que o aprofundamento da inserção regional significa a aproximação cada vez maior da política externa à sociedade. Esse movimento de internalização da política externa do país é imprescindível, pois as consequências da ação diplomática alcançarão toda a sociedade. Ademais, os desafios de uma política pró-ativa na ordem global contemporânea urgem ser consideradas. Políticas externas de países médios como o Brasil, para serem bem-sucedidas, têm de se orientar por duas ações: alianças internacionais sólidas e diversificadas, por um lado, e legitimidade democrática e apoio político interno, por outro.

Para finalizar a introdução, e desejar boa viagem aos leitores deste texto, parece válido citar um excerto de Mariapaola Fimiani, ao tratar do mesmo argumento a propósito da necessidade e dos desafios da filosofia para a vida política, presente nos últimos escritos de Foucault (Collège de France, 1983,1984), intitulados "Coragem de Verdade". A filosofia é fonte necessária para os agentes sociais tomarem posição e criarem um mundo mais condizente com os propósitos, senão cosmopolitas pelo menos regionalistas de integração humana:

"É essa a razão pela qual a vida filosófica não ocupa as fronteiras exteriores da política, mas a penetra e a transforma em sua dimensão mais própria. Pois, na análise genealógica do sujeito, é preciso entender por 'dimensão política' tudo o que tem um elo com o que nós queremos aceitar, recusar ou mudar em nós mesmos, nas coisas no seio das quais estamos situados, no processo que nos atravessa e em nosso presente. Nesse sentido, a política permanece como a tarefa permanente da reflexividade da pessoa e é capaz de manter a conexão entre filosofia e história por meio da 'visão de mergulho' do trabalho ético sobre si" (Fimiani, 2004).

Capítulo Teórico

"A ênfase na ontologia permite uma pluralidade epistemológica. O estabelecimento de pontes entre epistemologia e ontologia possibilita olhar o mundo sem ser refém de nenhuma abordagem específica. Destarte, o Construtivismo é marcado não por um radicalismo epistemológico, mas por um radicalismo ontológico. O Construtivismo não é uma teoria em si, mas um sistema de conceitos e proposições para o estudo das relações sociais e, também das relações internacionais." Ana Cristina Alves (o Debatedouro)

O primeiro capítulo deste trabalho trata das discussões teóricas entre as principais correntes que se dedicam ao estudo das relações internacionais, com especial enfoque na teoria da qual se lança mão para a análise empreendida nesta dissertação, o Construtivismo. As ideias e os conceitos construtivistas são apresentados e discutidos ao longo do capítulo, de modo a evidenciar sua adequação ao estudo da integração na América do Sul e da forma como se vem forjando o regionalismo sul-americano, sobretudo no período 2004-2006.

A construção da identidade regional passa por questões comparáveis, para usar uma analogia, à de um casamento. Estados interessados em formar comunidade com outros têm de socializar interesses, valores e objetivos com os demais Estados-membros do grupo, a um ponto de conhecimento

recíproco das identidades e diferenças. Por isso, a fim de que consigam estabelecer políticas regionais nos âmbitos nacionais, devem levar em conta a ética do dizer verdadeiro e a troca de informação.

Entre as correntes de pensamento de Relações Internacionais (RI), a perspectiva construtivista parece ter mais a contribuir para o estudo da formação do espaço sul-americano que pretendo fazer, porque se interessa tanto pelo aspecto material quanto pelo aspecto simbólico, porque permite ao analista tomar posição, porque não apresenta um modelo fixo de análise, possibilitando ideias criativas, porque se preocupa com a utilização da linguagem como instrumento de construção da realidade política, centrada nos índices de causalidade que a teoria atribui aos fenômenos. Enfim, é uma abordagem reflexiva, pois encara o processo de reflexão sobre determinada realidade como parte já constitutiva dessa realidade. A Teoria construtivista é reflexiva.

O reflexivismo[1], ou reflexividade, consiste na capacidade de os agentes aprenderem sobre os processos, modificando-os a medida que pensam sobre eles e que interagem entre si, haja vista que a interação pressupõe troca de informação e aprendizado. Percebe-se, assim, que o Construtivismo não trabalha com categorias e sistemas estáticos, buscando analisar as questões por meio de processos dinâmicos em constante mudança.

Além do reflexivismo, os estudos construtivistas devem considerar as redes de políticas e as comunidades epistêmicas[2] porque elas podem influenciar os tomadores de decisão no contexto institucional. Sistemas de crenças podem também ser vistos como meios de identificar as linhas da política externa de um país, como, por exemplo, nas atitudes e expectativas dos Estados-membros de uma comunidade. Esses aspectos são passíveis de estudo, mediante técnica de análise de discursos.

[1] Segundo Giddens (1998) os agentes sociais constantemente se recapacitam à luz de novo conhecimento embutido em suas práticas. Com isso, Giddens nos afirma que o conhecimento (especificamente, as Ciências Sociais) tem um papel inestimável não apenas como "leitura" da Modernidade, mas como produção desta, num processo infindável, em que o conhecimento "disponível" é continuamente monitorado contra o pano de fundo das práticas dos agentes. "O futuro é continuamente trazido para o presente pela organização reflexiva dos ambientes de conhecimento".

[2] Comunidade epistêmica é aqui entendida como os grupos sociais que produzem conhecimento correlato às práticas políticas. Nesse sentido, considera-se a revistas como "Política Externa", cursos universitários de Política e Relações Internacionais, mananciais de conhecimento oferecido pela comunidade epistêmica à instância burocrática do Estado. Tais conhecimentos contribuem para a formulação teórica e prática da política externa.

Estados não só são motivados por questões materiais, como também por questões ideológicas. Desse ponto de vista, deve ter-se em mente que a conformação de uma instituição como a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) não leva em consideração somente aspectos e necessidades materiais. Para além desse tipo de demanda, há também valores compartilhados que se procura realizar.

A anarquia internacional é uma construção social, e, como tal, pode ser questionada e mudada, mediante alterações de percepção dos agentes estatais e de outros que com eles se relacionam (Wendt, 1992). Em uma situação de formação de comunidade política, os cidadãos e seus representantes políticos podem preferir outro tipo de relação entre os Estados que compõem este grupo. A instituição formada a partir da união de certos países, obrigatoriamente, levará os Estados a se "subordinarem" a regras tácitas e institucionais que reflitam valores comunitários, em decorrência de processo de efetivo diálogo para estabelecimento de identidades e diferenças em função da vontade, ou mesmo da necessidade de estabelecimento de instituição regional.

Este capítulo constitui uma tentativa de refletir sobre as lógicas dos estudos de Relações Internacionais. No primeiro momento, apresenta-se meta-reflexão sobre a compreensão e o entendimento das relações internacionais, em seguida, traça-se uma visão panorâmica dos principais paradigmas da Teoria de Relações Internacionais, para, por fim, justificar, pelo menos parcialmente, a opção pela corrente teórica construtivista, como substrato teórico desta dissertação.

1.1 - *Explaining versus understanding*[3]

Antes de entrar no mérito do exercício proposto, faz-se necessário refletir acerca da dinâmica de duas atividades na produção de conhecimento em Relações Internacionais: *explicar* e *entender*. Enquanto aquele refere-se à demonstração das constantes e das variáveis que regem as relações

[3] Título homônimo do livro de Martin Hollis & Steve Smith (1991), cuja tônica é a discussão sobre a pertinência, ou não, de aplicações de modelos explicativos, oriundos de reflexões das Ciências Exatas nos estudos das relações internacionais. A questão subjacente da obra desses dois autores é a seguinte: as relações internacionais devem ser vistas sob o prisma da explicação científica ou devem elas ser entendidas, mediante estudos da construção de significados produzidos pelas ações políticas.

internacionais, este refere-se à reflexão sobre processos e fenômenos que efetivamente ocorrem[4] nas relações entre Estados[5]. Para o correto entendimento dessa questão, deve-se ter em mente o argumento de Hollis & Smith, segundo o qual toda "explicação" intenta conceber a realidade dentro de modelos ou esquemas de análise, e toda "compreensão" direciona-se ao fenômeno da realidade concreta, tal qual se apresenta àquele que se habilita a compreendê-la. A diferença sutil, mas fundamental, está no fato de que a explicação direciona-se à totalidade do processo e à finitude das variáveis. Já a compreensão direciona o olhar do analista para o ambiente micro, focando as variáveis correlatas, sem desconsiderar que há uma totalidade muito maior do que aquilo que está sendo considerado. Vale notar que tanto a explicação quanto a compreensão são processos sóciocognitivos interrelacionados.

Desse modo, quanto ao estudo das relações internacionais, *explicar* remete à ideia de descobrir a dinâmica universal dos processos de relações entre Estados (sua mecânica), com o objetivo de instrumentalizar o profissional com certo índice de previsibilidade. Por sua vez, *compreender* as relações internacionais significa investigar tanto as causas quanto as motivações que levem fenômenos internacionais específicos a se tornarem realidade, mediante estudo do contexto em que aparece o fenômeno político.

Assim, pode-se dizer que tanto há teorias, em Relações Internacionais, que explicam o sistema de Estados (mediante identificação dos universais e descrição dos processos), quanto há teorias que compreendem como os processos históricos de relações interestatais se engendram. Em súmula, explicar é demonstrar; compreender é interpretar. A diferença entre essas duas, por assim dizer, visões de mundo, quanto ao papel do pesquisador/formulador de políticas internacionais, consiste em que para ser um *explicador*, é necessário o distanciamento entre sujeito e objeto, e para ser *compreendedor* é necessária a intersubjetividade entre os dois polos do processo.

Ambas as abordagens são relevantes ao estudo das relações internacionais, embora pouco diálogo produzam uma com a outra. A atitude

[4] Utiliza-se propositalmente o verbo no passado para indicar que a compreensão se dá sobre fenômenos ocorridos, nada prometendo para fenômenos futuros.

[5] Perceba, leitor, que os aspectos particulares dos fenômenos e os universais das práticas estão presentes em qualquer tipo de reflexão. O que se afirma aqui é o modo como se orienta o pensamento, em cada um dos casos mencionados.

profissional a se tomar, nesse caso, é definir de antemão a questão a ser analisada, para definir qual tipo de abordagem é mais pertinente ao problema de pesquisa. Pois, se as teorias "explicativas" são produtivas para o entendimento genérico das relações internacionais, as teorias "compreensivas" são produtivas para o estudo de casos particulares, sobretudo no que tange ao seu caráter idiossincrático. São palavras de Hollis & Smith:

> *"By combining this chapter (sobre 'compreender') with the last (sobre 'explicar') we can see why Intenational Relations is so unsettled and so ready to try very varied appoaches. The reason is not just that international affairs are hard to reduce to intellectual order, perhaps because they are changing character even as one tries. It is also because there are radically competing ideas of intellectual order. Thus Realism was able to make a quick conquest by importing a neat and powerful idea of science and showing how an economics-stile analysis of nation states as pursuers of national interest scored high as science. But it has since proved vulnerable both to changing ideas of natural science, which have undercut Positivism, and to hermeneutic ideas about how the social world should be understood. In terms of Weber's call for adequacy both at the level of meaning and at the causal level, there is argument at both levels, which, of course, much complicates questions of how to relate them to each other." (Hollis & Smith, 1991, p. 88)*

Percebe-se, pelo argumento de Hollis & Smith acima, que as teorias de Relações Internacionais, em geral, oscilam entre uma e outra perspectiva, tornando-se, às vezes, incompatíveis entre si. Várias teorias desenvolveram-se a partir de cada uma delas. Inclusive, o que subjaz à proposta de reflexão proposta neste capítulo é a confluência ou divergência das teorias em Relações Internacionais, quanto à capacidade de executar aquilo a que propõem. Tantas reflexões sobre o que antecede o estudo das relações internacionais, propriamente ditas, poderiam suscitar as seguintes indagações: Os conhecimentos conexos às relações internacionais teriam alguma função para o trabalho do diplomata? Não seria dispensável tal empreendimento ao formulador de política externa?

Não, neste trabalho, parto do pressuposto de que o campo do saber que estuda as relações internacionais pode contribuir bastante para a prática

diplomática[6]. "Mas, a que custo?" Definitivamente alto, empreendido de esforço, pois para que se construa conhecimento minimamente produtivo, necessário é que o pesquisador domine os conceitos, as lógicas e as regras específicos das teorias. Do contrário, todo seu conteúdo ou se direciona ao fazer intuitivo, ou se reduz à retórica sem aplicabilidade prática. Há, ademais, a questão da empatia. Ao estudar as várias correntes de RI, o agente político se instrumentaliza para o diálogo com outros agentes, mesmo aqueles que não partilham as mesmas ideias.

A propósito, uma boa maneira de começar a compreensão da própria metateoria das relações internacionais seria investigando a história e a evolução do pensamento em Teoria de Relações Internacionais (TRI).

1.2 Síntese histórica da Teoria de Relações Internacionais (TRI)

A disciplina de Relações Internacionais é tributária de duas tradições: uma de cunho científico, substanciada principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial; e outra de cunho filosófico, ligada à tradição histórica e ensaística dos estudos da guerra, cuja obra fundamental foi *A história da guerra do Peloponeso* de Tucídides. Essas duas maneiras de pensar as relações entre as nações instauraram-se no interior da disciplina Teoria das Relações Internacionais como marcas de origem, pois todas as controvérsias que têm permeado os debates entre as duas correntes concernem, ao fim e ao cabo, ao dilema entre o sistêmico – metodológico e científico – e o histórico – contingente e hermenêutico.

Em linhas gerais, podem-se resumir os desenvolvimentos, desdobramentos e dissidências em discussões, entabuladas em torno dos debates sobre os níveis de análise. O primeiro questionava a relação entre o sistema internacional e o Estado-nação; o segundo, o Estado-nação e a burocracia; e, por último, o terceiro questionava a relação entre a burocracia e o indivíduo[7]. Na evolução dos debates da disciplina, em função da própria

[6] Ademais do exposto nesse parágrafo, o autor deste texto está convicto de que as várias teorias de Relações Internacionais funcionam como fomentadores de ideologias. Nenhuma escolha é neutra, todas elas são ideologicamente motivadas. [Nessa perspectiva, até mesmo nesse trabalho...] Os pressupostos das teorias conformam [?] [Que quer dizer isso?] o sentido da prática diplomática. Assim, torna-se ainda mais importante conhecer as teorias e seus pressupostos para entender como pensam nossos homólogos durante as negociações.

[7] Hoolis & Smith (1990, p. 197).

dinâmica da história, houve muitas mudanças de pensamento, derivadas de reflexões que tentavam incluir novos temas que foram aparecendo na realidade das relações internacionais em função das transformações históricas ocorridas no cenário internacional. A compreensão desse movimento intelectual contribuirá para a leitura das teorias, de modo a possibilitar ao estudioso de TRI maior clareza sobre as preocupações e questionamentos de uma disciplina relativamente nova, mas, ao mesmo tempo, fragmentada. Por esse motivo, passa-se a uma sucinta descrição dos grandes debates que configuraram o estado da arte da Teoria das Relações Internacionais.

1.3 - Os grandes debates em Teoria das Relações Internacionais

Os grandes debates em Teoria das Relações Internacionais funcionam como marcadores de mudança de curso desta disciplina. Eles marcam o embate entre teorias emergentes e suas congêneres dominantes. É válido ressaltar que este movimento tem acompanhado as próprias mudanças históricas que ocorreram no sistema internacional. O princípio ativo que move os debates é o argumento, segundo o qual, quando a teoria dominante não for capaz de incorporar os elementos novos da realidade das relações internacionais, deve ser questionada e substituída por uma teoria emergente, dando lugar a um conhecimento mais próximo da realidade internacional, bem como dos fenômenos internacionais.

O primeiro debate remonta à década de 1930, tendo como corrente dominante o Liberal-idealismo *versus* a corrente emergente, o Realismo. De inspiração kantiana, o Liberal-idealismo parte da premissa da primazia do Direito Internacional (do dever ser) e da possibilidade de haver paz entre os Estados. É uma corrente que valoriza os princípios da cooperação e do fortalecimento das instituições internacionais. O Realismo, por sua vez, tem como pressuposto o argumento de que as relações internacionais são determinadas pelo poder bélico. Esta corrente afirma que o Direito Internacional tem lugar somente enquanto não há conflitos de interesses entre os Estados. E mais, para os realistas, poder significa, em princípio, capacidade bélica. Assim, os realistas clássicos têm por certo que os Estados não cooperam entre si, mas usam seus recursos de poder para impor seus interesses nacionais. Conseqüentemente, acreditam que o Direito Internacional e a ordem institucional são resultados de uma correlação de forças (equilíbrio

de poder) entre os Estados mais poderosos. São representantes desta corrente: E. H. Carr e Hans Morgenthau.

O segundo debate tomou escopo no interior do Realismo, corrente que passa ao *status* de hegemônica no período posterior à Segunda Guerra Mundial, por volta da década de 1950. A questão em voga não era quanto à premissa fundamental da teoria, mas sua metodologia. Eram tempos positivistas, e as academias estavam interessadas nas propostas do Círculo de Viena sobre o positivismo lógico. O debate interpôs Realistas Comportamentalistas e Realistas Tradicionalistas. Os primeiros representavam uma dissidência dos segundos, no que se refere à falta de metodologia sistêmica ao Realismo tradicional. Os Comportamentalistas insistiam que estudos como os de Hans Morgenthau pautavam-se por conceitos demasiado genéricos. Segundo os dissidentes, o estudo das relações internacionais adquiriria maior poder de previsibilidade, somente quando fosse feito uso de metodologias adequadas, calcadas em modelos matemáticos. Assim, os dados importantes para a formação do poder dos Estados deveriam ser mensurados, enquanto os dados considerados contingentes deveriam ser ignorados. Foi assim que a TRI adquiriu o *status* de "Ciência". Segundo os Comportamentalistas, os modelos explicativos tornariam possível ao teórico atingir o todo, pelas partes, dando maior poder de previsibilidade à teoria. São representantes dessa fase Arnold Wolfers e E. Haas.

Paralelo à argumentação dos Comportamentalistas, mas complementar, desenvolveu-se, ainda dentro do segundo debate, a ideia de modelo sistêmico. A este grupo denominou-se de Funcionalistas, cujo maior representante foi David Easton[8]. O objetivo do modelo sistêmico era, em princípio, analisar ambientes políticos restritos, dada a necessidade de controlar as variáveis passíveis de influenciar o comportamento dos atores e do sistema em geral.

O terceiro debate, seguindo a orientação de Buzan & Waever[9], ocorreu majoritariamente na década de 1970. Esse debate resumia-se no confronto entre os dominantes – realistas – e os emergentes – pluralistas[10]. Os nomes

[8] EASTON, David. **Uma teoria de Análise Política.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

[9] BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers The Structure of International Security.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

[10] Os pluralistas defendiam que o Estado não era um ente autônomo e que, além disso, não era o principal definidor dos interesses nacionais. Uma analogia interessante é a que compara o Estado ao maestro de música, que tem o papel de coordenar os músicos, mas não de compor a música.

mais proeminentes neste debate foram Joseph Nye e Robert Keohane. Para esses autores, a fronteira entre o doméstico e o internacional estava se tornando cada vez mais difusa, devido a mudanças no sistema internacional. Admitiam, assim, a ontologia fundadora do realismo, mas defendiam que mudanças estavam em curso e que a teoria precisava se adaptar às novas características do mundo real. Nesse período, houve algumas alterações significativas no cenário internacional que motivaram a criação de novas teorias. São elas: o choque do petróleo, a quebra do padrão-ouro, o fim da guerra do Vietnã, a relativa perda de poder dos Estados Unidos no mundo, entre outras.

Essas mudanças históricas levavam a crer que já não era suficiente pensar as relações internacionais apenas do ponto de vista da segurança. A economia internacional havia chegado a uma etapa de interdependência complexa, a ponto de constituir poder suficiente, mediante o uso exclusivo dos mecanismos financeiros e comerciais, sem haver necessidade do uso ostensivo da força bélica.

Tendo em mente tais mudanças, os pluralistas afirmavam que o Estado não podia mais ser considerado o único ator no estudo das relações internacionais. Segundo os autores da corrente emergente, outros atores deveriam ser levados em conta na análise da cena internacional, como as burocracias, as organizações internacionais, as organizações não-governamentais, as empresas multinacionais, entre outros. Os pluralistas defendiam que se deveria dar importância às relações de cooperação no âmbito internacional, no sentido de transcender a visão de poder como sendo as relações de coerção entre os Estados, com o objetivo de atingir as efetivas necessidades do sistema internacional, para além da segurança armada, quanto às questões internacionais.

Essas duas escolas se desenvolveram, sobretudo, na matriz de pensamento norte-americano. Porém, do outro lado do Atlântico, também se desenvolveram pensamentos na área de TRI, que se incluíram nos debates, principalmente a partir dos anos de 1980, dos quais os mais proeminentes são a "Escola Inglesa" e os "pós-positivistas" (esses últimos são os grandes geradores do quarto debate, o debate atual[11]).

[11] Note-se que o objetivo deste capítulo está em contextualizar o leitor quanto ao surgimento do Construtivismo, teoria que faz parte do debate atual, bem como suas propostas, a fim de justificar o uso do instrumental oferecido por essa teoria no estudo que se pretende aqui.

A Escola Inglesa, com renomados pesquisadores, como Hedley Bull, parte do pensamento fundado nos escritos de Hugo Grotius, cuja premissa fundamental é de que os Estados devem conviver em uma "situação de sociedade", obedecendo a leis e normas de comportamento, mesmo em condições de guerra. Esta ideia constitui o coração das teorias da Escola Inglesa. Segundo Hedley Bull, o fato de, no meio internacional, não existir governo central com capacidade de fazer respeitar as leis, não impede de se falar da existência da sociedade internacional, mesmo que seja uma sociedade com particularidades próprias. A crítica desse autor aos Realistas consiste em que as relações internacionais transcendem as decisões que dizem respeito à segurança do Estado. Elas, as relações internacionais, constituem uma densa teia de relações que supõem alta dosagem de cooperação e também compartilhamento de valores.

O quarto[12], e mais recente debate, foi a instauração de uma crise realmente implosiva no seio das teorias positivistas, comportamentalistas, sistêmicas e estruturais. Por essa razão é conhecido como o debate pós-positivista. De acordo com Halliday[13], as críticas, no âmbito do quarto debate, são oriundas, principalmente, da Escola de Frankfurt, das teorias pós-modernas e pós-coloniais, bem como da teoria de gênero. Não por coincidência, o quarto debate foi denominado paradigmático, pois colocou em evidência os pressupostos das teorias de Relações Internacionais. Esse debate instaurou uma crise nos paradigmas desta área do conhecimento, provocada principalmente pelo imprevisto fim da Guerra Fria, que abalou as bases da disciplina, sobretudo quanto ao poder de compreensão, explicação e previsão dos eventos políticos no cenário internacional.

A crise provocou vários fluxos de pensamento dentro dessa área de conhecimento. Assim, surgiram questionamentos quanto: à separação entre política doméstica e política internacional; à unidade estatal; ao papel das organizações internacionais; à sociedade civil; ao lugar da ideologia nas relações internacionais; ao poder; à linguagem, e outros.

[12] A maioria dos autores em TRI consideram apenas três grandes debates. Neste trabalho, sigo, no entanto, o 'mapeamento' de Weaver (2004), segundo o qual, houve quatro debates.
[13] HALLIDAY, Fred. **Rethinking International Relations.** London: McMillan Press, 1994.

Os novos temas provocaram o questionamento tanto de realistas e idealistas, quanto de outras vertentes, forçando-as a uma reflexão mais acurada sobre suas bases epistemológicas e ontológicas. Daí decorreu o surgimento de novas maneiras de pensar as relações internacionais a partir dos fins de 1880, como o neo-realismo, neoliberalismo, Construtivismo, pós-modernismo, pós-colonialismo, teoria crítica (marxismo), para citar os "ismos" mais proeminentes.

No âmbito deste trabalho, concentrar-me-ei no Construtivismo, como uma das alternativas ao pensamento racionalista, já hoje um clássico[14] de leitura na academia de Relações Internacionais.

1.4 - Construtivismo

O marco de surgimento do Construtivismo como teoria emergente das relações internacionais foi a publicação da obra de Nicholas Onuf, *World of our making: Rules and Rule in social theory and international relations*, em 1989. Essa abordagem surgiu como alternativa às correntes Realismo/ Neo-Realismo e Liberalismo/Neoliberalismo. As premissas do Construtivismo têm a característica fundamental de criticar e propor alternativas aos primados tanto da vertente liberal, quanto da vertente realista.

Padrões de conflito e cooperação, segundo a perspectiva construtivista, dependem de fatores para além dos estadocêntricos. A década de 1990 foi marcada por conflitos de nacionalismos, violações de Direitos Humanos, terrorismos, conflitos religiosos etc. Temas que não são satisfatoriamente refletidos pelas teorias tradicionais 'estadocêntricas', materialistas ou economicistas. Mesmo o institucionalismo encontra limites, pois assume que os interesses dos atores são pré-determinados, a-históricos e logicamente detectáveis. O racionalismo não faz considerações sobre a formação e variação de preferências e interesses. Tal rigidez não permite explicar a mudança dos interesses dos Estados, nem dos diversos atores que compõem o cenário internacional, diante da variação dos contextos nacional e internacional.

[14] Utilizo o termo clássico aqui no sentido de que constitui leitura obrigatória na formação do profissional da área, pois mesmo havendo evolução do pensamento, tais obras são seminais no entendimento da mudança.

O pensamento racionalista clássico vale notar, parte da premissa da racionalidade instrumental[15] dos agentes. Segundo tal premissa, os Estados fazem uso das estruturas institucionais com o objetivo final de auferir maior capacidade de mando e de expressão da própria vontade. A partir dessa premissa, os teóricos racionalistas criam sistemas completos de análise, capazes, segundo os teóricos, de explicar o funcionamento das relações entre estados. Instaura-se o problema quando elementos alienígenas aparecem na interação e modificam o sistema, parcial ou completamente, ou quando estados e outros agentes internacionais poderosos tomam medidas que contrariam a lógica matricial do sistema.

Do ponto de vista construtivista, há de se averiguar não somente as lógicas dos processos de sistematização, mas também sua extensão, no tempo e no espaço. Os valores condicionam os agentes de maneira desigual, moldando os interesses e as identidades dos atores envolvidos no processo de forma diferente, redefinindo constantemente os lugares e os papéis de cada um dos atores. Segundo essa forma de pensamento, estruturas e agentes não existem de forma autônoma e independente. As estruturas são historicamente constituídas, positivadas pela regularidade do uso e das práticas, os agentes constituem-se mutuamente, e, ao interagirem, podem ou não reproduzir o modelo oferecido pela tradição. Assim, cabe aos analistas compreenderem como os agentes e as estruturas se transformam, na dinâmica da história, ou seja, como esses processos mudam o mundo. Não se trata de explicar fenômenos, mas de entender suas lógicas múltiplas.

Os Construtivistas, em geral, partem das seguintes premissas:

1. Não existe realidade isenta de interpretação. É mediante a interpretação que os atores atribuem sentidos à realidade e, também, possibilita-lhes a atuação sobre ela. A interpretação se manifesta nas teorias e nos discursos sobre a realidade.

2. Ênfase na mudança, e não na recorrência, como na visão tradicional. Os construtivistas preocupam-se em como os processos de interação transformam a realidade social.

[15] A racionalidade instrumental consiste na lógica utilitária, segundo a qual, os fins justificam os meios. Assim, de acordo com essa lógica, os interesses dos atores seriam fixos e imutáveis durante o processo de interação. A racionalidade instrumental é direcionada para o resultado da ação. Sua preocupação é com o meio mais eficiente para se alcançar o fim determinado. Desse ponto de vista, a racionalidade dos atores das relações internacionais é detectável, mediante aplicação de modelos sistêmicos na análise.

3. Abertura para pensar as relações internacionais para além dos Estados. O interno e o externo, pode-se dizer, se confundem, se atravessam e os atores que engendram a estrutura das práticas são múltiplos e não podem ser meramente subsumidos na categoria Estado.

Os anos de 1990 marcaram a tentativa de elaborar teorias de alcance intermediário, vale dizer, com objetivos e escopo de atuação específicos. Essa nova maneira de fazer teoria e análise das relações internacionais ganha força a partir da constatação da impossibilidade de formulação de teoria abrangente, que seja imune a falhas. Desse modo, as teorias tendem a concentrar-se em certas questões, já não trabalham no nível sistêmico, em seu sentido clássico de sistema fechado e a-histórico.

Quanto à contraposição do Construtivismo às teorias racionalistas, deve-se considerar, principalmente, que os construtivistas questionam a episteme racionalista fundadora daquele[16]. Os construtivistas encontram aí uma abertura para o estabelecimento de agendas que levem em consideração fatores normativos, ideacionais, identitários, discursivos, enfim, fatores que considerem aspectos intersubjetivos e interpretativos na análise dos fenômenos[17]. Para os Construtivistas, a interpretação do contexto é fundamental para determinar a ação a ser adotada, bem como, a interpretação das normas que regem o contexto. O Construtivismo valoriza tanto a questão da interpretação da norma pelos atores envolvidos em determinado contexto, quanto ao modo como as regras constituem a agência e as possibilidades da ação[18].

[16]Poder-se relevar, como um exemplo de como diferem as percepções neo-liberais, racionalistas, das construtivistas: o conceito de Estado e de interesses. Para Keohane, o Estado é racional e os interesses são resultado da estrutura doméstica – um *apriori* do Estado quando envolvido nas relações internacionais. Para os construtivistas, o Estado nem é um indivíduo, nem tampouco racional, seus interesses são relacionais e temporários – em função de contextos específicos - e um dos focos principais da teoria é compreender como os Estados mudam de interesses ao longo do processo de interação.

[17] Vale notar que o Construtivismo não ignora a existência independente do mundo material, apenas considera que esse mundo exterior só adquire significado a medida que é apropriado e mobilizado pelas estruturas intersubjetivas.

[18]O Construtivismo privilegia a lógica constitutiva, por oposição à lógica causal, porque se interessa na constituição de fenômenos por fatores ideacionais. Enquanto a lógica causal pressupõe relação estável entre A e B, a lógica constitutiva prevê a instabilidade, a incompletude e a mudança, pois A e B, segundo a lógica das motivações, interagem e se constituem ao longo do processo. Assim, pode afirmar que enquanto que sob a lógica causal as normas são reguladoras, sob a lógica das motivações as normas são constitutivas.

O Construtivismo surge concomitante à teoria da interdependência complexa de Keohane, como uma das correntes de contestação ao paradigma hegemônico. Hoje, tamanha é sua importância para os estudos das relações internacionais, a ponto de se verificar que o debate atual circunscreve-se entre as teorias tradicionais, racionalistas, pós-modernas e construtivistas (Nogueira & Messari, 2005).

Quanto aos autores e abordagens construtivistas, há várias tendências, cada uma direcionada ao objeto de pesquisa e aos problemas que intentam superar. O Construtivismo tem assumido várias formas, mas todas concordam que o sistema político internacional pode ser desconstruído, reconstruído e modificado pelas práticas dos agentes. Há várias agências que impulsionam a dinâmica social: agentes constroem a realidade, mediante uso da persuasão e argumentação; normas constituem elementos de configuração da realidade; as comunidades epistêmicas e os *think tanks* interferem na construção da realidade; a atuação diplomática e de representantes de governos também aparecem como força simbólica de interferência na conformação da realidade. Assim, considero neste trabalho os textos fundadores da CASA como instrumentos de configuração do regionalismo sul-americano e, portanto, materialidades dos significados possíveis para a integração da região em moldes específicos.

Para esta dissertação, utilizo conceitos construtivistas[19] extraídos, principalmente, de três autores: Alexander Wendt (1987), Nicholas Onuf (1989) e Fiedrich Kratochwil (1989). Esses autores apresentam modelos próprios de estudo das relações internacionais, privilegiando, no entanto, a interdisciplinaridade e a multiplicidade de métodos. Daí, a possibilidade de se construir uma síntese conceitual entre esses três autores, direcionada para o estudo em questão. As principais contribuições de Wendt são relativas à questão da identidade, Onuf, às relações de poder e Kratochwil, à centralidade da linguagem como método de estudo das relações internacionais.

O Construtivismo de Wendt é bastante conhecido por ter feito pontes com o pensamento das teorias dominantes em relações internacionais. No

[19]Vários autores já tentaram classificar os construtivistas. A questão é que hoje eles são tantos e lidam com questões de pesquisas tão distintas, que seria difícil construir um quadro classificatório das correntes construtivistas. Outro elemento que dificulta a identificação das várias tendências é o fato de que a postura epistêmica construtivista é interdisciplinar. Assim, cada pesquisador combina e reconstrói cada Construtivismo em função das necessidades que se apresentam na pesquisa. O diálogo, por exemplo, entre construtivistas, a Teoria Crítica e Pós-modernos é intenso.

que tange à separação entre doméstico e internacional, Wendt mantém a visão estadocêntrica, apesar de considerar que o Estado não é o único ator internacional. Esse autor assume que o Estado possui características antropomórficas, e que seus interesses são definidos de acordo com a identidade do Estado. A identidade é construída por fatores endógenos e exógenos. O interesse nacional, segundo essa visão, é formulado com base na conformação da identidade social do Estado em relação aos outros Estados e aos agentes internos que o constituem. Pode-se dizer que sua contribuição mais fecunda foi a relevância que esse autor deu para o estudo da identidade, como categoria válida de estudo das relações internacionais.

Onuf, considerado mais radical que Wendt, leva em consideração o papel constitutivo das regras, sob o enfoque das relações de poder, com vistas a identificar e questionar as assimetrias. Esse autor não diferencia a instância nacional da internacional de maneira estanque. Ambas são socialmente constituídas e, apesar de não haver uma autoridade hierárquica institucional, há regras e instituições que regulam a ação internacional. Onuf argumenta que a Política é uma prática de construção e transformação de regras (Onuf, 1989). A Política trata das assimetrias e distribuição de poder, mediante estabelecimento de regras. A partir do momento em que as regras produzem distribuições desiguais, elas levam a diferentes formas de domínio. Em síntese, as relações sociais são baseadas em regras. As regras geram assimetrias de poder, criando assim, condições de domínio.

Kratochwil, assim como Onuf, tem formação em Direito Internacional. É considerado um teórico ainda mais radical, pelo fato de colocar no centro de sua reflexão a linguagem. Além disso, o Direito Internacional constitui seu principal objeto de análise. Para Kratochwil, o estudo das regras ajuda a entender o comportamento que certos agentes podem ter em determinadas circunstâncias. Tendo em vista que as sociedades, os Estados e as instituições são construídos por seres humanos, o estudo de tais instâncias deve levar em consideração a sociologia, a história, a antropologia e a linguagem[20]. O autor

[20] Mais uma vez o leitor depara-se com o argumento interdisciplinar. O Construtivismo é uma abordagem que necessita de outras teorias e metodologias para o estudo das relações internacionais. O Construtivismo não reconhece fronteiras disciplinares, ele as utiliza e as reconfigura, assim como a si próprio, de modo a relacionar os princípios e escopos das teorias com os propósitos da análise dos fenômenos de relações internacionais.

usa, principalmente, o conhecimento da pragmática analítica de Oxford[21]. Ele parte do pressuposto de que o estudo dos atos de fala fornece indícios de como as pessoas estabelecem relações em estruturas e instituições. Além da pragmática, todo conhecimento vindo da lingüística será tomado como produtivo. No estudo sobre o sentimento de pertença e cidadania nos Estados Unidos, por exemplo, o autor usou categorias linguísticas de seleção lexical e polaridade semântica.

1.4.1 - Síntese teórica

Embora sejam utilizadas partes das teorias dos três autores construtivistas apresentados na seção anterior, enuncia-se, a seguir, a título de síntese da teoria utilizada nesta monografia, excertos de Kratochwil, por considerá-los excelentes sínteses da teoria construtivista. Quanto ao aspecto comunicativo,

> *"Constructivists argue that people strive to communicate their understandings to others. At the same time, the process of communication is a process of making sense. This is precisely the bridge that constructivists offer between ontology (the socially constructed world) and epistemology (our ability to know something about it)." (Kratochwil, 1989: 104)*

No que tange ao entendimento das regras, é necessário ter em mente que se considera por conceito de regras todo e qualquer mecanismo de procedimento, interiorizado pelos agentes, que determina o que pode, o que deve e o que é proibido fazer:

> *"A rule is a statement that tells people what we should do. The 'what' in question is a standard for people's conduct in situations that we can identify as being alike, and can expect to encounter. The 'should' tells us to match our conduct to that standard. "If we fail to do what the rule tells us to, then we can expect consequences*

[21] A pragmática de Oxford, assim conhecida pelo trabalho dos filósofos daquela universidade, J. Austin e J. Searle, também conhecidos pelos trabalhos em 'atos de fala'. Consideram que a linguagem humana difere da linguagem matemática pelo fato de ser mais que representação, pois, segundo esses autores, falar é fazer uma ação.

> *that some other rule will bring into effect when other people follow the rule calling for such consequences. All the ways in which people deal with rules –whether we follow the rules or break them, whether we make the rules, change them, or get rid of them- may be called practices. Even when we do not know what a rule says, we can often guess what it is about by looking at people' practices." Kratochwil, 1989, p. 59).*

Toda prática social pressupõe regras. Percebe-se, portanto, que o conceito de regra é mais abrangente que meramente o conjunto de leis positivadas no ordenamento jurídico. As regras são os mecanismos sociais, positivados ou não, que determinam as ações e o valor das ações no seio social. A escolhas das regras, o compromisso com as regras e a desconsideração das regras indicam o tipo de identidade que os agentes sociais estão construindo.

Com relação à centralidade da linguagem nos estudos das relações internacionais, o Construtivismo a coloca no centro de sua epistemologia porque a considera como a prática social por excelência. É mediante o uso da linguagem que o "ser" individual se torna "ser" social. Ademais, o estudo da linguagem usada nas relações internacionais mostra o tipo de relação que os agentes têm uns com os outros e com a estrutura da instituição da qual fazem parte:

> *"At the very basic level, language and identity thus depend on each other. Identity exists through the 'distinguishing' function of language. But language –directives and comissives in particular- also depends on the identities of self and other. As Onuf (1989, 109) puts it, 'constituting practices in categories (even perception takes practice) is not just universal, it is fundamental." (Kratochwil, 1989, p. 105)*

Para os fins da análise em questão, apresento, a seguir, resumo da abordagem construtivista nas seguintes premissas e conceitos fundamentais:

1. O mundo é uma construção social;
2. Agentes e estrutura se constituem mutuamente;
3. A realidade material adquire significado a partir de estruturas intersubjetivas;

4. A sociedade internacional é uma construção social altamente institucionalizada.

Quanto aos conceitos basilares, podem ser retomados os seguintes elementos analíticos, elaborados por mim, na tentativa de conceituar, para o trabalho em curso, as unidades que servirão de base para a metodologia e a análise. Por esse motivo, não serão apresentadas referências a autores particulares nos itens que se seguem:

A. Regras:

Sistemas de princípios e normas abstratos que permitem aos atores estabelecer relações, tomar decisões e racionalizar suas identidades. Toda regra é a legitimação de um valor. As regras estão entre os agentes e a estrutura. As regras dizem respeito ao que se deve, ao que se pode fazer, bem como ao que não se deve e ao que não se pode fazer. Ao fazer sua escolha, os agentes definem suas práticas, que podem ser de reprodução ou de transformação das regras. Assim, as regras definem as identidades dos agentes. As regras não são apenas acordos e tratados internacionais, são, sobretudo, resultados de atos de fala de instrução, de direção ou de compromisso, presentes em toda prática discursiva que permeia o mundo social. As regras são constituídas intersubjetivamente, mas, quando aceitas enquanto convenções, adquirem um caráter objetivo; as estruturas aparentam ser objetivas, quando, na verdade, são constituições sociais. As regras transformam capacidades materiais brutas em recursos, dando a elas um significado social. Nesse sentido é que os construtivistas afirmam que 'poder' é tanto material quanto discursivo. O processo de socialização do significado pelas práticas sociais constrói as regras de interação social. As regras podem ser entendidas como padrões de expectativas compartilhadas por um grupo, comunidade ou sociedade de atores sobre um determinado comportamento. Importante salientar que, para que uma norma emirja, é necessário que haja contestadores da norma relativa ao *status quo*, e tentem persuadir um número significativo de agentes para aderir à nova norma. Ao se convencerem da validade da nova regra, eles se tornam seguidores da norma, até que pelo alastramento da nova norma se torne hegemônica, ela ganhe legitimidade e passe a ser um novo referencial para o grupo. As regras, de maneira geral, não surgem do nada, mas de uma contestação a uma norma anterior,

competindo com outras normas e interesses. A instituição de regras é, portanto, um embate constante por legitimação e contestação de poder.

B. Instituições:

As instituições são configurações de comportamentos mais ou menos estáveis, que envolvem práticas e regras. As instituições são instâncias sociais que permitem certas práticas e proíbem outras. Ambiente de acomodação de regras particulares. As instituições são como cenários que determinam os papéis e a cena de interação entre os atores. A regularidade das práticas cria regras e instituições. O mundo social é formado por conjunto de instituições, que permitem aos indivíduos se constituírem agentes. Pode-se dizer que cada instituição atribui um papel particular aos atores que a ela recorrem. Assim, a agência de um país A, por exemplo, nas Nações Unidas pode não ser a mesma do mesmo país na OTAN, ou em uma relação bilateral. O mesmo vale para atores não estatais.

C. Estrutura:

É o nível mais abstrato do mundo simbólico das interações humanas. Práticas sociais relativamente estáveis, inseridas em uma rede de instituições, clivadas por regras, geram uma estrutura. A estrutura é histórica, passível de transformação no tempo, está sujeita à 'adaptações' ao nível da realidade imediata, e tanto é constitutiva das práticas dos agentes, quanto as constitui.

D. Agente:

Os agentes são seres humanos que tomam decisões e agem em um contexto determinado pela instituição. Uma importante contribuição do Marxismo é ter colocado os seres humanos no centro da lógica de raciocínio. Segundo essa corrente de pensamento, as formações sociais são produtos históricos resultantes das interações humanas postas em dinamismo pela contradição que lhe é inerente. Nesse sentido, chama-se de agência a intervenção humana nos processos institucionais, para reproduzi-los ou para transformá-los. A noção de agente se difere da noção de indivíduo, porque os indivíduos são percebidos como completamente racionais e intencionais. O agente, ao contrário, não tem controle completo das suas ações. Marx

reconhecia que os seres humanos fazem sua própria história, mas em condições que não são de sua própria escolha. Os seres humanos agem de modo a definir, coletivamente, a direção dos acontecimentos, mas não com absoluta liberdade ou apenas com a vontade política. É sempre preciso considerar as condições de produção e os constrangimentos apresentados pela estrutura social em que estamos inseridos. Não há precedência ontológica entre estrutura e agente, as duas esferas são co-constituídas. Agente é uma condição social do indivíduo. Os atores sociais são constituídos em agentes pela sociedade por meio de regras. Os agentes agem na sociedade em busca de realizar seus objetivos, e as regras definem as situações de escolhas possíveis. Logo, são as regras que definem o conjunto de escolhas possíveis. Os atores, ao fazerem escolhas, transformam-se em agentes. Ao fazerem escolhas, os agentes agem sob regras e com regras, mudando coletivamente as instituições e a si próprios. Por esse motivo a estrutura institucional deve ser entendida como *arranjos sociais*. Por fim, há de se avaliar o caráter racional do agente. Para os construtivistas, a racionalidade do agente não é da mesma natureza da racionalidade realista ou liberal. Se for verdade que os atores tomam decisões baseadas na sua racionalidade e na sua intenção, o significado da sua expressão depende de fatores eminentemente sociais. Mesmo fazendo parte da racionalidade do ator, o significado não pode ser reduzido às suas intenções individuais, pois os significados são intersubjetivos e, portanto, dependentes do contexto sócio-histórico imediato, da conformação das identidades dos interlocutores e das regras que regem as relações específicas dos atores. Segundo Kratochwil, a intersubjetividade, de onde emanam as racionalizações dos atores sociais, é constituída por regras e normas que permitem aos atores entender, compreender, interpretar e julgar uma situação. As regras, assim, são meios de comunicação e de luta que estabelecem o referencial de racionalidade para os atores tomarem decisões e adquirirem padrões de comportamento. O contexto intersubjetivo é a base para a racionalidade dos atores. "A capacidade de um ator de associar o significado 'correto' de uma ação (fenômeno social) depende da capacidade em compartilhar um sistema de significados dentro de um grupo ou sociedade" (Guzzini, 2003, p. 5). Desse modo, devem-se considerar as motivações dos agentes pelo ponto de vista interno da rede de relações que esse agente estabelece para sua tomada de decisão na cena internacional.

E. Identidades:

Há dois componentes da identidade dos atores sociais, um subjetivo, que se refere ao entendimento do ator sobre si próprio e sobre o mundo que o cerca, um intersubjetivo, referente à imagem que os demais atores têm do ator. Esses dois aspectos de composição da identidade são constitutivos da identidade do ator. O ator social é aquilo que ele pensa que é conjugado com aquilo que os homólogos pensam que ele é. Portanto, a identidade se define na interação. O processo de construção da identidade por meio da prática social modela o interesse e as preferências do ator. As identidades, no entanto, não são estáveis, elas são históricas. Elas estão inseridas em um processo contínuo de reprodução e reconstrução que ocorre no decorrer das práticas sociais. A construção da identidade depende de elementos simbólicos derivados do campo de conhecimento conexo compartilhado entre os atores envolvidos no processo, mais tomada de posição quanto às regras oferecidas pela estrutura. Pode-se dizer que em cada instância há uma construção identitária, resultante das tomadas de posição dos atores aí envolvidos em relação às regras que conformam a respectiva instância. A identidade dos atores depende do contexto social, político, cultural e histórico.

F. Sobre os conceitos de agente e sujeito:

Para solucionar os dilemas entre uma concepção estruturalista, em que os indivíduos são subordinados a determinações que são externas à própria subjetividade, e uma alternativa idealista, em que o grau de liberdade da ação é definido somente pelas condições subjetivas, optamos pela utilização do termo "agente". A palavra "sujeito" tem aqui o sentido piagetiano, no qual a concepção de estrutura é também forte, e não nos permite pensar num indivíduo à margem nem da objetividade e nem das condições subjetivas estruturadas: "[...] agentes sociais que as atualizam e as produzem em processos histórico-sociais" (Bourdieu, p. 145).

Nessa linha de raciocínio, para Bourdieu os indivíduos são sempre determinados socialmente, não interpretam opções possíveis nem têm projetos. São sempre agentes e não sujeitos sociais. No entanto, a prática social sem ser uma interação (uma interpretação de expectativas mútuas em reciprocidade) também não é um comportamento de execução. Tal como a capacidade de fala do ser humano, a prática social não depende do

conhecimento das estruturas (da gramática e das regularidades socioestatísticas) para existir.

Acredita-se que, indubitavelmente, existem informações complexas impregnadas de conteúdos subjacentes às ações exercidas nas relações sociais. Na maioria das vezes, os agentes envolvidos desconhecem essas informações, não se dão conta da sua existência, desconhecem a tecnologia e a responsabilidade que implicam. Simplesmente aceita-se que elas existem, confia-se cegamente que lá estejam desempenhando o papel que lhes cabe, mesmo que os indivíduos não entendam absolutamente nada sobre seus princípios de funcionamento. Encontram-se, aqui, os princípios da confiança nos *sistemas abstratos*.

Ao mesmo tempo em que sofre uma determinação inconsciente, o agente trabalha sobre as estruturas para modificá-las conscientemente, em um espaço que se afirma muito mais amplo. É como se a estrutura estivesse em constante risco material em função de práticas cotidianas de agentes conscientes

1.5 - Conclusão do capítulo

Dediquei-me, neste capítulo, a apresentar as contribuições do pensamento construtivista para o estudo das relações internacionais, como se configura no atual estado de arte da disciplina.

Para atingir tal objetivo, utilizei-me do recurso da narrativa da história da disciplina de TRI, para o entendimento do presente, sobretudo no que se refere às contribuições do Construtivismo para a proposta deste trabalho.

Em seguida, tratei das especificidades epistemológicas e ontológicas dessas disciplinas, com maior detalhe, a fim de demonstrar que cada uma delas, a seu modo, apresenta alternativa para superação dos métodos tradicionais.

O contexto histórico que possibilitou a percepção do mundo entre um nível doméstico e outro internacional, do Estado como ator indivisível e racional, surgiu dos tratados de Vestfália em resposta aos conflitos presentes na ordem pré-estatal no fim da Idade Média. Os conflitos hodiernos são distintos, pois são resultados de relações muito mais complexas que as de antanho. Ademais, o mundo contemporâneo é permeado por tecnologias e instrumentos midiáticos que transformaram a maneira das pessoas e das instituições se relacionarem. Para instrumentalizar o analista das relações internacionais contemporâneas, faz-se mister, o desenvolvimento de teorias

que cumpram melhor esse papel, com o objetivo de compreender, com vistas a superar os conflitos atuais.

Nesse sentido, reafirma-se que, além das estruturas tradicionais de poder, têm relevância as identidades dos países que a detêm, as imagens que os atores, em geral, têm de si e dos outros, além dos contextos de interação em que estão inseridos. Se se almeja um estudo que ofereça interpretações possíveis e legítimas da realidade complexa em que vivemos, é necessário levar também em consideração esses elementos na análise. Dentre outras correntes, o Construtivismo aponta como uma das opções na parceria teórica. O Construtivismo busca respostas para a seguinte questão: como as estruturas tradicionais, de valor, de normas e de coerção contribuem para a formação dos interesses e das identidades dos agentes?

2 - Capítulo Metodológico

O objetivo deste capítulo é desenvolver um ferramental de análise que possibilite descrever/interpretar as categorias construtivistas apresentadas no capítulo teórico, quais sejam: regras, instituição, estrutura, identidade e agência, no processo de formação da CASA. Acredita-se que uma análise discursiva do processo contribuirá para a reflexão sobre o tema, já entabulada por outros pesquisadores. Assim apresenta-se a concepção de discurso de Foucault (1972), mais adequada ao trabalho, e em seguida, a metodologia de análise, tributária, em grande parte, da Análise de Discurso Crítica (ADC).

Da ADC, apropria-se o conceito funcional de relação do texto com as práticas discursivas e sociais na aplicação da metodologia de análise de textos, dentro das funções discursivas de Representação (valor representativo do texto), de Ação (valor pragmático do texto) e de Estilo (valor modal de apresentação do texto). Em representação, identifica-se como os países e a região da América do Sul são representados nos textos fundadores, quais sejam, a Declaração de Cusco e de Ayacucho; em ação, identifica-se como os textos produzem ações, quais são as regras que regem o discurso; e em estilo, reflete-se sobre as identidades. As três esferas analíticas são assim divididas para facilitar a compreensão do fenômeno, pois sabemos que nem elas são estanques, pois operam em simultaneidade, nem independentes, pois um mesmo elemento textual pode agir em mais de uma esfera ontológica.

2.1 - Sobre o discurso

Parte da pesquisa desenvolvida está relacionada a como discursos (interdiscursividade) se associam para tornar a ideia de CASA possível e legítima, no âmbito da política regional, em termos de política externa dos países do hemisfério sul-americano. Além disso, a análise discursiva é usada, também, para averiguar que tipo de legitimidade (identidades, ideologias[22]) se trata nas relações multilaterais e a que extensão ela é compartilhada (hegemonia[23]) entre os países que compõem o grupo. Por essa razão, faz-se necessário discutir, sucintamente, o que se entende por discurso, bem como o porquê de se analisar textos como discursos.

Há várias definições possíveis para "discurso". Esse termo tem sido usado de diversas maneiras por estudiosos das relações internacionais. Talvez, uso tão amplo contribua para uma certa imprecisão do que se quer dizer quando se diz "discurso". Daí a necessidade de se esclarecer, mesmo que minimamente, as concepções de discurso com as quais trabalho, bem como as consequências teóricas delas decorrentes.

Neste trabalho, a análise discursiva é usada como parte da pesquisa (metodologia) em Construtivismo. Toda a metodologia de procedimentos analíticos é inspirada na Análise de Discurso, tributária das teorias do discurso de Michel Foucault e de Habermas[24]. Por essa razão, serão apresentadas, a seguir, algumas considerações sobre o termo discurso e, por conseguinte, sua aplicabilidade na análise das práticas sociais que possibilitam a "institucionalidade" da CASA, mais especificamente, quanto a discursos fundadores (Declarações de Ayacucho e de Cusco) e discursos de consumo (revista DEP). Desse modo, apresenta-se primeiro o pensamento de Foucault, seguido do pensamento da Escola Anglo-saxã de Análise de Discurso, de forte inspiração habermasiana.

[22] Toma-se por identidade o conceito discutido ao final do capítulo teórico, e por ideologias sistemas complexos de crenças que motivam e orientam as racionalizações.

[23] Emprega-se aqui a concepção de Gramisci para hegemonia, segundo a qual as práticas sociais para ter validade precisam de ser acompanhadas pelas 'ideias'. Essas, para que consigam mover a ação coletiva, deve encontrar ressonância nos círculos sociais mais gerais. Seria como dizer que a ideia de um grupo social se torna hegemônica quando incorporada por outros grupos sociais.

[24] Chama-se a atenção do leitor e da leitora para o fato de que "teoria do discurso" é parte da Filosofia da Linguagem e "análise do discurso" é parte da Lingüística, o que equivale dizer que enquanto a teoria do discurso oferece fundamentos epistêmicos para orientação do olhar do analista, a análise do discurso oferece ferramentas para a orientação das análises e das provas. Ver também Michael (1994).

2.1.1 - Foucault e o discurso

O trabalho de Michel Foucault alerta para a constitutividade discursiva das práticas sociais. Para esse autor, o que se diz sobre as coisas, e os ditos das próprias coisas, bem como seus 'sentidos' são resultados de operações complexas da história e da sociedade, que clivam os dizeres e as interpretações individuais. Nesse sentido, pode-se inferir que as práticas discursivas são partes constitutivas da realidade na qual operamos. Refletir sobre tais mecanismos contribuirá para o entendimento das construções sociais. É válido recordar que o trabalho de Foucault sobre o discurso é seminal para qualquer corrente de pensamento que se desenvolva a partir de reflexões sobre o discurso. Por essa razão, seu trabalho é tratado aqui antes daqueles desenvolvidos por analistas de discursos.

Esse autor tanto influenciou o pensamento de franceses, como Michel Peucheux e Patrick Charaudeau, quanto o pensamento de ingleses, como Norman Fairclough e Anthony Giddens, além, obviamente, do pensamento de Habermas e, consequentemente, de todo o Construtivismo em Teoria de Relações Internacionais.

Em *Arqueologia do Saber* (1969), Foucault apresenta uma teoria complexa sobre a existência do discurso e os mecanismos que possibilitam sua operação. Segundo esse autor, quando qualquer coisa é dita, antes de procurarmos dizer o que isso quer dizer, ou como é que isso foi dito, ou ainda, o que foi feito ao dizer isso, quando se disse isso, e na medida em que foi isso e não outra coisa, que se disse. Antes de procurarmos descrever o sentido, o modo e a ação do que foi dito, antes de tudo isso, seja necessário responder a esta questão: "por que é que foi dito isso, isso exatamente, isso, e não outra coisa, que teria sido, até, possível dizer?" Responder à questão: "o que é que tornou possível dizer isso?".

No caso do estudo em questão, estudar a discursividade da CASA seria orientar a pergunta acima para os textos fundadores e os demais, que circulam pela sociedade. Nesse caso, a pergunta seria: O que tornou possível as Declarações de Cusco e de Ayacucho? Que ideias e crenças articularam a materialização de documentos que reúnem vários países em compromisso de convergência para o regionalismo?

Evidentemente, as respostas a estas últimas questões não anulam todas as outras questões anteriores e, claro, todas as respostas a essas questões. Parece é que todas as questões que se dirigem ao discurso perguntando-lhe sobre o seu "sentido", o seu "modo" e a sua "ação" tendem normalmente a esquecer a questão

relativa à possibilidade de existência dos documentos, como se a possibilidade de falar fosse uma evidência, e como se não acontecesse nada no discurso senão uma ausência, originária ou de superfície, ausência que o trabalho analítico teria de descobrir e superar.

Segundo Foucault em *Arqueologia do Saber* (1969, p. 61): ‘’Não se pode falar em qualquer época de qualquer coisa; não é fácil dizer qualquer coisa que seja nova’’. A existência de documentos está sempre sujeita ao processo histórico-social. Quando se diz algo em uma época, se diz dentro de um contexto, exterior ao documento, mas constitutivo dele, sobretudo quando se trata de documentos institucionais como aqueles que fundam a CASA. Além do fato de que o aparecimento de documentos seja um processo controlado daquilo que pode e deve ser dito em determinada época, da mesma maneira, não se pode vir a dizer depois aquilo que não se disse numa dada época, aquilo que se poderia ter dito. Não é isso que se diz quando se responde à questão sobre o que é que tornou possível dizer isso. Isso foi dito, está dito: aconteceu.

O que constitui um acontecimento discursivo? Qualquer coisa é dita. Um acontecimento discursivo: qualquer coisa que se solta do ‘’murmúrio anônimo’’[25]. As primeiras páginas de *A Ordem do Discurso* (1972) referem-se a esse murmúrio. Dar conta desse acontecimento, descrevê-lo — descrição que constitui um polimento, uma talha, uma invenção da sua ‘’base’’ —, eis “a tarefa da análise do discurso”. Porque, justamente, quer-se dar conta da relação da linguagem com outra coisa, de “uma prática” em que a linguagem se relaciona com “outra coisa”. E aquilo que em Foucault mais está em causa na noção de discurso é que constitui uma “prática” — prática de muitas coisas, prática social também. O discurso como prática é essa instância da linguagem em que a língua (e outras semioses) está relacionada com “outra coisa”, a qual não é lingüística nem semiótica. De onde, a relação das semioses com “outra coisa” que não é de natureza semiótica, relação que se dá no uso da linguagem, essa relação é o discurso. O discurso é uma prática que relaciona a linguagem com “outra coisa”, é aquilo a que Foucault chama “prática discursiva”:

> *“Não a podemos confundir com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade*

[25] Foucault denomina de ‘murmúrio anônimo’ o já dito na história. Para o teórico do discurso, não há origem dos dizeres fundado no nada, ou somente no instante da enunciação. Todo dizer emana de um campo de dizeres, regulados por saberes e crenças. O murmúrio anônimo, então, pode ser concebido como o conjunto de enunciados de uma época que circulam nos grupos sociais e que ganham corpo institucional, na medida em que assumem uma autoria autorizada.

> *racional que pode ser acionada num sistema de inferência; nem com a "competência" de um sujeito falante quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, numa dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa." (FOUCAULT, 1969, p. 147-148).*

O acontecimento discursivo pressupõe a anterioridade de uma linguagem – "*il y a du langage*"- (FOUCAULT, 1969, p. 146), a anterioridade do texto que configura o "murmúrio anônimo". Há o "murmúrio anônimo" e, de repente, dá-se um acontecimento, qualquer coisa que é dita. Alguém disse, mas quem? Será que a linguagem começou nesse "alguém"? Impossível: o murmúrio é anterior. Ninguém diz nada sem ter ouvido dizer (intertextualidade: todo dizer é constituído a partir de dizeres anteriores) - e sem estar neste ou naquele lugar (identidade dos agentes e relações de poder: as posições sociais dos interlocutores e a imagem que fazem de si e dos demais funcionam como sistemas de restrição daquilo que pode e deve ser dito), e sem ser, ele próprio, qualquer coisa diferente dele próprio (agente fragmentado: as identidades dos agentes são marcadas não só pela imagem que cada um tem de si, mas também a imagem que os demais têm dele constituem parte da identidade do agente), muitas coisas diferentes, um "estatuto", uma "posição", vários "eus". Por conseguinte, "o discurso é um relacionamento complexo", um empreendimento de relações, e esse relacionamento define as próprias regras de exercício ou de existência da enunciação, dos agentes e dos enunciados[26].

A análise enunciativa ou discursiva de Foucault não se vai exercer somente na forma de uma interpretação, de uma análise do sentido: ela visa, principalmente, a descrever aquilo que é efetivamente dito, mas do ponto de vista da sua existência: visa descrever "modalidades de existência", visa definir um conjunto de "condições de existência".

[26]Entende-se por enunciado as materialidades linguísticas em geral, já ditas, como algo resultado de um processo passado, e por enunciação o acontecimento da materialização lingüística relacionado ao momento presente da produção do enunciado. Essa diferenciação é importante para se entender os mecanismos a que se faz referência quando se estuda a enunciação, que não estão presentes nos mecanismos de estudo dos enunciados. Em outras palavras, os mecanismos relacionados ao enunciado são estruturais e sistêmicos, e os mecanismos relacionados à enunciação são históricos e exógenos ao sistema que o constitui. Argumento da linguagem privada de Wittgenstein.

Quais devem ser, então, as perguntas a serem colocadas ao que está dito? É o próprio Foucault quem responde:

> *"De que modo é que elas existem, o que é que é isso de se terem manifestado, de terem deixado marcas e, talvez, de terem ficado ali, para uma eventual reutilização; o que é que é isso de terem sido elas a aparecer — e não outras no seu lugar. Na verdade, sabemos que de uma maneira ou de outra, as coisas ditas dizem muito mais do que elas próprias." (FOUCAULT, 1969, p. 144).*

Sabe-se também que um mesmo conjunto de palavras, ou enunciados, pode dar lugar a vários sentidos, e a várias construções possíveis, e a várias ações; mesmo assim, todos estes sentidos, todas estas possibilidades de dizer e de fazer que atravessam as coisas ditas, tudo isso supõe, já, precisamente, a existência das coisas ditas, a isso, Foucault chama de ''dado enunciativo'' (FOUCAULT, 1969, p. 146). O dado enunciativo permanece inalterado e constitui a base tanto do que é dito quanto dos seus sentidos, dos seus modos de enunciação, das suas ações.

Em *A ordem do discurso,* Foucault afirma que a palavra é dita e é trocada "no interior de complexos mecanismos de restrição'' (1972). A hipótese de partida desta obra é:

> *"[...] suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de processos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, esquivar-lhe a pesada, temível materialidade." (FOUCAULT, 1972, p.12)*

Deve-se, portanto, observar que o conceito de interação, visto do ponto de vista da teoria do discurso, é diferente daquela da teoria da comunicação (Jakobson[27]), que parte da premissa do uso da linguagem como *medium* das

[27]Roman Jakobson (1896-4982): Seus trabalhos sobre Teoria da Comunicação definiram os conceitos de emissor, receptor, mensagem, código e canal. Segundo Jakobson, no processo de comunicação, se entende o **emissor** como aquele que, de posse de um **código** - traços distintos que podem ser combinados segundo regras -, transmite uma **mensagem** - um conjunto de elementos portador de informação - através de um **canal** - meio ou veículo pelo qual trafega a informação - para um **receptor**, aquele que recebe uma mensagem e a relaciona com um código comum ao emissor, decodificando e interpretando a informação.

intencionalidades informativas, troca de informação por intermédio de mensagens. A interação de que trata Foucault é mais crítica, visto que não será pacificação, mútuo entendimento e exercício livre das competências dos interlocutores. Ela será, em vez disso, uma luta pela palavra ("*parole*" e não "*mot*"), uma luta com a palavra — e uma restrição da palavra.

A palavra é alvo do exercício de poderes que a controlam; os poderes não incidem apenas sobre os corpos, mas também sobre as palavras. E porque sucederá isso? Ao que parece, pela suspeita de que há na atividade discursiva "poderes e perigos que imaginamos mal" (FOUCAULT, 1972) — e porque o discurso é também objeto do desejo, porque "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos apoderar-nos" (FOUCAULT, 1972). E ainda segundo a hipótese de Foucault, o controle discursivo, para além de ser uma luta simultaneamente pelo poder e contra o poder da palavra, visa também "refrear-lhe o acontecimento aleatório" (FOUCAULT, 1972) — diante de qualquer discurso proferido, de qualquer coisa dita, de qualquer coisa escrita, procura-se de imediato localizá-la, amarrá-la, e isto por intermédio de mecanismos que ligam aquilo que é transitoriamente dito ou a qualquer coisa já dita, ou a um sentido não dito mas que esclarece, explica aquilo que é dito (é este, por exemplo, o mecanismo do comentário e das evocações míticas), ou a alguém, ou a uma disciplina teórica.

Por conseqüência, a instância do discurso nos é apresentada por Foucault, em *A Ordem do Discurso*, enquanto resultado de diversos sistemas de controle da palavra ("*parole*"), resultado das mais diversas práticas restritivas da palavra: sejam aquelas que limitam o que pode ser dito, o que pode ser dito de verdadeiro, o que pode ser dito de razoável, operando uma espécie de bloqueio no murmúrio anônimo; sejam aqueles mecanismos que prendem tudo aquilo que aparece na ordem do discurso a um mesmo — texto primeiro, autor, disciplinas —; sejam aqueles que, pela instituição de uma cena a repetir, pela constituição de "sociedades de discurso", pelo funcionamento doutrinal do discurso, pelas apropriações sociais, limitam os sujeitos falantes. São os três sistemas de exclusão do discurso: externos ao discurso — o interdito; a partilha da razão e da loucura; e a vontade de verdade; internos ao discurso — o comentário; o autor; as disciplinas teóricas; a exclusão dos sujeitos falantes — rituais da palavra, sociedades de discurso, doutrinas e apropriações sociais. Aquilo que é efetivamente dito não provém de um tesouro infinito de significações, mas de condições de possibilidades específicas.

Por tudo isto, a análise do discurso procurará, em suma, encontrar "as regras anônimas que definem as condições de existência dos acontecimentos discursivos": as regularidades dessa dispersão de acontecimentos (tema do cap. II de *Arqueologia do Saber*).

Um dos temas da História da Loucura, por exemplo, não era em pesquisar se a semelhança que é estabelecida pelo discurso da psicopatologia do século XIX entre condutas criminosas e comportamento patológico é ou não justa. Antes, está em saber por que é que se tornou possível operar desse modo, ou como é que a criminalidade transitou do âmbito estritamente jurídico para o domínio da psiquiatria, como a criminalidade tornou-se objeto de perito médico, do discurso psiquiátrico. (FOUCAULT, 1972, p. 59 e 65)

Finalmente, se o discurso é uma prática social, a prática do discurso não poderá ser entendida separadamente das práticas que não são linguísticas. Mas "a relação do discurso com o que não é discurso é algo que se dá discursivamente", por conseguinte, é algo que se apresenta no discurso.

A partir do que precede, intenta-se articular o modelo analítico do analista do discurso inglês, Norman Fairclough, com a teoria do discurso de Foucault.

2.1.2 - Sobre a análise do discurso

Language and power (1989) pode ser considerada obra seminal de Fairclough para a consolidação da Análise de Discurso Crítica. O principal foco do livro é explicar convenções existentes de relações de poder e luta de poder no funcionamento da linguagem. Além de análises, o autor traz discussões teóricas, como as que relacionam "discurso" à prática social, poder, senso comum, ideologia. Em 1992, publica o livro *Discourse and social change*, no qual também desenvolve um referencial teórico-metodológico. Desse trabalho, surgiu a concepção tridimensional do discurso, segundo a qual, o texto, a prática discursiva e a prática social são constitutivos uns dos outros. A dimensão textual corresponde à materialidade da prática discursiva, que, por sua vez, está inserida na dimensão da prática social:

Na recente obra teórico-metodológica de Fairclough, *Analysing discourse for social research*, publicada em 2003, o autor avança as propostas para a análise de textos que sirva para a pesquisa social. O estudo da relação entre discurso e prática social é condição *sine qua non* em análises discursivas. Dessa forma, a pesquisa não se restringe à perspectiva lingüística, nem à perspectiva discursiva, pois considera as duas perspectivas interligadas dialeticamente.

Diante disso, destaco dois conceitos-chave: o de prática social e o de discurso. Fairclough apresenta prática como "os exemplos reais das pessoas que fazem, dizem ou escrevem coisas" A prática social está intimamente relacionada com os domínios da ideologia e do discurso. Ademais, as práticas devem ser vistas em sua relação com estruturas sociais e eventos. A vida social é formada de práticas e as práticas são "maneiras habituais, ligadas a tempos e espaços particulares, nos quais pessoas aplicam recursos (materiais e simbólicos) para atuarem juntas no mundo" (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 21). O cotidiano, a economia, a política, por exemplo, são domínios que constituem as práticas sociais. As práticas sociais são abstratas e ocupam lugar intermediário entre um nível mais abstrato ainda, que são as estruturas sociais, "amplo contexto de condições para a vida social" (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 22), e um nível concreto, que se refere aos eventos sociais, "acontecimentos individuais, imediatos e ocasionais da vida social" (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 22).

Fairclough argumenta que as "*práticas sociais* podem ser vistas como articulações de diferentes tipos de elementos sociais, os quais estão associados a áreas particulares da vida social" (FAIRCLOUGH, 2003, p. 25) e enfatiza, mais uma vez, que a análise de discurso deve sempre ter em mente a articulação entre elementos sociais discursivos com os não discursivos. Quais sejam: ação e interação; relações sociais; pessoas (crenças, atitudes, histórias, etc.), o mundo material; discurso.

Dentro dessas considerações, temos: a formação das práticas sociais – que coexistem em uma rede de práticas que moldam os eventos, mas não os determinam fixamente, em função das diferentes possibilidades de organização contextual de elementos sociais e da própria rede de práticas. Acrescenta-se a isso a ação de agentes sociais, que estabelecem relações dialéticas com a estrutura social. Eles tanto são influenciados pela estrutura social (assim como as práticas e os eventos), como atuam dentro das estruturas, sendo capazes, portanto, dentro dos limites disponíveis, de provocar mudanças nas práticas sociais e na própria estrutura social.

Quanto ao *discurso*, Fairclough o considera no singular e no plural: "discursos" como materialidades textuais, um dos momentos da prática social; e "Discurso" como campo de saber, mais abstrato, que orienta e sustenta as racionalidades legitimadoras dos textos. Para os efeitos desta pesquisa, no entanto, tomo por discurso apenas a concepção abstrata de Fairclough, ou seja, aquilo que articula os mecanismos lingüísticos com sua exterioridade. Discurso, no sentido de materialidade textual, será tratado como texto.

2.2 - Aplicação da teoria do discurso à metodologia de pesquisa

Fairclough inspira-se no funcionalismo de Halliday para desenvolver as categorias analíticas do discurso. Para Halliday[28], a linguagem se estrutura em função dos usos sociais que se faz dela. Os usos determinam as funções, que, por sua vez, determinam a estrutura. Toda linguagem, segundo Halliday, é multifuncional. Esse autor destaca três macrofunções básicas: ideacional, interpessoal e textual. A função ideacional refere-se ao caráter narrativo/descritivo da linguagem, manifestação de conteúdos que estejam ligados à experiência que o falante possui do mundo concreto, real ou de seu universo subjetivo, interior. A função interpessoal refere-se ao aspeto da linguagem relacionado à interação comunicativa, em que a linguagem é mantenedora das relações sociais, com a finalidade de expressar papéis sociais onde haja contato entre dois ou mais indivíduos. A função textual refere-se ao aspecto textual propriamente dito, em que a linguagem estabelece vínculos com ela mesma e está ligada às características da situação em que é usada. É mediante essa função que o indivíduo – falante ou escritor – é capaz de criar textos e o ouvinte ou leitor consegue distinguir um texto de um conjunto aleatório de frases. A função textual é, pois, um instrumento das outras duas, já que sempre o ato comunicativo necessita da elaboração de textos. Cada uma das macrofunções, vale ressaltar, determina um tipo específico de significado no texto. No entanto, as três atuam juntas em textos e podem ser esquematizadas da seguinte forma:

Ideacional	REPRESENTAÇÃO da experiência, um modo de constituição da "realidade" na língua: os enunciados remetem a ações, estados e outros processos da atividade humana através da relação simbólica.
Interpessoal	Linguagem como AÇÃO, o significado na perspectiva de sua função no processo de interação social.
Textual	Linguagem como texto. Refere-se aos aspectos semânticos, gramaticais, estruturais, que devem ser analisados no texto.

[28] **Michael Halliday**, ao contrário de Saussure (1913), desenvolveu amplamente a ideia de que as estruturas linguísticas são determinadas (função) pelos usos dos falantes. Começa sua carreira na década de 1960 com uma nova abordagem da análise gramatical, que ele chamou de Scale-and-Categories Grammar ("Gramática de Escala e Categorias"). Halliday chegou a construir um corpo de teoria articulado e ambicioso que acabou por chamar-se Linguística sistêmica-funcional (Systemic Linguistics).

Fairclough (2003) apresenta proposta de categorização analítica inspirada nas macrofunções da linguagem, apresentadas por Halliday. A preocupação fundamental de Fairclough, no entanto, não é a linguagem em geral, mas a articulação dos elementos discursivos nos textos. Desse modo, sugere três tipos principais de significado: representacional (modos de representar), acional (modos de agir) e identificacional (modos de ser).

Discurso (significado representacional)	Representação de aspectos do mundo físico, mental, social – em textos.
Gênero (significado acional)	Texto como modo de inter(ação) em eventos sociais
Estilo (significado identificacional)	Construção e a negociação de identidades no discurso.

Analistas de discursos partem do princípio de que as relações internas dos textos são ligadas às relações externas. A análise discursiva, portanto, deve ser entendida como análise do texto associado ao contexto social em que está inserido, o que equivale dizer que a análise de discurso pauta pelo estudo das relações dos textos com eventos, práticas e estruturas. Nesse sentido, a prática de análise de discurso deve trazer para o campo da visibilidade uma descrição de como os três tipos de significados tomam formas nas materialidades da linguagem, em um primeiro momento, para, em um segundo momento, demonstrar/interpretar como se dá a articulação entre o evento discursivo e as práticas sociais, verificando os efeitos de sentido criados a partir dessa articulação e materialização.

Diferentes textos podem representar diferentes perspectivas do mundo, associadas a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo e que dependem de suas posições no mundo e das relações que estabelecem com outras pessoas. As relações entre diferentes discursos podem ser de diferentes tipos, quais sejam: de complementaridade, de competição, ou de dominação. Os discursos, ao fim e ao cabo, constituem parte do recurso utilizado por atores sociais para se relacionarem, cooperando, competindo, dominando.

INTERDISCURSIVIDADE - é a heterogeneidade de um texto em termos da articulação de diferentes discursos. Análise interdiscursiva – identificação dos discursos articulados e da maneira como são articulados.

ESTILOS - relacionam-se à identificação de atores sociais em textos, constituem o aspecto discursivo de identidades. Fairclough (2003) sugere

que a identificação seja compreendida como um processo dialético em que discursos são inculcados em identidades. Na perspectiva de estrutura e ação, como na concepção de Giddens (1984), as pessoas são pré-posicionadas no modo como participam em eventos e interações sociais, mas também são agentes sociais criativos, capazes de criar e mudar coisas.

De acordo com a dialética entre discurso e prática social, as categorias textuais devem ser relacionadas às questões sociais derivadas do problema, da conjuntura, da função do problema na prática, dos obstáculos estruturais para a eliminação do problema.

Nesta pesquisa, como enunciado anteriormente, analisam-se as Declarações de Cusco e de Ayacucho, consideradas documentos fundadores da instituição CASA. Orienta-se pela investigação discursiva dos textos para diagnosticar quais são os discursos que habitam as formas linguísticas dos referidos documentos. Em seguida, apresenta-se uma análise da Revista DEP (Diplomacia Estratégia e Política) na função de discurso consumido, que circula na sociedade dos agentes políticos envolvidos com a CASA. Esse processo permitirá entender o discurso para além das materialidades linguísticas. O sentido que circula e que possibilita a existência dos enunciados.

Do ponto de vista do Construtivismo, a Análise do Discurso funciona como instrumento de análise para as reflexões políticas que se pretende. Obviamente, o trabalho aqui é mais simples do que aponta a conjunção teórica do Construtivismo e da Análise do Discurso. Dedicar-se-á ao estudo de alguns aspectos simbólicos, presentes nas Declarações e, em seguida, identificar-se-á a presença ou ausência de tais aspectos nos textos que circulam. A rapidez da escrita, apressada pelo tempo, conjugada com o limitado escopo deste trabalho, certamente, contribuirão para a singeleza do estudo. Fica, porém, a ideia de interpretação como mais um meio (metodologia?) de estudar as relações internacionais.

3 - Contextualização Histórica

3.1 – Surgimento do regionalismo contemporâneo

O processo de regionalização ganhou relevo a partir da década de 1980, principalmente no setor econômico. Sob a pressão dos processos de neoliberalismo e de globalização, os países periféricos procuraram alternativas, mediante políticas de regionalização, como forma de defesa contra os efeitos drásticos da globalização dos grandes capitais, sobretudo no que se refere à desregulamentação financeira e à reforma do Estado.

Ademais, as políticas de integração regional se tornaram instrumentos importantes para os países americanos menos desenvolvidos conseguirem inserção internacional. Os blocos regionais, a exemplo de Mercado Comum do Sul (Mercosul), Comunidade Andina de Nações (CAN) e Mercado Comum e Comunidade do Caribe (Caricom), têm atuado para a aproximação dos povos e governos da região, bem como para promover o desenvolvimento nacional e a inserção no mundo dos países que compõem os blocos. Por essa razão, os regionalismos contemporâneos têm tido papel mais avançado do que o meramente econômico. Eles têm atuado como instrumentos múltiplos e complementares de defesa, estratégia e política.

Ainda hoje, existem debates nos espaços acadêmicos acerca da complementaridade ou disparidade dos processos de regionalização frente ao processo de globalização. Este trabalho filia-se à corrente que compreende

esses fenômenos como processos paradoxais possíveis, pois tanto atuam como mecanismo de complemento para uma globalização paulatina, como se apresentam sob a forma de resistência a uma globalização invasiva[29]. De qualquer forma, é fato que os dois processos são conexos e guardam uma relação causal entre si.

Considera-se também, para os efeitos desta pesquisa, que os regionalismos contemporâneos abaixo do Rio Grande constituem mecanismos de reação à nova ordem mundial, instaurada a partir do fim da década de 1980, mais especificamente a partir da queda do muro de Berlim e da dissolução da União Soviética, em 1989. No contexto desses eventos, alguns autores argumentavam que uma nova etapa da história da humanidade estava surgindo. Ela seria caracterizada pelo fim das dialéticas, pelo fortalecimento das democracias, pelo primado do Direito Internacional e, sobretudo, pela instauração, no âmbito global, da economia de mercado.

Alguns acontecimentos, no entanto, logo demonstraram que tais previsões não se confirmavam. São considerados sintomas da falência das tentativas neoliberais, segundo José Flávio Sombra Saraiva "o teste nuclear francês no atol de Mururoa (1995-1996); a crise financeira asiática, Tailândia (1997)...", para citar os principais. O último dos eventos, que desmoralizou o pensamento neoliberal, como nova ordem mundial, foi o ataque terrorista, nos Estados Unidos (2001), conhecido como "11 de setembro".

As transformações, por que passou a humanidade nos últimos trinta anos, trouxeram para evidência a complexidade do mundo, atravessado por várias lógicas. Tamanha 'esquizofrenia' da realidade política internacional contemporânea tem provocado ajustes, não só metodológicos, mas epistemológicos e ontológicos, nos estudos das relações internacionais, no sentido de instrumentalizar os agentes sociais para uma participação mais crítica na formulação de políticas internacionais. Não se pode mais estudar fenômenos políticos internacionais utilizando apenas o crivo racionalista-sistêmico, orientado por somente uma lógica e encerrar as ações possíveis dentro de um esquema sistemático, nem mesmo considerar a realidade em que atuamos um ente passível de completa objetividade. Para uma percepção

[29] O processo de globalização invasiva é aqui tomado no mesmo sentido que Minton Santos (2004) denomina de "globalização perversa". Na base desse pensamento está a caracterização de uma globalização econômica, assimétrica, cujo objetivo é a expansão dos capitais, sem, contudo, levar em consideração os impactos sociais que possam causar.

mais crítica do ordenamento mundial, é preciso, em primeiro lugar identificar elementos constitutivos da realidade, como identidades, agentes, estruturas, ideologias, processos, lógicas, mudanças, permanências etc, sem os quais não será possível sequer compreender as dinâmicas da globalização e da regionalização.

A formação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), como instituição de familiaridade dos povos da América do Sul, constitui parte de todo um processo de construção e desconstrução das relações de força que comandam a história recente. Não há um princípio universal ordenador capaz de explicar todos os acontecimentos do mundo hodierno relativos aos vários processos de regionalização ensaiados ao sul do hemisfério ocidental, haja vista a multiplicidade de arranjos e a multidimensionalidade da própria realidade que nos cerca. Há também, em adição, a questão da tecnologia da informação, como novo fator de territorialidade e de campo de ação.

Milton Santos (2002) percebe a globalização como um processo irreversível de desterritorialidade, com profundas consequências para o tradicional Estado-nação. Esse autor argumenta que pessoas e empresas convivem em múltiplos territórios, em simultaneidade, de modo que as pessoas transitam entre o território da casa, do bairro, da faculdade, do trabalho, da diversão, mas também transitam, mediante o uso de tecnologias virtuais, outros espaços, reais ou imaginários. As empresas, sobretudo as transnacionais, transitam pelo território da planta da empresa, do estabelecimento comercial conexo, do escritório, da rede de logística, do mundo dos consumidores, mas também do mundo midiático da propaganda, das redes de Internet etc.

A instituição de arranjos regionais insere-se nesse processo, ora acelerando-o, ora obstaculizando-o. A nova ordem mundial é construída por diversas redes que interligam os pontos mais dinâmicos do planeta aos recônditos anteriormente esquecidos. Milton Santos (2004) argumenta que o papel das regiões excluídas e isoladas, que são as áreas mais pobres, é a contraparte de um processo de globalização perverso que, por um lado, potencializa a pobreza, por outro, maximiza o lucro.

Os diversos regionalismos foram, em grande parte, impulsionados pela necessidade de reação dos países pequenos a forças globalizadoras de cunho neoliberal. A globalização neoliberal é fundada em três princípios: o Estado nacional deixou de ser o principal ator das relações internacionais (o que não significa dizer que o Estado é um ator sem importância); a presença de grandes multinacionais representa a "desnacionalização" irreversível dos processos

econômicos; e estamos caminhando para um processo de governança global (Saraiva, 2001). A CASA é uma tentativa de responder, ou melhor, reagir à uma das principais demandas colocadas pela nova ordem mundial em formação: como influir no contorno desta nova ordem global, com vistas a superar o *status* periférico de que gozam os países da América do Sul?

3.2 - Surgimento da CASA

A CASA passou a existir, como instituição, mediante a assinatura das Declarações de Cusco e de Ayacucho, dando forma a uma nova geografia no continente americano. A integração Sul-Americana, no entanto, tem sido parte substantiva dos objetivos nacionais do sul do hemisfério americano desde o século XIX. Naquela época, no entanto, o referente geográfico que parecia mais apropriado era o circuito ibero-americano sob a nomenclatura de América Latina, resguardando a lógica que movia os processos regionais daquela época. América do Sul constitui uma das fases e representa uma das tentativas das políticas estatais de congregação de forças entre países vizinhos ao Brasil. Pode-se dizer que América do Sul, atualmente, passa por um regionalismo correlato, às vezes complementar, outras vezes dissidente, à América Latina.

Apesar de tentativas de integração regional ter lugar na história da região desde o século XIX, a criação de instituições, propriamente ditas, data de época mais recente. A criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi um dos marcos fundadores. Em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou a CEPAL, órgão destinado a desenvolver pesquisas na área econômica a fim de prestar assessoramento econômico aos países da região quanto ao desenvolvimento e melhora da qualidade de vida. Depois da CEPAL, vieram outras instituições voltadas à política regional.

Em 15 de fevereiro de 1960, foi constituída a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), mediante a assinatura do Tratado de Montevidéu. Em 1967, mediante a Declaração de Presidentes da América, os chefes de Estados assumem o compromisso de criar uma área de livre comércio latino-americana, no prazo até 1985.

Em 1980, a ALALC é substituída pela ALADI, sob o espírito de promoção do desenvolvimento econômico e social na região. Também em 1980, os Presidentes do Brasil e da Argentina, mediante a assinatura da Ata de Buenos Aires, instituem o Mercado Comum bilateral, com previsão de

funcionamento pleno até 1994. É válido ressaltar que a aceleração do processo veio sob decisão presidencial conjunta em 1990. Assim é que em março de 1991, foi celebrado o Tratado de Assunção, instituindo o Mercado Comum do Sul (Mercosul) com quatro Membros fundadores.

Criado em 26 de março de 1991, o Mercosul foi instituído com o objetivo de estabelecer um mercado comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Os Estados estavam convencidos de que, como processo reativo à globalização, a ampliação dos mercados era condição fundamental para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social. Entre os princípios expressos no Tratado de Assunção, destacam-se: o princípio de reciprocidade de direitos e obrigações (art. 4); paridade em relação aos produtos comercializados (art. 7); não discriminação (art. 8, d).

A partir da assinatura do Tratado de Assunção, foi iniciado o chamado "período de transição", com data estabelecida para finalizar em dezembro de 1994. Nesse período, preocupou-se em remover barreiras tarifárias e não tarifárias, bem como adaptar os cenários nacionais ao âmbito regional, tão necessário, principalmente porque os agentes governamentais tinham como parâmetro de desenvolvimento o pensamento econômico de industrialização por substituição de importação.

O Protocolo de Ouro Preto, assinado em dezembro de 1994, estabeleceu, principalmente, a estrutura institucional do Mercosul. Outro avanço proporcionado pelo Protocolo, vale lembrar, foi ter outorgado personalidade jurídica à instituição, o que permitiu o estabelecimento de relação do Mercosul, como bloco, com outros blocos e países. Em dezembro de 1995, foi assinado o Acordo de Cooperação entre a Comunidade Europeia e o Mercosul. Esse Acordo foi o primeiro entre dois sistemas regionais de integração.

Hoje, o Mercosul representa uma realidade. Ressalta-se, no entanto, que a participação do Brasil no Mercosul não o desautoriza a atuar em outras esferas de forma independente. A articulação do Brasil, como um *global trader*, orienta-se na constituição de acordos e fortalecimento de associações com países emergentes, como Índia, China e África do Sul.

O Brasil, no entanto, não pretendia limitar sua ação ao Mercosul, como processo de integração regional. Pode-se observar outro projeto em construção, ainda mais ambicioso, associado ao Mercosul e a outras iniciativas regionais, a saber, a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).

A CASA foi criada em dezembro de 2004 pelas Declarações de Cusco e Ayacucho. No ano seguinte, ocorreu a primeira reunião de cúpula da

comunidade, à qual compareceram representantes de doze países. No discurso de abertura, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva afirmou que:

> *"[...] estamos reunidos aqui para aprofundar os compromissos que assumimos em Cusco, em dezembro passado. Naquela ocasião, lançamos as bases da Comunidade Sul-Americana de Nações. Afiançamos nossa convicção em uma história compartilhada, em um destino comum. Estamos decididos a concretizar um sonho de integração e unidade que animou os próceres de nossa independência." (Presidente Lula, 2004).*

Espera-se que a CASA transforme-se em uma área de livre comércio que unirá o Mercosul e o Pacto Andino, eliminando todas as tarifas para produtos considerados não sensíveis em 10 anos e para produtos sensíveis para 15 anos. Trata-se, sem dúvida, de um ambicioso projeto, com meta de integração não só quanto à economia, mas também à infraestrutura, à diplomacia e aos povos. A CASA possui 17.715.335 Km² com 367 milhões de habitantes. Não resta dúvida de que a formação política, no âmbito da CASA, aumentará a representação Sul-Americana no contexto internacional de maneira muito mais efetiva e pró-ativa.

Necessário é lembrar as razões que levaram o Governo brasileiro a deslocar ações políticas, antes devotadas à América Latina, para a América do Sul, já que até mesmo a Constituição Federal de 1998 estabelece, como linha prioritária da política externa brasileira, a busca pela integração latino-americana[30]. Um dos principais argumentos que apontam para o desgaste do termo em análise é o fato de ''América Latina'' ter sido uma criação napoleônica, do início do século XIX, para a colonização e formação do império francês.

Além desse argumento histórico de longa data, o termo "América Latina" se desgastou com o fato de o México, um dos pilares da integração latino-americana, ter se associado ao NAFTA, juntamente com os Estados Unidos, abandonando, em princípio, o latinismo. Esse movimento mexicano contribuiu para que "América Latina" adquirisse sentidos imprecisos, e mesmo de improdutividade. Tal impasse

[30] Art 4º, parágrafo único, da Constituição Federal: "A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações".

levou aos formuladores de política brasileira a criarem um conceito mais operacional para a atuação regional, de forma a prosseguir a política de formação de bloco. Lê-se no artigo do Embaixador Fernando Guimarães Reis:

> *"... para nossa política externa, a América Latina não é uma prioridade excludente, mas é certamente uma prioridade diferente, catalisadora, nervosa. Transita por ela a possibilidade de criar e de operar outras prioridades. Para estar bem como resto do mundo, o Brasil precisa – primeiro - estar bem com seus vizinhos sul-americanos." (Reis, 1997)*

Assim foi que, a partir do Governo Collor, passou-se, no âmbito político-institucional, a denunciar a invenção do conceito de América Latina, como algo exógeno, imposto de fora, e a privilegiar a novidade, América do Sul, como uma invenção endógena, mais adequada aos interesses dos atores que conformam a geografia da América do Sul porque pensada a partir de esferas domésticas.

Essa transição conceitual teve lugar, principalmente, no Governo Itamar Franco, desde a VI Reunião de Cúpula do Rio, ocorrida em Buenos Aires em 1992, na qual teve destaque o lançamento da Iniciativa Amazônica, até a Reunião do Grupo do Rio, ocorrida em Santiago do Chile em 1993, mediante proposta brasileira de criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA).

No caso da ALCSA, a proposta brasileira previa a convergência paulatina dos países envolvidos em acordos sub-regionais do Mercosul, Iniciativa Amazônica, Pacto Andino, além de negociações bilaterais com o Chile, em direção à criação de uma área de livre comércio plena (Flávia Melo, 2000). Do ponto de vista brasileiro, a proposta de criação da ALCSA era uma resposta direta à percepção de que a ALCA e o NAFTA exerciam uma forte atração sobre países importantes da região, principalmente sobre Argentina, Chile e Colômbia. Com a participação do México no NAFTA e das relações próximas entre o Caribe e os Estados Unidos, a conformação da América do Sul, como integração regional, demonstrou ter maiores possibilidades de existência, sobretudo tendo Argentina ao sul e Venezuela ao norte.

Entretanto, diversos tipos de problemas comprometeram a viabilidade da ALCSA. O seu anúncio, no Grupo do Rio, feito sem prévia consulta aos parceiros do Mercosul, em um momento em que o bloco já negociava sua transformação em uma união aduaneira, perturbou os parceiros sub-regionais e levou o Uruguai a pedir a suspensão das negociações sobre a Tarifa Externa Comum (TEC). Esse ato evidenciou a insegurança dos países vizinhos em

relação ao "fantasma" do sub-imperialismo brasileiro, imagem do "outro" vizinho que geralmente interfere na troca de informações "verdadeiras".

Durante os dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso, o Itamaraty tentou dar continuidade no projeto de superação de tal insegurança mediante a formação de uma ideia de que as iniciativas brasileiras no plano regional não teriam pretensões de liderança, ou, se houvesse tentativa de liderança, teria sido pela linha da criatividade em propor novos caminhos políticos para a região.

3.3 - Contextualização histórica do termo América do Sul

Para que a análise dos conceitos contemporâneos de América do Sul e América Latina seja efetiva, é necessário fazer, preliminarmente, uma retrospectiva arqueológica desses termos, assim como faz Santos (2005), evidenciando os vários sentidos que esses termos foram adquirindo ao longo do tempo, tendo em vista que, via de regra, as realizações do presente, embora não sejam determinações dos acontecimentos passados, encontram-se nas redes de sua trajetória histórica de continuidades e de mudanças. Um passado que firma as origens, as mudanças, o acúmulo de significados, bem como um passado que direciona os efeitos de suas reverberações no processo histórico atual. Em última instância, o argumento que esta pesquisa defende é a ideia de que o processo histórico permite instrumentalizar o resgate das identidades das nações que possam corroborar a formação regional, bem como resgatar as lacunas e contradições deste processo.

Em todo estudo de América do Sul, Indo-América, América Hispânica, Ibero-América, América Latina ou ainda América Latina e Caribe, pode-se perceber que os autores forjam, na reconstrução do processo histórico (pelo menos do ponto de vista da historiografia oficial), um passado semelhante, produtor de identidade. Tanto a América do Sul quanto a América Latina, assim, têm, como elemento histórico constituinte da identidade, a forma de exploração dos recursos naturais e das populações nativas. Exploração agressiva, parte do espírito da época, para garantir o progresso colonizador das metrópoles que desestruturaram a organização primitiva da região, deixando-a vulnerável e "periférica" no cenário internacional.

Outro ponto pretérito de convergência das identidades da formação dos países da região foi a simultaneidade do processo de independência dos países sul-americanos, por conseqüência da invasão napoleônica à península ibérica.

Uma diferença, a se destacar, no entanto, aparece no processo brasileiro de independência em relação aos demais países da região. Esse processo de

independência constitui prova de que eventos históricos reverberam no presente e são incorporados nas práticas das pessoas. A independência brasileira gerou o que Soares de Lima (2006) e Coutinho (2006) chamam de "síndrome de desconfiança" dos países vizinhos quanto ao verdadeiro caráter político do Brasil: novo país ou velho imperialista? Em 1806, a Coroa Portuguesa, em vez de tornar o Brasil independente, transfere-se para a colônia brasileira, elevando-a ao *status* de Reino Unido a Portugal e Algarve. A interpretação dos historiadores tem sido polêmica a respeito, pois alguns acham que foi um disparate, uma covardia em relação ao povo português remanescente das terras lusitanas, e outros encontram na trasladação da família real portuguesa para o Brasil uma estratégia sábia que levou a preservação do trono português e ao desenvolvimento do Brasil.

Há de se notar, no processo de independência brasileiro, que, apesar das guerras e conflitos entre os dois países, houve manutenção dos laços entre Brasil e Portugal. Dom Pedro I proclama a independência em 7 de setembro de 1822, em outubro é aclamado e em dezembro passa a ser o imperador do Brasil, mantendo os vínculos monárquicos com Portugal, a escravidão como forma de produção e a não-participação do povo na vida política da nova nação.

Bastante diferente foi o processo de independência no restante da América Latina, de colonização espanhola, que contou com heróis nacionais (tão ao gosto do Romantismo) na efetivação de suas independências. Esses libertadores transmitiram, através dos tempos, a ideia de que lutaram com bravura, de que resgataram a dignidade de seus povos mestiços, mediante a independência e, pós-independência, mediante democratização para participação do povo na vida política.

Mesmo levando em conta diversos fatores que abrem discussão da disparidade existente entre a América de colonização espanhola e aquela portuguesa, não há dúvidas de que há elementos semelhantes, da maior importância para a convergência de pensamentos sobre a integração econômica, física, política e cultural.

Os "heróis" e "intelectuais" construíram símbolos, no discurso latino-americano[31], responsáveis por transformações gradativas nas práticas sociais. O pan-

[31] Mesmo que em síntese esse conceito "latino" traga controvérsias de sua origem e um ar pejorativo, foi o adjetivo que em inúmeras questões históricas trouxe um significado, desvinculado da península ibérica, para um conjunto de nações e culturas que mesmo com desencontros e rivalidades, disparidades geográficas, históricas e culturais buscam formar identidade mútua. Enuncia o Embaixador Fernando Reis (1997): "Nesse processo de interação, a América Latina – e com ela o Brasil – aprendeu a distinguir a identidade pela diferença. O jogo da *gestalt* foi constante, embora o repertório de ideias tenha evoluído."

americanismo, por exemplo, surgiu no final do século XVIII, sob uma ideia de preservação das independências, bem como sob uma motivação para a interlocução regional que poderá resultar na conformação de instituições integracionistas como a CASA.

Alguns historiadores consideraram que o primeiro momento integracionista na América Latina se deu com Simon Bolívar (1783-1830). As narrativas que circulam em fontes oficiais sobre o mito do herói Simón Bolivar têm estreita relação com o imaginário romântico da época. É impressionante a aura messiânica desse personagem. Nascido em 24 de julho de 1783 em Caracas, na Venezuela, Simon Bolívar é considerado o principal líder na libertação das colônias espanholas da América do Sul (Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru e Equador).

Suas várias vitórias militares conferiram-lhe posição extraordinária na liderança das ex-colônias espanholas na América do Sul. Foi presidente da Colômbia, ditador do Peru e presidente da recém-formada Bolívia. Após estas conquistas, seu objetivo seguinte foi o de se tornar líder e estadista sul-americano. Bolívar planejou realizar uma federação das nações da América do Sul, contudo, diante do malogro deste projeto e percebendo que suas ambições políticas eram uma ameaça à paz regional, renunciou em abril de 1830. Neste mesmo ano, Venezuela e Equador deixaram a República da Grande Colômbia, constituída pela Venezuela, Colômbia e Equador, sob a presidência Bolívar. Faleceu em 17 de dezembro de 1830, em Santa Marta, na Colômbia, tuberculoso, pobre e exilado de seu país natal. Todavia após sua morte, sua reputação foi restaurada e ele obteve fama em proporções quase mitológicas.

Bolívar pretendeu unir Venezuela, Colômbia, e a então recém-formada Bolívia - cujo nome é uma homenagem ao herói - ao redor de sua autoridade aglutinadora. Seu nome tende a ser associado aos fundamentos da construção de uma "regionalidade". Convocou sessões do Congresso do Panamá entre 22 de junho e 15 de julho de 1826, considerado o primeiro manifesto pan-americanista de relevância, que, apesar de seu fracasso, colaborou para a permanência do espírito de solidariedade na região.

O termo latino-americano agrega mais significados do que o sentimento de diferenciação ao norte-americano. E, ao longo da história da região, continua-se a observar ondas de integracionaismo. Assim em 1898, explodiu a Guerra Hispano-Americana trazendo a mesma ótica opositiva e evidenciando o reconhecimento dos fortes laços culturais que uniam a América Espanhola. Vive-se atualmente o terceiro momento integracionista com a revolução bolivariana do presidente Chaves, anti-estadunidense explícito. A unidade entre as cinco repúblicas libertas por Bolívar seria o ponto forte para a via da unificação política da região.

Em meio a tantas atitudes integracionistas e pensamentos pan-americanos, a América do Sul passa por um processo de mudança de atitude. Vários heróis se juntam ao mito bolivariano, funcionando como multiplicadores e semeadores do processo de integração. São eles: Uslar-Pietri[32], Carpentier[33], Rodo[34], Henríquez Ureña[35], Mariátegui[36], Martí[37], entre outros.

[32]Arturo Uslar Pietri nasceu em Caracas, na Venezuela, em 16 de maio de 1906. Destacou-se como romancista, contista, dramaturgo, poeta e em suas participações na política nacional. Aos 28 anos foi nomeado Presidente da Corte Suprema de Justiça, desempenhou vários cargos, entre eles o de Ministro da Fazenda e Ministro da Educação em 1939, Secretário da Presidência, Ministro das Relações Exteriores. Eleito três vezes consecutivas como senador, ocupou o cargo de embaixador da Venezuela junto à UNESCO em Paris, quando se retirou definitivamente da política entre 1975 e 1979. Exilou-se em Nova York por razões políticas. Foi preso em 1958 ao firmar, juntamente com outros intelectuais, pontos que questionavam e denunciavam a inoperância do governo ditatorial de Pérez Jiménez. Em 1980, publicou uma coleção de relatos que refletiam seus interesses pela história. Faleceu em Caracas aos 94 anos, em 26 de fevereiro de 2002, deixando um legado intelectual profundo e prolífico. Para maiores informações pesquisar também em Pietri, 1982.

[33]Um ano antes da independência de Cuba, nasce, em Havana, aos 26 dias de dezembro de 1904, o escritor Carpentier. Fundador das revistas ***Carteles*** e ***Avance*** aos seus 20 anos, idade em que também foi preso por oposição ao regime de Machado. Viveu maior parte de sua vida, incluindo seus estudos, na França sem deixar de manter contatos com elementos do movimento surrealista. Suas obras narrativas sempre explicitaram a problemática vital da política da América com suas dicotomias entre mundo mecanizado da civilização ocidental e o realismo mágico americano.

[34]Uruguaio de Montevidéu, Rodó é considerado uma das mentes mais brilhantes da literatura hispânica. Defensor da herança cultural hispânica de todos os povos ibero-americanos perante o utilitarismo e imperialismo norte-americano, sua obra causou (e causa) grande repercussão na juventude hispânica do novo mundo. Integrou a revolução literária e política, do final do século XIX no Uruguai. Ativo na sociedade, serviu, por vários anos, na Câmara dos Deputados, foi diretor da Biblioteca Nacional e professor universitário. Sua obra intitulada **Ariel** (1900) influenciou de tal forma a sociedade que, alcançando projeção em todo continente, gerou um movimento denominado "arielismo", responsável pela aglutinação de várias abordagens distintas da identidade ibero-americana, desde a reforma universitária de Córdoba, na Argentina de 1918, até o movimento dos intelectuais no período pós-revolucionário mexicano. Faleceu em 1º de maio de 1917.

[35]Henríquez Ureña é um dos teóricos mais importantes do processo de integração da América hispânica e um dos críticos mais importantes da cultura da América. Pedro Henrique Ureña nasceu em 29 de junho de 1884, na cidade de Santo Domingo, República Dominicana.

[36]José Carlos Mariátegui nasceu em Moqueguá, Peru, em 16 de julho de 1894. A partir de 1914, trabalhou como redator do jornal ***La Prensa*** e colaborou com outros mais. Em 1919, criou o diário ***La Razón***, apoiador da reforma universitária e das lutas operárias. Em 1924, devido a uma antiga lesão, teve de amputar a perna. Em 1928, fundou o Partido Socialista, a revista proletária intitulada ***Labor*** e publicou seus ***Sietes ensayos de interpretaion de la realidad peruana***. Um ano mais tarde fundou a Conferência dos Trabalhadores do Perú. Morreu em Lima em 16 de abril de 1930.

[37] Martí tinha por objetivo fazer acontecer a libertação de Cuba do domínio espanhol, o que se converteu, em grande parte de sua vida, em um intenso sacrifício pessoal, chegando a tornar-se um mártir da inconfidência cubana. Aos 16 anos, publica uma folha impressa separatista, ***El Diablo Cojuelo*** e o primeiro e único número da revista ***La Patria Libre***. Pouco depois é preso

Estes heróis, se não conseguiram êxito em suas lutas reais, no plano mítico estabeleceram uma "origem" que funciona nos documentos em que estão presentes como objetivos a serem cumpridos, a ponto de reverberar nos "interdiscursos" políticos de muitos líderes latino-americanos, transformar mentalidades e influenciar intelectuais no decorrer dos tempos. A questão a ser abordada é o grau de influência que tais mitos fundadores podem ter na conformação dessa nova geografia de integração. Nos capítulos analíticos, intenta-se avaliar a extensão dessa dimensão mítica no sentido de afetar a realidade social e gerar a mobilização social necessária para alavancar objetivos de união, para fazer florescer a construção da identidade na prática e nas relações sociais.

A construção identitária da região tem fortes vínculos com a nomeação a ela conferida, "América Latina", que pode ser considerada, em função da sua relativa história e da diversidade étnica, um laboratório de culturas e civilizações, compreendendo forças sociais, étnicas e raciais.

América Latina é um termo atravessado por vários conceitos históricos e compreende diferentes aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos, geográficos, demográficos, psicológicos e intelectuais que corroboram para a formação de um "modelo", sob parâmetro ideal "europeu" ou "norte-americano". Deve-se reconhecer, no entanto, que são modelos diferentes da proposta da CASA. O conceito de "América Latina" encerra, mesmo que a contragosto, uma "descrição" sintetizada em elementos geográficos e uma preconceituosa definição étnica, ao mesmo tempo em que deixa de lado aspectos institucionais nacionais e sociais como temas importantes. Em outras palavras, o termo "América Latina" estaria associado à ideia de um Terceiro Mundo marcado pela instabilidade política, por vezes latente ou até permanente, e por condições político-econômicas difíceis.

---

e processado pelo governo espanhol por estar de posse de papéis considerados revolucionários. É condenado a 6 anos de trabalhos forçados, mas passa somente 6 meses na prisão até que, em 1871, com a saúde debilitada, sua família consegue um indulto e obtém a permuta da pena original pela deportação à Espanha. Na Espanha, Martí publica, naquele mesmo ano, seu primeiro trabalho de importância ***El Presidio Político en Cuba***, no qual expõe as crueldades e os horrores vividos no período em que esteve na prisão em Cuba. Nesta obra já se encontrariam presentes o idealismo e o estilo vigoroso que tornariam Martí conhecido nos círculos intelectuais de sua época. Mais tarde dedica-se ao estudo do Direito, obtendo o doutorado em Leis, Filosofia e Letras da Universidade de Zaragoza em 1874. Em 19 de maio de 1895, no comando de um pequeno contingente de patriotas cubanos, após um encontro inesperado com tropas espanholas nas proximidades do vilarejo de *Dos Rios*, José Martí é atingido e vem a falecer em seguida. Seu corpo, mutilado pelos soldados espanhóis, é exibido à população e posteriormente sepultado na cidade de Santiago de Cuba, em 27 de maio do mesmo ano.

O problema conceitual, que está no seio da expressão "América Latina" vem sendo reformulado e atualizado há tempos, a ponto de gerar um desgaste que faz com que perca parte de seu sentido. Essa situação fez nascer uma ideia alternativa de outra forma de união, que reinterpretasse o processo histórico de projetos de integração e contribuísse para a construção de um outro tecido social, atribuindo sentido e atuando sobre a própria realidade discriminada, mobilizando outras relações, processos e estruturas.

Hoje, em um mundo no qual se forma uma sociedade civil mundial, movido por grupos de poder e de interesse, tudo que era nacional e local muda de lugar, desterritorializando-se e agregando novos significados. É com essa perspectiva que se cria um espírito de unificação e integração que ressurge tanto com a construção do conceito de CASA, como em seus planos de ação, nos quais os Estados interessados em formar tal comunidade em conjunto socializam os interesses, valores e objetivos uns dos outros, a um ponto de empreenderem esforços para conhecerem suas alteridades. Por isso devem levar em conta à ética e a troca de informação, tomando, por analogia, a ideia de comunidade como a de um casamento.

Dentro de uma perspectiva histórica mais recente, o período de democratização da América Latina, conjugado com a investida da globalização, levou a um maior entendimento na região, assim como uma maior consolidação das identidades como o Mercosul. Criado em 1991, o Mercado Comum do Sul também foi o primeiro passo para a formulação do conceito de América do Sul "como espaço para a construção de uma identidade própria no plano político e econômico". Ideia que convenceu tanto os Países-membros originários desse mercado comum, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, como, posteriormente, Chile e Bolívia, e, mais recentemente, a Venezuela, em vias de incorporação ao bloco.

Neste primeiro momento, a presença do termo América do Sul, estava vinculada a uma política externa voltada prioritariamente ao Mercosul, com ênfase maior no aspecto econômico da integração. Toda essa equação formadora do conceito de "América do Sul" leva consigo perspectivas complementares àquela que o termo "América Latina" trazia. América do Sul, via Mercosul e CAN, acrescentariam, à integração econômica, a integração física, política e cultural como previam os precursores da ideia de integração latino-americana.

Ante a criação do MERCOSUL, houve a Reunião dos Presidentes do Grupo do Rio em 1993, em que foi proposta, pelo então presidente do Brasil,

Itamar Franco, uma iniciativa amazônica de proteção e defesa do patrimônio mundial, a formação de um espaço sul-americano e a Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA): "Com o MERCOSUL e seu complemento, a ALCSA, estamos dando base sólida à integração latino-americana, sonho acalentado pelos mais ardorosos idealistas da nossa História comum. Estamos em realidade, iniciando a construção política da América do Sul" (Amorim, 1995).

A ALCSA veio em resposta antecipada à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA, 1994) e trouxe a vinculação ao conceito de América Latina e à negação do modelo norte-americano de integração. Mesmo que surja como resposta a influências exógenas, a criação de tal conceito implica uma visão de superação de valores anteriores e de obstáculos para a prosperidade da região.

Em 1994, houve uma ameaça a ALCSA com a proposta, feita pelos Estados Unidos, do NAFTA por ser uma integração econômica que envolvia o México, país genuinamente hispânico e pertencente à América Latina, que por base em sua geografia e história foi envolvido neste grupo econômico. O NAFTA causou o contraponto que faltava para fazer aflorar as oposições, um tanto negativas, de contraste entre Norte e Sul, latinos e anglo-saxões, pobres e ricos etc, gerando um sentido de exclusão no restante do continente, como se houvesse uma derrota dos países em desenvolvimento em seus objetivos de transformação do cenário internacional. O México, nessa nova configuração, teve maior aproximação com o Norte e a porção sul do hemisfério teve de ser chamada naturalmente de "América do Sul", fortalecendo e dando bases para este novo conceito.

Apesar de ser mais voltada para a integração comercial, a proposta da ALCSA trazia também questões como a da infraestrutura e a da interligação física com os países vizinhos sob o âmbito de integração econômica comercial. Com a competição do NAFTA, a ALCSA progrediu pouco. Durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, essa iniciativa de integração entrou em compasso de espera. O conceito "América Latina", como estratégia de regionalização, também foi enfraquecido. Ainda assim, se fazia necessária a busca de uma construção de integração, que, na visão de Fernando Henrique Cardoso, concretizou-se em proposta para a 1ª Reunião de Presidentes da América do Sul.

Essa proposta, ideia concebida pelo próprio presidente, inspirada em suas conversas com o Presidente do BID, seria concretizada em 2000. A

ideia inicial era um debate acerca do desenvolvimento de infraestrutura e da democracia sem ter por objetivo a formação de um bloco de países sul-americanos. Contudo, a pauta da reunião mostrou-se tão ampla que estava lançado o gérmen da integração. Tratou-se de temas tão diversos como: comércio, drogas ilícitas e delitos conexos, informação, conhecimento e tecnologia.

O presidente Fernando Henrique Cardoso demandou ao Itamaraty a organização da reunião. O Ministério das Relações Exteriores executou o pedido presidencial, relembrando por meio do então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Seixas Correia, que a integração latino-americana é por determinação constitucional de 1988 o compromisso mais importante da política externa brasileira.

A 1ª reunião de Presidentes da América do Sul realizou-se em Brasília, de 31/08 a 1º/09 de 2000. Estavam presentes os chefes de Estado da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela e os Presidentes do BID e da CAF. O encontro teve como foco central a coesão Sul-Americana para inserção da economia no mundo globalizado e uma maior eficácia na integração física e, sobretudo, social. O maior objetivo continuava sendo a "integração da América Latina e Caribe**,** singularizado como indissociável da identidade nacional dos países da região" (Santos, 2004, p. 71 – grifos meus). A ideia prevalente era de que não havia como separar o que é igual ou ao menos semelhante, era preciso uni-lo. Essa era a vontade dos participantes.

O chanceler Celso Lafer deixou consignadas as seguintes palavras acerca da 1ª Reunião de Presidentes da América do Sul: "Expressão contemporânea dessa constante ideia-força da política externa brasileira, voltada para assegurar a paz e o desenvolvimento da América Latina".

A ampliação e o fortalecimento da infraestrutura regional seriam, portanto, fatores essenciais para a "integração do espaço econômico" da América do Sul. No entanto, não parte somente da economia, mesmo sendo notório na vida das pessoas, a formação conjunta de ideias de construção social, inserção, desenvolvimento etc. Em verdade, qualquer política parte da constituição de perspectivas e da construção de identidade.

Ainda no governo FHC, houve a 2ª Reunião de Presidentes da América do Sul em Guayaquil, Equador, no ano de 2002, onde se deu seguimento à pauta da 1º Reunião e serviu de reforço à criação de um espaço sul-americano. Os presidentes, nessa 2ª Reunião, sublinharam os avanços obtidos desde a

primeira Reunião e o encontro resultou em um plano de ação para integração regional, que colocou em pauta 162 projetos de transporte, energia e telecomunicação.

Por ocasião da 3ª Reunião de Presidentes da América do Sul em Cusco, Peru, foi estabelecida a Comunidade Sul-Americana de Nações, de sigla CASA, no dia 8/12/2004, já no mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Presidente Lula, desde o início do seu mandato, demonstrou especial apreço pela questão da América do Sul, inclusive no que tange aos aspectos mais amplos do termo e de sua significação.

O primeiro passo dado para restabelecer a confiança na região foi uma maior atenção ao Mercosul, expressa, entre outras maneiras, por meio de políticas econômicas com vistas a ajudar os Países-membros que contam com economias menores. Com o Mercosul fortalecido e juntamente com a Comunidade Andina de Nações (CAN) as expectativas para uma integração eficaz foram revigoradas sob o manto da CASA.

No governo Lula percebe-se uma recuperação na credibilidade do Mercosul tanto no âmbito interno como externo. Prova disso é a criação da Subsecretaria-Geral da América do Sul (SGAS), no Ministério das Relações Exteriores brasileiro, com vistas à direcionar as negociações para a ALCA e a União Europeia (UE) tendo *a priori* a visão do Brasil como parte do Mercosul e da América do Sul. Nesse Governo, o tom do país na região tornou-se mais engajado, de liderança ponderada e contrária à abertura da hegemonia regional.

> *"É impressionante como todos os países quase que estão a exigir que o Brasil lidere a América do Sul, porque eles têm uma relação de respeito com o Brasil, porque têm dimensão da grandeza e do potencial econômico do Brasil [...] o Brasil deveria afetivamente assumir, não o papel daquele país líder que tenta transformar os interesses da América do Sul, aquele que elabora projetos junto com os países da América do Sul, aquele que pensa na integração da América do Sul e aquele que pensa no desenvolvimento da América do Sul." (Presidente Lula, 23/01/2003).*

O Brasil faz fronteira com 10 países da América do Sul entre os 12 existentes, o que reforça o caráter estratégico da região para a competitividade do país e para a integração do continente, além de toda a sua história de

iniciativas no campo da integração e sua economia. Em busca de dar efetividade às ideias, o Brasil realiza ações em perspectiva de crescimento e de redução das assimetrias existentes em seu próprio convívio regional, buscando cooperação e a integração.

Quanto ao aspecto simbólico, o campo semântico a que abrange o acrônimo CASA transfere significado ao que se criou. O termo CASA (que é grafado de modo idêntico e tem o mesmo significado em português e espanhol, os idiomas mais falados na Comunidade) traz consigo a comunhão, a partilha de mesmos ideais, da solidariedade de que existe em um lar e pretende-se que exista entre os Membros. É uma expressão afetiva que designa, em sigla, os ideais estabelecidos, diferenciando o "nós", os "abrigados sobre o mesmo teto", do "eles", o outro do discurso, o que está fora do sistema de exclusão/inclusão. Também a escolha do termo "comunidade" implica na escolha desses valores que se pretende que sejam seus fundamentos, como a amizade, os valores da família, a predominância das relações interpessoais sobre as impessoais, o senso de coletividade.

A união das nações é um ponto de força para permanecerem na cena internacional. Como já previa o ex-presidente da Colômbia, Andrés Pastrana, na seguinte afirmação: "A integração, em geral é questão de sobrevivência. Ou fazemos o necessário para abordar um mundo à velocidade da luz, ou estaremos condenando nossos países ao isolamento e ao atraso". (Gazeta Mercantil, 29/07/2002).

Apesar de a ideia-força de integração Sul-Americana possuir natureza política, e talvez por isso, mereça atenção especial, é a interdependência que há entre política e economia o que exige atenção prioritária nas ações integracionistas:

> *"Por um lado, a política largamente determina a moldura da atividade econômica e orienta-a para as direções que se julga servirem aos interesses dos grupos dominantes; o exercício do poder em todas as suas formas é o maior condicionante da natureza de um sistema econômico. Por outro lado, o processo econômico tende para a redistribuição de poder e riqueza, transforma a relação entre os grupos. Isso, por sua vez, leva à modificação do sistema político, fazendo assim nascer uma nova estrutura das relações econômicas. Deste modo, a dinâmica das relações internacionais no mundo moderno é largamente função da recíproca integração entre economia e política" (GILPIN, 1975, p.21.)*

Fica o desafio acerca da plausibilidade da união entre países de uma região que já foi tão transgredida. Com irônico poder de síntese, o escritor uruguaio Eduardo Galeno afirmou que é necessário: "ir fechando as veias abertas da América Latina" e deter o saque dos recursos naturais para que estes sirvam ao povo que leva a revolta numa identidade comum e que não vê suas potencialidades aproveitadas.

É com esse espírito de unificação e integração que aparece a prática social de construção de um novo conceito, mais funcional e menos ambicioso na região. No entanto, nota-se também o avanço do espírito integracionista, que procura identificar meios de transcender as questões econômicas para as questões sociais. Os Estados interessados em formar tal comunidade devem socializar interesses, valores e objetivos uns dos outros, a um ponto de transubstanciarem os limites estatais para a formação de um nacionalismo moderno regional. Nas palavras de Santos (2005):

> *"De fato, a integração Sul-Americana ocupa, hoje, um papel fundamental na política externa brasileira, como base para uma nova inserção brasileira no mundo, para a prosperidade do Brasil e da região, e, mesmo, para a criação de uma nova ordem internacional mais justa e aberta. Não se trata de uma prioridade isolada, mas uma peça-chave do edifício conceitual do discurso brasileiro de política externa."*

No capítulo analítico, atentar-se-á à compreensão de aspectos simbólicos relacionados aos aspectos identitários, estruturais, agenciais, com o intuito de interpretar o discurso que habita as formas linguísticas dos documentos que fundam a CASA. No capítulo seguinte, investiga-se a circulação do discurso, para verificar se os argumentos integracionistas sociais conquistam os agentes sociais e políticos do mundo contemporâneos, ligados à construção da América do Sul política.

4 - Capítulo Analítico

> *"Genres are thus entities that can be described from two different viewpoints, that of empirical observation and that of abstract analysis. In a given society, the recurrence of certain discursive properties is institutionalized, and individual texts are produced and perceived in relation to the norm constituted by that codification. A genre, whether literary or not, is nothing other than the codification of action." (Duff, 2000).*

Neste trabalho, articula-se os conceitos de identidade, estrutura, regras, agente e instituição com a metodologia de Análise de Discurso Crítica, segundo a qual, textos, para serem analisados como discursos, devem seguir três orientações categóricas: gênero, representação e estilo.

Em gênero, discute-se a importância das declarações de Cusco e de Ayacucho no contexto em que se inserem, principalmente em relação a outros tipos de documentos que formam a rede de textos que corroboram para a construção da CASA. Em seguida analisa-se a 4ª edição da Revista DEP, como discurso que circula na sociedade.

As questões que se colocam são: qual a função social ou institucional de uma declaração em contraposição a convenções, acordos, "understandings" etc? E quais elementos discursivos das Declarações, estão presentes nos textos da Revista? Para atingir tal objetivo, parte-se da ideia do segundo

Wittgenstein, aplicada à teoria de Gêneros de Bakhtin, segundo a qual, os gêneros são cenários simbólicos, lugar onde os agentes sociais devem atuar, em uma modalidade de linguagem, como um modo de vida, constituído de regras (Wittgenstein, 1958; Bakhtin, 1992).

O gênero diz respeito ao tipo de texto, sua relação dialógica com outros tipos de texto que compõem o gênero e as regras, que, por sua vez, devem ser derivadas desse gênero situado e que servirão de base para o processo de leitura e construção do significado da CASA.

No gênero é possível estudar as regras, a instituição e o dialogismo com outros discursos. Minha tese é de que as declarações da CASA foram criadas para fazer diferença, portanto para criar novas identidades, em relação às instituição anteriores, da qual a CASA se origina. O aspecto dialógico direcionará a leitura do que se pretende com a CASA.

Em representação, descreve-se como o mundo, as estruturas e os agentes são representados, mais especificamente, discute-se a questão do mito fundador. A representação não constitui descrição do mundo concreto, tal como ele é, mas como ele se apresenta aos olhos dos agentes que atuam nele. O estudo da representação poderá contribuir para o entendimento do tipo de mundo que os agentes percebem, bem como aquele que projetam, como o "ideal".

O estudo da representação possibilita investigar o cenário em que os atores estão envolvidos, do mundo a que querem fazer referência e talvez as estruturas históricas envolvidas. Representação da realidade que fará parte constitutiva da realidade, como defende o Construtivismo.

Em estilo, discute-se a formação da identidade (e da diferença) da CASA, a modalidade em que os enunciados estão dispostos e o grau de compromisso veiculado pelos enunciados. Não é apenas o conteúdo do que se diz que indica o estado de construção da instituição, mas também a forma como se enuncia pode revelar os graus de identidade e de diferença que os agentes estabelecem na interação. O estudo do estilo é produtivo para indicar a posição política dos agentes dentro da estrutura que conforma a instituição. No estilo, é possível estudar a formação da identidade da casa, bem como a extensão da força ilocucionária do texto.

Ao longo de toda a análise, discorrerei sobre a formação da instituição e das regras. Vale ressaltar que tanto a instituição quanto as regras estão presentes nas três categorias discursivas, constituindo o sistema de força que molda a ordem discursiva e dá corpo à institucionalidade da CASA. Além

disso, também se analisa como estes documentos estabelecem intertextualidade com outros textos e outros regionalismos.

As categorias analíticas de gênero, representação e estilo estarão presentes em toda a análise, sendo levadas em consideração em simultaneidade, já que na prática discursiva, esses elementos estão presentes na mesma materialidade.

4.1 - Gênero das Declarações fundadoras da CASA

O mundo hoje está cada vez mais globalizado, isto faz com que surja a necessidade crescente de maior uniformização das leis. Diante desse contexto, multiplicam-se instrumentos jurídicos internacionais. Esses instrumentos significam acordos concluídos entre Estados que deverão ter forma escrita e ser regulados pelo Direito Internacional. A tendência contemporânea dos agentes estatais é de estabelecer, cada vez mais, instrumentos que regulam as relações internacionais, devido ao desenvolvimento das relações de agentes diversos no cenário internacional, bem como devido à "complexização" das relações possíveis no mundo contemporâneo.

A criação de instituições regionais, como a CASA, é relativamente recente e leva em consideração possíveis respostas que Estados dão ao processo de globalização. Os textos fundadores da CASA são as Declarações de Cusco e de Aycachuco. Tais Declarações constituem um gênero de linguagem específico, na medida em que estabelecem regras de relacionamento e fortalecimento entre os 12 países da América do Sul. Ademais, as Declarações constituem uma forma de linguagem que se insere em um gênero mais abstrato, chamado Direito Internacional.

Dentro do Direito Internacional há várias modalidades de linguagem (instrumentos de direito internacional), quais sejam: tratados, convenções, acordos, declarações, entre outros. Em princípio, tentou-se identificar a especificidade funcional de cada uma das modalidades de redação de documento internacional (a pergunta básica foi: qual é a diferença de a CASA ter sido estabelecida por uma declaração e não por um tratado?). A variedade, no entanto, de usos de tais modalidades para fins tão diversos levou à conclusão de que não é possível distinguir os gêneros específicos no direito internacional, enquanto tipos específicos de ordenamento jurídico. O fato de nomear um documento internacional como tratado, acordo ou declaração não afeta a forma e a proposta do documento, necessariamente.

Assim, passa-se à análise dos enunciados das Declarações. Para cumprir esse objetivo, executam-se algumas interpretações sobre as Declarações, dentro das práticas jurídicas em geral, a fim de investigar quais são os propósitos a que servem.

O Direito Internacional, enquanto área do saber jurídico, constitui uma ciência cultural que se estrutura sobre os alicerces fornecidos pelas práticas políticas, em geral, das burocracias estatais. O processo legislativo obedece a regras e princípios positivados no texto constituinte originário. Tal relação revela a natureza eminentemente política do ato de escolha dos valores norteadores, da definição dos conceitos e dos limites a serem obedecidos pelos operadores do direito. O poder fundador inerente aos atos políticos estabelece compromisso de obediência a princípios (éticos, políticos, sociais, econômicos etc). Sua função é vincular a técnica de formação da lei a normas éticas e políticas.

Os documentos de direito internacional constituem uma espécie jurídica especial, no que diz respeito à forma de constituição e à forma de aplicação. Isso decorre de dois fatos: os agentes formuladores de documentos internacionais são os próprios sujeitos do direito; não há força coercitiva independente capaz de aplicar a lei, nem de aplicar corretivos a quem transija às leis estabelecidas.

No contexto internacional, em que surgem os documentos internacionais, estão 4presentes as seguintes condicionantes para o bom acordo entre os Estados: descentralização, coordenação, horizontalidade e consentimento (Rezek, 1984).

De acordo com Rezek (1984), a descentralização diz respeito ao fato de que a sociedade internacional não tem um poder supranacional emanador de direito. A coordenação estabelece contraponto com o conceito de subordinação, presente nos ordenamentos jurídicos internos. Entre os acordantes de um tratado internacional não há subordinação de uma lei sobre outra, nem de um Estado sobre outro. A horizontalidade e o consentimento dizem respeito ao fato de que no plano internacional não existe autoridade policial superior nem milícia permanente. Os Estados se organizam, seguindo o princípio do *pacta sunt servanda*[38]. A criação de normas é, assim, obra

[38]Princípio, segundo o qual, o que foi pactuado deve ser cumprido. É um modelo de norma fundada no consentimento generalizado. Regras resultantes do consentimento criador são aquelas que evoluíram em determinado sentido, quando poderiam ter assumido sentido diverso, ou mesmo contrário. O que equivale dizer que Estados que não compactuam com determinadas regras devem evitar o acordo e não burlá-lo É impossível conceber que as comunidades internacionais sobrevivam sem que seus integrantes se subordinem, quando menos, ao dever de honrar as obrigações livremente assumidas.

direta de seus destinatários. Não há representação. A vontade singular de um Estado soberano somente sucumbe para dar lugar ao primado de outras vontades quando aquele mesmo Estado tenha, antes, abonado a adoção de semelhante regra, como acontece no quadro das organizações internacionais.

A jurisprudência é unânime em definir os instrumentos constituintes de normas internacionais como "tratados", sobretudo depois da Convenção de Viena de 1969 sobre Direito dos Tratados. Accioly e Silva (2005) definem tratado como "o ato jurídico por meio do qual se manifesta o acordo de vontades entre duas ou mais pessoas internacionais". As Convenções de Viena de 1969 e de 1986 tiveram o grande mérito de estabelecer que o direito de firmar tratados deixasse de ser atributo exclusivo dos Estados e pode ser exercido também pelas demais pessoas internacionais, sendo que em 1986 ficou ainda mais esclarecido que tal direito pode ser exercido por sujeitos do direito internacional que não os Estados ou organizações intergovernamentais (por exemplo, a Cruz Vermelha). Para este trabalho, no entanto, levam-se em consideração os tratados entre Estados e as Organizações Internacionais (como Mercsul, CAN, CASA etc.), mais especificamente os Estados que compõem a CASA.

Rezek (1984) acrescenta à definição de Accioly e Silva que o tratado "é destinado a produzir efeitos jurídicos". A produção de efeitos jurídicos é essencial ao tratado, que deve ser visado na sua dupla qualidade, tanto de ato jurídico quanto de norma. O acordo formal entre Estados é o ato jurídico que produz a norma, e que, por isso, desencadeia efeitos de direito, gera obrigações e prerrogativas. Em suma, o tratado é a norma jurídica produzida mediante um ato de vontade estatal, num contexto em que se presume a igualdade formal entre as partes, ato que consuma uma relação jurídica de direito internacional e que funda a obrigatoriedade da aplicação da norma internacional mediante os princípios de *pacta sunt servanda I* e de *boa fé*.

Tem se desenvolvido, dentro do Direito Internacional, uma sub-área chamada Direito Comunitário, que trata especificamente do direito das comunidades regionaiais. O direito comunitário parte do princípio de que um ordenamento jurídico independente deve prevalecer sobre as ordens jurídicas nacionais. Vários mecanismos e participantes estão envolvidos no processo de aplicar, controlar e desenvolver este ordenamento jurídico. De um modo geral, as formas de legislação são compostas por três tipos diferentes - mas interdependentes - de legislação, a saber: o direito primário, o direito derivado e a jurisprudência.

O direito primário inclui os Tratados e outros acordos com estatuto semelhante e é negociado diretamente entre os governos dos Estados-Membros. Estes acordos assumem a forma de tratados que são, posteriormente, sujeitos a ratificação pelos parlamentos nacionais. O mesmo procedimento é aplicável a eventuais alterações aos tratados.

O direito derivado baseia-se nos Tratados e implica uma série de procedimentos neles previstos. Por força dos Tratados que instituem a Comunidade, o direito comunitário pode assumir as seguintes formas: *regulamentos*, que são diretamente aplicáveis e obrigatórios em todos os Estados-Membros sem que seja necessária qualquer legislação de aplicação; *diretivas*, que vinculam os Estados-membros quanto aos objetivos a alcançar em prazo determinado, deixando, no entanto, às instâncias nacionais a competência quanto à forma e aos meios de utilização. As diretivas têm de ser transpostas para o direito interno de cada país de acordo com os seus procedimentos específicos; *decisões*, que são vinculativas na sua integralidade para os seus destinatários. Uma decisão pode ser dirigida a um ou a todos os Estados-Membros, bem como a empresas e pessoas singulares; *recomendações* e *pareceres*, que não são vinculativos.

A Declaração de Cusco e Ayacucho são tratados internacionais cuja função principal é *diretiva*. Os acordos previstos pelas Declarações vinculam os Estados quanto aos objetivos a alcançar. Além disso, as Declarações servem para demarcar regras, a partir das quais os Estados desenvolverão as relações no seio dessa instituição, a CASA.

A Declaração de Cusco se difere da Declaração de Ayacucho tanto pelo fato de a primeira ter sido assinada em 8 de dezembro em Cusco e a segunda em 9 de dezembro em Ayacucho, (portanto devem ser complementares), quanto pelo fato de que a Declaração de Ayacucho ter sido parte do evento comemorativo dos mitos fundadores da Casa[39]. A Declaração de Cusco tem

[39] Lê-se na Declaração de Cusco "...(os Chefes de Estado sul-americanos) participam dos atos comemorativos dos 180 anos das batalhas de Junin e de Ayacucho, que selaram a independência da América Hispânica e da histórica convocação, de Lima, do Congresso Antifiônico do Panamá, nas quais se erigem como figuras emblemáticas o Libertador Simón Bolívar e o Grande Marechal de Ayacucho, Antônio José de Sucre." e na Declaração de Ayacucho: "Os Presidentes dos países da América do Sul, reunidos na cidade de Cusco, por ocasião da celebração das façanhas libertadoras de Junín e Auacucho e da convocação do Congresso Anfictiônico do Pananmá, seguindo o exemplo do Libertador Simon Bolívar, do Grande Marechal de Ayacucho, Antônio José de Sucre, do Lbertador José de San Martin, de nossos povos e heróis independentistas que construíram, sem fronteiras, a grande Pátria Americana...".

caráter mais diretivo e a Declaração de Ayacucho tem caráter mais declarativo. Passa-se, a seguir, à análise da Declaração de Cusco para, em seguida, fazer uma análise da Declaração de Ayacucho.

A Declaração de Cusco está estruturada da seguinte forma: um parágrafo único, que trata da proposta geral da Declaração e mais três partes. A primeira parte "A comunidade Sul-Americana de Nações se forma, tomando conta" trata dos princípios fundadores da Casa; a segunda parte "O espaço Sul-Americano integrado se desenvolverá e se aperfeiçoará impulsionando os seguintes processos" trata dos objetivos e metas da CASA; a terceira parte "A ação da Comunidade Sul-Americana de Nações" trata da estruturação da CASA, enquanto instituição burocrática.

No primeiro parágrafo, há uma afirmação que traduz o motivo de existência da Declaração de Cusco: "Os Presidentes dos povos da América do Sul... decidimos formar a Comunidade Sul-Americana de Nações". O caráter do verbo "decidimos" é performático. Dizemos que um verbo é performático quando o dizer provoca uma ação no mundo real, ou seja, quando a verbalização molda a ação. O verbo 'decidimos' funciona, nesse contexto, como o momento fundador da CASA. Há também, no primeiro parágrafo da Declaração de Cusco, menção aos heróis Bolívar e Sucre como mitos fundadores da instituição CASA.

4.1.1 – Primeira parte da Declaração de Cusco

O título da primeira parte, "A Comunidade Sul-Americana de Nações se forma, tomando em conta" indica as regras que os Estados membros devem assumir para que sejam parte legítima da Comunidade. Se no parágrafo único o texto forma a CASA, no título da primeira parte, o texto indica "que a CASA se forma", sendo que aqui ao contrário de "decidimos formar" a função verbal é declaratória com fins de introduzir, logo em seguida, na mesma frase, a expressão "tomando em conta" que significa "aceitando as regras" que serão enunciadas no texto que segue o título.

A CASA foi criada por um documento que a institui, pela assinatura dos 12 países da América do Sul (com exceção de Paraguai e México, que são assinantes da Declaração de Ayacucho), mas que existe dentro de um contexto de regras. Esse contexto de regras está enunciado na primeira parte.

O Primeiro parágrafo da primeira parte enuncia a regra da identidade. Os 12 países devem ter algo que os torne "irmãos" (ou seriam "parentes"?) a

fim de viverem juntos na CASA. Os elementos da identidade histórica são: os "desafios internos e externos comuns", modalidade em que "desafios" deve ser lido como problemas comuns; e características físicas comuns, que aparecem na forma de "potencialidades". Nesse parágrafo, ainda chama a atenção a expressão "aptidões regionais" que remete à ideia de que a posição geográfica é fator de identidade, sem no entanto, valer-se desse argumento de forma explícita. O que seriam as "aptidões regionais" senão um diálogo com uma "voz discursiva", externa ao texto e ao discurso da CASA mas que o constitui, segundo a qual o regionalismo é uma forma de resistência à globalização e, portanto, constitui obrigação para os países que se localizam na mesma região se unirem, a fim de se imporem no espaço internacional com mais força (no texto da Declaração encontra-se a expressão "projeção e negociação internacionais")?

O segundo parágrafo enuncia a regra do "espírito filosófico". O que chama a atenção desse enunciado é o fato de ele ser performativo, mas de uma performatividade particular denominada "perlocucionário"[40]. Um processo verbal perlocucionário se pauta pela interpelação do "outro". É dizer alguma coisa para que cause um efeito de verdade no outro, provocando sua ação. Ele nem é declarativo (locucionário), nem pratica uma ação ao dizer (ilocucionário), mas, sua intenção é provocar uma ação no interlocutor (perlocurionário). No caso, "o pensamento político e filosófico nascido da sua tradição... consolidou uma identidade Sul-Americana compartilhada e valores comuns", apesar de, à primeira vista, parecer meramente locucionário, não é um enunciado que se sustenta no resgaste histórico. Tampouco se sustenta na percepção atual do cenário regional. Esse enunciado transcende a literalidade das palavras que o compõem, ele expressa "desejo" de que os valores e a identidade sejam compartilhados. E mais, pelo fato de configurar na primeira parte da Declaração, ele age como regra de identidade e compartilhamento de valores, mas há um recurso lingüístico curioso. O uso do verbo "consolidar" no tempo passado dá a impressão de que os processos de criação de identidade e de convergência de valores já estão resolvidos. O

[40]a) ato locucionário: é o que produz tanto os sons pertencentes a um vocabulário quanto a sua articulação entre a sintaxe e a semântica, lugar em que se dá a significação no sentido tradicional; b) ato ilocucionário: é o ato de realização de uma ação através de um enunciado, por exemplo, o ato de promessa, que pode ser realizado por um enunciado que se inicie por "eu prometo...", ou por outra realização lingüística (este ato possibilita fazer a distinção entre o dizer e o dito); c) ato perlocucionário: é o ato que produz efeito sobre o interlocutor.

processo de formação de identidade filosófica e de compartilhamento de valores, a partir do modo como foi escrito, faz parte do mundo narrado, portanto já foi, em princípio, resolvido em um tempo passado. A narrativa diz que o processo histórico consolidou a identidade e os valores compartilhados. A razão de ser do parágrafo em questão, em princípio, é de constatação de uma realidade consolidada. A realidade de convergência de filosofia e de valores, no entanto, ainda é um processo em construção. O termo "consolidou", tal como empregado no enunciado, tem função perlocucionária, ou seja, interpela os assinantes da Declaração para assumirem o conteúdo do parágrafo como um dado histórico.

O terceiro parágrafo reafirma e expande a ideia anunciada no primeiro parágrafo. A regra de união dos países na CASA como forma de "inserção internacional".

O quarto parágrafo enuncia a regra da "cláusula social". A CASA deve se pautar pela integração dos povos e pela melhora da qualidade de vida da população em geral. Constitui um parágrafo complexo porque enuncia várias regras de compromisso social. Ademais, é uma regra baseada na "convicção", e não em acordos que estabelecem ação institucional. Portanto, essa regra relaciona-se com os compromissos de construir um futuro sustentável. Não só em termos de economia, mas principalmente em termos de meio ambiente e de inclusão social. A regra enunciada no quarto parágrafo constitui o principal desafio da regionalização proposta pela CASA, pois pretende inovadora no que tange aos sentidos atribuídos ao termo "integração". Uma integração que coloca em prioridade as relações políticas de cooperação e inclusão social inverte a lógica tradicional de regionalismo, calcada nas relações econômicas.

Aqui, encontra-se uma idiossincrasia interessante do espírito integracionista da CASA. Os regionalismos anteriores, como MERCOSUL, ALCSA e ALADI, foram calcados em princípios inerentes ao espírito econômico de integração. Isso faz da CASA uma tentativa diferente, pois coloca em primeiro plano as questões políticas, em detrimento das questões econômicas. Portanto, nessa nova modalidade de regionalismo, o mercado deve acompanhar as ações políticas de nacionalismo regional, inclusão social e respeito à diversidade das nações que habitam a região sul do continente americano.

O quinto parágrafo enuncia a regra de superação das assimetrias. As assimetrias existem e devem ser superadas. A CASA, segundo o parágrafo

em questão, "contribuirá para... melhorar a qualidade de vida destas zonas que se encontram entre as de menor desenvolvimento relativo". Chama a atenção o uso do termo "regiões interiores". Tais regiões não são apenas designativos de países. Pela primeira vez, é veiculado no discurso do texto a ideia de que a formação da CASA não é apenas uma união entre países para resolução de seus problemas nacionais, sobretudo, se se considerar que "regiões interiores" tanto podem ser entendidas como "países" (Paraguai, Bolívia etc), quanto podem ser entendidas como regiões dentro, fora ou na fronteira dos Estados (como o Nordeste brasileiro, a região do Chaco e do Pantanal etc). Isso significa que a concepção da CASA compreende a ideia de superação do conceito tradicional de soberania do Estado moderno, tal como é definida nos Tratados de Vestifália.

O sexto parágrafo reafirma uma das regras contidas no parágrafo quarto. A CASA deve ser uma Comunidade cujo "compromisso essencial" é a luta contra a pobreza, com a eliminação da fome, etc. Enfim, novamente depara-se com a cláusula, que denominei de "social".

O sétimo parágrafo retoma o segundo. Enuncia, no entanto, mais explicitamente, a identificação dos Estados constituintes da CASA com valores comuns, que devem ser comuns a todos os participantes dessa Comunidade. Identificação em termos de como se posicionar diante de conflitos internacionais, dentro ou fora da Comunidade, a partir de um multilateralismo democrático e da vigência do direito internacional.

O oitavo parágrafo enuncia a regra da democracia. A CASA "deseja" que seus membros tenham, como sistema de governo, uma democracia participativa e, portanto, transparente para que os "cidadãos" (leia-se também os diversos agentes da sociedade civil) possam participar da construção política da Comunidade. Chama a atenção o uso da intertextualidade ('conforme as disposições da Carta Democrática Interamericana'[41]) como recurso de fundamentação e legitimação da regra a que se refere esse parágrafo. Ademais, no final do parágrafo aparece um enunciado, "em um marco de luta contra a corrupção em todos os âmbitos", complementar. Esse último enunciado deve ser analisado do ponto de vista do dialogismo (da interdiscursividade).

[41]Instrumento que proclama como objetivo principal o fortalecimento e preservação do seu sistema democrático, ao ser estabelecido a quebra da ordem democrática ou alteração, afeta gravemente a ordem democrática em um Estado membro, é "um obstáculo intransponível" do governo para a sua participação em diversas entidades da OEA.

Dialogismo textual é um princípio de filosofia da linguagem, segundo o qual, todo texto é um produto social e, como tal, estabelece diálogo com outros textos (Bakhtin, 1992). Caberia, então, a pergunta: que textos, discursos, ideias estabelecem diálogo com tal enunciado? O "interface" de tal enunciado está na história de corrupção dos países que compõem a CASA. Sabe-se que o tema da corrupção tem sido um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento dos países da região. É interessante notar que o termo "marco" é indício de que houve um "antes" que precisa ser superado. Esse "antes", por sua vez, está tão arraigado às políticas dos países, que é preciso a "luta" para transformar a situação. Além de retomar, portanto, o parágrafo segundo, acrescenta uma articulação da regra da política democrática com outra regra: a ética política.

O nono parágrafo enuncia a regra da complementaridade das iniciativas regionais. A CASA é uma instância, de acordo com o texto, de integração regional complementar a outras iniciativas em processo, como o MERCOSUL, a ALADI e o CARICOM. Seu papel integracionista é de liderar e fortalecer os outros regionalismos em andamento na geografia abaixo do Rio Grande. É interessante notar que esse parágrafo cria uma diferença para gerar identidades. Existe a CASA, que tem certo caráter, e existem os "outros". Esses outros têm possibilidade de se tornarem a CASA, mediante aceitação das regras que compõem essa instituição.

O décimo parágrafo retoma parte do oitavo. Ele enuncia a regra da legitimidade democrática, "a integração Sul-Americana é e deve ser uma integração dos povos". Esse enunciado explicita a inversão da lógica tradicional de administração pública (política) dos países da Comunidade. A CASA é mais que uma integração dos mercados, ela constitui uma integração dos povos que vivem nela. Esse ponto será retomado mais adiante, para discutir as consequências dessa guinada, quando apresentar a dinâmica da lógica "economicocêntrica" em oposição à lógica "políticocêntrica".

4.1.2 - Segunda Parte da Declaração de Cusco

A segunda parte da Declaração de Cusco enuncia o processo de integração da região, do ponto de vista da transformação de processos integracionistas já existentes, seja aprofundando-os ou mudando-lhes as perspectivas. Aqui aparece a ideia de que a CASA é obra da "concertação e da coordenação política e diplomática", portanto, nitidamente um projeto da

burocracia. A menção dos "povos" fica subsumida, ou então houve um deslocamento discursivo. Além disso, surge um outro enunciado, potencialmente desafiador para a política brasileira, o tema da "simetria": "A transferência de tecnologia e de cooperação *horizontal* (grifo do autor) em todos os âmbitos da ciência, educação e cultura". A horizontalidade demandada pela declaração é desafiadora porque não específica, pois trata-se de ciência, educação e cultura.

4.1.3 - Terceira parte da Declaração de Cusco

A terceira parte trata da institucionalização da CASA. Importante perceber que a inclusão dessa parte na Declaração indica falta de poder da própria Declaração de ser ela mesma a institucionalização da CASA (o que também necessariamente constitui um indício importante da marca de gênero da Declaração), comprovando, assim, seu caráter diretivo. Porque, de acordo com as regras aí dispostas, outros acordos devem ser estabelecidos entre países da região para que se efetive sua institucionalização. Outro indício é o uso dos verbos no tempo futuro, indicando abertura para outros "modos de linguagem" que promovam a institucionalização da CASA.

O título que introduz a terceira parte tem como tópico a "ação" para a institucionalização da CASA. Nesse contexto, fala-se de institucionalização burocrática (e não do tipo de institucionalização a que se referem Onuf e Kratochwil, que é mais abstrata, relativa à configuração de comportamento de agentes e de práticas sociais). A institucionalização burocrática diz respeito aos mecanismos concretos de trabalho para a continuidade da CASA, a fim de que eventualmente ela se constitua uma instituição social generalizada (assim como as instituições "Estado", "família", "escola" etc):

> *"A Comunidade Sul-Americana de Nações estabelecerá e implementará progressivamente seus níveis e âmbitos de ação conjunta, promovendo a convergência e tendo por base a institucionalidade existente, evitando a duplicação e superposição de esforços e sem que implique novos gastos financeiros."*

O trecho acima apresenta algumas regras de funcionamento burocrático da CASA, mas também o ritmo em que deve ser constituída (regra

"dinâmica"). Os instrumentos devem ser os que já existem, ou seja, aqueles enunciados no final do segundo parágrafo:

> *"MERCOSUL, do Diretor da Secretaria do MERCOSUL, do Secretário-Geral da Comunidade Andina, do Secretário-Geral da ALADI e da Secretaria Permanente da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, assim como outros esquemas de cooperação e integração sub-regional."*

Há "níveis" e "âmbitos" de ação que serão orquestrados pela burocracia existente. Os níveis relacionam-se com a superação dos obstáculos "nacionais" para uma nova configuração do "nacionalismo regional", o que significa dizer várias coisas em simultaneidade, como construções de pontes, intercâmbios de tecnologia, integração educacional, livre trânsito de cidadãos etc. Os âmbitos relacionam-se com os setores dentro das instituições estatal e civil que servirão de apoio, além de servirem de interlocutores, para que os "níveis" possam ser aprofundados. Portanto, existe uma relação estreita entre níveis e âmbitos.

O termo utilizado, "progressivamente", chama a atenção, pois diz respeito ao ritmo (regra da dinâmica da institucionalização). Progressivamente tem emprego duplo nesse contexto. Tanto prescreve que não se deve ter pressa, quanto prescreve que deve ser um processo sem interrupções. Ora, uma regra fundadora que imputa ritmo na institucionalização e no aprofundamento da integração pressupõe que antes de se consolidar qualquer regra adicional, os participantes devem estar seguros do que esperam da integração. E mais, que devem negociar, sem pressa e sem interrupção, regras posteriores à Declaração em questão. Isso constitui um indício de que o objetivo é nunca retroceder, uma vez que o espírito que habita os documentos fundadores da CASA, visível a partir do termo "progressivamente", é o de diálogo profundo e de segurança por parte dos agentes tomadores de decisões.

O segundo parágrafo da terceira parte constitui uma regra que prescreve aos Ministros de Estado a responsabilidade de liderar o processo de integração dentro das instâncias nacionais, mediante apresentação de propostas aos Chefes de Estado que compõem a CASA. Essa regra, portanto, conforma as instâncias de poder decisório e de poder legislador na CASA.

O terceiro parágrafo constitui um ato de fala ilocucionário, segundo o qual, a partir do momento da assinatura do documento passa a valer o conteúdo do enunciado, qual seja, de que o Peru exercerá a Presidência *Pro-tempore* da CASA, a partir daquele momento, por um período que se estende até a próxima reunião de

Chefes de Estado. Aliás, a data e o local da próxima reunião também constitui ato de fala ilocucionário, pois fixa, a partir da enunciação, o próximo encontro das autoridades que devem dar continuação à constituição da Organização Sul-Americana.

4.2 - Análise da Declaração de Ayacucho

A Declaração de Ayacucho, assinada no Peru, foi produzida no contexto da comemoração das batalhas em que tomou parte um dos mitos fundadores da CASA. Esse evento dista somente um dia da reunião que produziu a Declaração de Cusco. O documento de Ayacucho constitui uma Declaração mais declaratória do que a precedente. De menor extensão, a Declaração de Ayacucho apresenta texto corrido, sem segmentações como na Declaração de Cusco. Ademais, o texto tem a função institucional de reafirmar a primeira Declaração e aprofundar os princípios sob os quais a CASA está sendo construída. A Declaração de Ayacucho, porém, apresenta um aspecto adicional: os fundamentos históricos e míticos da CASA.

As regras presentes nesse documento foram enunciadas no documento anterior. São elas: a regra de identidade; a regra da democracia; a regra do pacto social; a regra da superação da assimetria; a regra do Estado de direito; a regra da paz; a regra da observância do direito internacional; a regra da participação cidadã. Todas essas regras, atualizadas na Declaração de Ayacucho, reforçam o 'espírito' norteador da formação do regionalismo sul-americano, inspiradas na lógica política de integração.

Fato importante é a intertextualidade presente nesse documento. As regras aqui apresentadas, talvez pelo fato de serem atualizações da Declaração que a precede, e não criadas, são remetidas a documentos anteriores, o que faz da Declaração de Ayacucho um documento genuinamente intertextual. Tal estratégia demonstra o lugar de nascimento e de funcionamento da CASA. São citadas fontes como 'Declaração de Ayacucho,"(tão mencionada neste trabalho), "Declaração de Brasília[42]", "Declaração de Guayaquil[43]", 'Carta Democrática

[42]Tal declaração tem por finalidade a cooperação entre países membros do Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) nos âmbitos político, técnico e financeiro, foi assinada na IV Conferência de Chefes de Estado e de em Brasília, nos dias 31 de julho e 1o de agosto de 2002.

[43]Insta a cooperação amazônica entre os países participantes da II Reunião de líderes da América do Sul, na cidade equatoriana de Guayaquil. Em suma essa cooperação é para impulsionar o desenvolvimento harmônico e sustentável dos povos da região amazônica, principalmente os indígenas inserindo-os nos circuitos produtivos nacionais e, mais adiante, internacionais. O acordo busca fortalecer o espírito do Tratado de Cooperação Amazônica.

Interamericana," (ver nota 34) , a instituição 'Organização dos Estados Americanos – OEA", a instituição "Organização das Nações Unidas – ONU", e também iniciativas como a "IRSA[44]" e a "Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010[45]".

Outro ponto a se ressaltar é a ilocução do texto, mais especificamente quanto ao agendamento de atividades relacionadas à constituição da CASA em forma de convocação. São eles: Conferência sobre segurança cidadã e a Conferência de Ministros responsáveis pelos programas sociais. Assim, em conjunto com a Declaração de Cusco, o documento de Ayacucho forma a "perspectiva" da CASA, no sentido de apresentar planos futuros de atividades que devem desenvolver os princípios e as regras enunciadas nas duas Declarações. Isso tanto confirma a hipótese de que as Declarações constituem um marco político, em contraposição ao marco institucional ou mesmo econômico, e, em conseqüência, revela um caráter diretivo, em contraposição a regulamentos e decisões. Ou seja, a instituição da CASA, a partir dos documentos fundadores analisados, ainda é um projeto, apesar de apresentar parâmetros direcionadores do comportamento dos atores envolvidos, além de constituir um organograma de trabalho para institucionalização da CASA.

Outra informação importante diz respeito aos atores que assinaram as Declarações. Na Declaração de Ayacucho, há 14 assinaturas, contra 12 na Declaração de Cusco. São partes ausentes na primeira e constantes na segunda, o México e o Panamá.

Quanto à regra de "soberania" as Declarações dão complexidade ao tema. Em primeiro lugar, porque o regionalismo pressupõe visão inovadora sobre o estado-nação. Em segundo lugar, porque os enunciados dos textos analisados apresentam forte caráter soberanista. Isso pode ser o germe de um problema futuro, quando se transpuser a governança nacional para a governança regional. Na Declaração de Cusco, lê-se: "... o desenvolvimento das regiões interiores do espaço sul-americano contribuirá para aprofundar o projeto comunitário..."(quinto parágrafo, parte I). Esse enunciado mostra a concepção regionalista de soberania, cujo objetivo principal é a superação

[44]Programa Integração Regional Sul-Americana lançado no ano 2000, em parceria com demais programas que tem como objetivo fortalecer a integração física entre os países da região, possuindo também um respaldo, por todos os países integrantes, à definição de metas comuns econômicas e sociais.

[45]Portfólio possuidor de diferentes projetos que debatem sobre varias questões da região entre soluções, implementação e aperfeiçoamento dos projetos que estão trabalhando para a integração física e infraestrutural da região.

das fronteiras nacionais (sobretudo quando se pensa em "integração dos povos") a fim de se desenvolver soberania compartilhada entre os atores constituintes. Na Declaração de Ayacucho, no entanto, lê-se algo diferente: "Reiteram (Chefes de Estado) o direito soberano dos Estados de identificar suas prioridades nacionais de segurança, de definir planos de ações a esse respeito...". Aparece uma regra estranha aos princípios de regionalismo, de soberania compartilhada, sobretudo desse tipo de regionalismo, que tem como princípio e meta a integração dos povos sul-americanos. Ao que parece, há indefinição de quão integrados desejam estar os atores regionais. É possível que o desejo de se construir uma integração dos povos não seja algo compartilhado por todos os atores constituintes.

Em resumo, o gênero textual "declaração" constitui uma peça de documento, dentre várias, com as quais estabelece uma rede textual. Essa rede textual forma uma instituição. Ao atuar em instituições, os atores devem adaptar-se às regras que a regem, aceitando-as ou rompendo-as. Cada conjunto de regras está determinado em cada gênero textual. Assim, a atribuição de importância e sentido dadas pelos atores são, em certa extensão, extraídas dos gêneros. A representação e o estilo se conformam na modalidade textual escolhida. Mediante análise das Declarações, percebe-se o tipo de mundo ideal representado no documento. Ao mesmo tempo, identifica-se indícios de representação do mundo real. Além disso, o olhar sobre o estilo de construção da CASA apresentou dois tipos de identidades conflitantes: a identidade da CASA em oposição a outros regionalismos, como um sistema de exclusão, e a identidade da CASA como resultado de complementaridade de outros regionalismos já existentes.

Pela análise das Declarações, observa-se que:

1- constituem documentos fundadores da CASA;

2- estabelecem regras de princípios gerais;

3- anunciam textos futuros que deverão consolidar a instituição, o que indica que elas mesmas não constituem a institucionalização da CASA;

4- possuem força política, de expressão da vontade dos governos da região;

5- não possuem força institucional, no sentido de consolidar a formação da CASA;

6- São constituídas pela densa intertextualidade com outros documentos e instituições, o que indica a razão de ser da instituição e seu lugar no mundo;

7- estabelecem eventos futuros;

8- estabelecem vínculo de complementaridade entre a CASA e os demais processos de regionalismo existente na região;

9- estabelecem a diferença em relação aos outros regionalismos, indicando o perfil geral do tipo de regionalismo a que se destina a CASA, em contraposição a outros regionalismos existentes, como a UE, NAFTA, CAN, MERCOSUL etc;

10- estabelecem elemento inovador: a inclusão social

11- Estabelecem o pouco comprometimento dos agentes em relação às regras expressas no gênero Declaração. Não houve incorporação pelo congresso. Foi assinado pelos presidentes das democracias da região, o que implica que a própria declaração se posiciona em nível mais superficial.

4.3 - Considerações sobre o mito fundador

Ainda, merece algumas considerações o modo de representação (estilo, identidade) usado nas Declarações. Geralmente, documentos escritos apresentam duas grandes estratégias de representar o mundo, muitas vezes conjugadas: a descrição e a narração. O processo descritivo representa o mundo como ele potencialmente é. Fazem-se descrições com o objetivo de compartilhar valores sobre o estado de existência da realidade. O compartilhamento de valores, vale ressaltar, tem por objetivo principal, mas não mais importante, "forçar" a comunicação. Em outras palavras, as descrições são como cones de convergência do olhar de uma determinada comunidade em direção à realidade. Esse processo, ou melhor, trabalho social de constitutividade intersubjetiva da realidade é altamente relevante para o processo de negociação de sentidos, por parte de interlocutores sociais, principalmente no que tange ao processo de tomada de decisão, pois, mediante esse trabalho intersubjetivo de dar sentido à realidade, é possível objetar o mundo. Como já dizia Saussure, "o ponto de vista cria o objeto".

A narração, enquanto estratégia de representação da realidade é menos autoritária e mais persuasiva. Ao narrar eventos, conjunturas e processos, dá-se um testemunho do olhar de quem participou de evento, que no momento da narração se define como ausência (define-se como ausência o referente do objeto narrado. A ausência é condição fundamental para a existência da própria narração). Diferentemente da descrição, calcada no distanciamento (mesmo que estratégico) do olho de quem descreve e do seu objeto descrito,

a narração pauta pela reconstituição de algo perdido no tempo, como possibilidade de verificação por parte de quem ouve a narração, mediante um 'gancho' argumentativo: o testemunho de quem vê. A narração, portanto, necessita, para que surta efeito de verdade, de carisma e credibilidade da população ouvinte sobre o narrador, a fim de que se torne ela mesma uma verdade para o contexto em que está situada.

Nos dois processos de representação do mundo exterior à linguagem há um papel comum: construir parcialmente a realidade ontológica, social e histórica, em que atuam os agentes sociais. Mediante análise das representações do mundo histórico, social e geográfico da CASA, talvez seja possível perceber a realidade ontológica da CASA em que relações interestatais se materializam. Ademais, um estudo de descrição e interpretação das representações dos atores na CASA possibilitará melhor compreensão das identidades dos agentes políticos em interação nesse regionalismo sul-americano.

Segundo Fairclough (2003), os textos representam aspectos diversos do mundo (mundo material, mundo simbólico, mundo social, mundo histórico). Entre eles, estão as representações de processos, relações, estruturas, pensamentos, sentimentos e crenças. No entanto, aspectos particulares do mundo devem ser representados diferentemente. Diferentes documentos podem revelar diferentes visões de mundo (do que seja o mundo) ou podem reproduzir a mesma visão de mundo. As representações não apenas (e quase nunca o fazem) representam o mundo tal como ele é, mas também como gostaria que fosse. As representações constituem parte dos recursos com os quais as pessoas se posicionam no relacionamento umas com as outras, seja mantendo-se separadas, cooperando, competindo, dominando etc.

As representações nas duas Declarações têm duas funções: mitificadora, mediante descrição das relações convergentes entre os Estados (ditos Nações) que conformam a América do Sul; identitária, mediante narração dos mitos fundadores e do posicionamento em relação aos demais regionalismos correlatos.

Apesar de serem Declarações interestatais, assinadas por presidentes dos países sul-americanos, a representação dos agentes políticos se dá via nações. É possível identificar isso a partir do acrônimo CASA - Comunidade Sul-Americana de Nações. Segundo essa representação, as 'nações' se aproximaram umas das outras, movidas por sentimentos nobres de igualdade, democracia, respeito aos direitos humanos, entre outros, para conformar uma

"super-nação". Assim, os Presidentes reunidos em Cusco e em Ayacucho representam todas as nações que convivem em seus espaços nacionais. É válido dizer que várias nações conformam cada país sul-americano. No caso do Brasil, temos mais de 2000 nações, sem falar na Bolívia, no Peru, no Equador, na Argentina...

A associação da imagem dos Presidentes a líderes nacionais de seus respectivos estados constitui uma forma de representar, via descrição, a própria CASA como um espaço mítico. A CASA é um tipo de regionalismo diferente, do ponto de vista das Declarações, do MERCOSUL e da CAN, calcados em agências econômicas regionais para a integração regional, mediante desenvolvimento das capacidades produtivas individuais. Não, a CASA constitui uma 'super nação' capaz de abrigar as diversidades porque respeita as diferenças, usa recursos internacionais consolidados de proteção da sua instituição (caso da intertextualidade com a ONU e a OEA) e porque representa um espaço ansiado e esperado pelas nações que nela vivem, pois são povos irmãos, nações irmãs e, provavelmente têm os mesmos inimigos. A diferença entre a CASA e os demais regionalismos da América do Sul e Latina consiste no deslocamento do polo econômico burocrático, para o polo político democrático, dos povos.

A forma de descrever a instituição da CASA muito contribui para compreender com que tipo de realidade, ou melhor, que aspectos da realidade estão sendo constituídos, mediante tal descrição. Uma realidade mítica emerge das representações descritivas das Declarações. Há outras descrições que corroboram para veracidade do argumento. Vejam-se os enunciados a seguir:

a- "A história compartilhada e solidária de nossas nações que..."

A história dos países da América do Sul não é homogênea, como foi discutido no capítulo de contextualização histórica. Nem a história foi compartilhada, sobretudo levando-se em consideração o caso do Brasil, da Guiana Inglesa e Suriname, nem solidária. O enunciado acima não se constrói no eixo das narrativas históricas, oficiais ou não, sobre o continente sul-americano. Talvez se encontre alguma coisa comparada nas "Veias abertas da América Latina" de Eduardo Galeano.

b- "...desde as façanhas da independência as nações Sul-Americanas têm enfrentado desafios internos e externos comuns..."

O substantivo "façanha" é altamente significativo. Há vários sentidos possíveis de serem atribuídos ao enunciado, pela vinculação do léxico "façanha". Façanha, segundo Houaiss (2001), pode ser concebida como

feito heróico, proeza impressionante, como uma ação imprudente, escandalosa ou simplesmente brincalhona. Na primeira acepção, e penso que é esta a acepção que se intenta fixar à palavra "façanha", considera-se que a independência ocorreu dentro de um espectro imprevisível, surpreendente e extraordinário. Sabemos que as independências ocorreram em um clima generalizado nas Américas, impulsionadas pelas atividades de Napoleão Bonaparte na Europa, fazendo com que países europeus se desligassem de suas colônias por motivos internos a suas nações.

As independências não foram todas iguais, no entanto. O caso do Brasil é um exemplo de como as independências foram diferentes. A centralização da ideia de independência solidária, carregada de façanhas não está de acordo com a conformação da instituição CASA.

'Façanha' também remete à ideia de ação brincalhona. A independência foi resultado, supondo um novo contexto de significação, de atividades lúdicas, que resultaram na independência das nações Sul-Americanas. Nesse sentido, a conformação das soberanias foi dada pela atividade de poucos aventureiros nativos do continente sul-americano. Ora, esse tipo de representação parece desfigurar a conformação da CASA, como uma integração regional, calcada em valores inclusivos. Uma "integração dos povos" não deve levar em consideração somente "façanhas" de aventureiros ou de atos extraordinários. Um regionalismo que pauta pela integração dos povos deve se fazer representar por vários heróis e anti-heróis, representativos das comunidades e nações existentes na vastidão do continente sul-americano.

Por último, quanto ao enunciado em questão, há de se averiguar a expressão: "têm (os países sul-americanos) enfrentado desafios internos e externos comuns". Os desafios a que faz referência o enunciado são os relativos à sobrevivência do Estado após a independência; às dificuldades de se inserirem no sistema internacional; ao caudilhismo; entre outros. Os desafios e as dificuldades de se constituírem como países independentes talvez seja a característica mais apropriada para justificar a integração regional Sul-Americana, ou seja, sua identidade.

Como foi discutido no capítulo histórico, a principal motivação da constituição da casa é reativa, o que equivale dizer que são os desafios e as dificuldades que os países sul-americanos têm enfrentado, para se autoafirmar no cenário internacional, que movem a vontade e a necessidade dos países em se unirem para a superação de problemas históricos comuns que, de tanto se repetirem ao longo da história, tornaram-se elementos estruturais,

principalmente gerando estigmas de atraso e subdesenvolvimento. A representação, portanto, da identidade dos países sul-americanos como sendo algo reativo (reação contra a globalização, Alca) e algo negativo (necessidade de superar problemas comuns frente ao mundo externo à América do Sul) parece ser mais coerente com a realidade que se nos apresenta sobre regionalismo, como tem sido tratado neste trabalho.

Vale ressaltar, portanto, que encontra-se aqui dois tipos de representações do cenário da CASA no mesmo enunciado: um de natureza mítica; outra de natureza crítica. Isso é possível porque em se falando de discurso, como apresentado no capítulo metodológico, é possível falar em "dispersão na unidade" e de "contradição constitutiva". Mais uma vez ressalta-se que o texto pode ser completo, único, indivisível, o discurso não.

c- "nossos países possuem potencialidades ainda não aproveitadas..."

d- "...tanto para utilizar melhor suas aptidões regionais quanto para fortalecer as capacidades de negociação e projeção internacionais;"

Esses enunciados trazem uma mensagem de referência física. Os recursos naturais da região devem ser explorados para o bem geral da integração dos povos da região. Um dos seus intertextos discursivos talvez seja a história de colonização dos países sul-americanos, como colônias de exploração. O "interdito" (na forma de argumento pressuposto) de tal representação é de que a CASA deve gerir os recursos naturais da região, a fim de que os países "exploradores", ou as "elites exploradoras" não obtenham vantagens, no sentido de abusar das explorações para fins privados. Esse enunciado pertence ao segundo tipo de representação, mais crítico, de um regionalismo reativo e de uma união negativa[46], frente ao externo.

As representações fazem parte de um processo maior, discursivo, contribuindo para a instauração da contradição e das políticas regionais. Grande parte dessa representação constitui estratégia diplomática de busca de consenso e acordo, mas é perigosa, na medida em que não leva em consideração as consequências discursivas nas práticas sociais, exteriores ao fazer diplomático.

Por último, deve-se relevar que em um gênero, algumas estruturas e alguns agentes podem ser representados sem causar grandes danos ao processo de

[46] Chamo de união negativa, derivada do argumento lógico de 'definição negativa', aquilo que gera ação interna pela exclusão, ou seja, no caso da união entre os países da América do Sul, a CASA se define pela negação de outros tipos de regionalismos.

integração como todo, mas deve-se estar atento. A instituição é construída, na medida em que é narrada, descrita, mas também na medida em que apresenta possibilidades de gêneros (tipos) de textos e identidades.

4.4 - Revista DEP

A investigação da revista Diplomacia Estratégia Política (DEP) tem por objetivo dar continuidade às análises das Declarações. Entende-se que a publicação da revista constitui um mecanismo discursivo de busca de legitimidade para a CASA, uma forma, dentre várias, de circular o discurso do regionalismo sul-americano. A análise da revista indicou que não há "concerto" entre os países da América do Sul sobre o movimento de integração regional. Isso pode acarretar, em um futuro próximo, fragilidade do projeto em questão. Nas análises da Revista, articula-se os conceitos de identidade, estrutura, regras, agente e instituição com a metodologia de Análise de Discurso Crítica, segundo a qual, os textos devem ser analisados em três dimensões: representação, gênero e estilo, como executado nas análises das Declarações.

De acordo com a ADC, os discursos são produzidos, circulados e consumidos na sociedade. Selecionou-se o número quatro da revista DEP como objeto de análise do discurso sul-americano que circula e é consumido na sociedade, para contrastar com os resultados das análises dos discursos fundadores. Sabe-se que discursos são campos de conhecimento correlatos que imprimem nas formas linguísticas possibilidades de significação e, consequentemente, as identidades dos atores. Portanto, o discurso da CASA pode ser investigado nos vários gêneros em que toma forma, como nas Declarações e na Revista. O fato de se analisar apenas um número da revista, e não todos os números já publicados, não invalida a análise. Utilizar todos os números existentes tornaria a pesquisa muito longa, fugindo do escopo deste trabalho. Mas isso não representa incompletude do estudo, não mais que o normal, porque parte-se do princípio de que os discursos circulam em forma de textos e ações na prática social e política, e eles se repetem. O número 4 da revista foi escolhido na época do início da pesquisa, em meados de 2006. Portanto, a análise e as reflexões serão referentes aos documentos fundadores e o número quatro da revista DEP.

Neste estudo, utiliza-se o mesmo instrumental de análise usado no estudo dos documentos fundadores da CASA. O foco da análise direciona-se, no entanto, para a investigação sobre a presença da lógica economicista e da

lógica política. Como já discutidos anteriormente, os vários regionalismos sul e latino-americanos que antecederam a CASA pautavam por uma lógica econômica de integração, sendo a CASA a primeira tentativa de regionalismo pautado na lógica política.

A pequena diferença de método de análise usada no estudo da Revista se justifica pelo fato de que nas Declarações buscou-se compreender as regras e a estrutura da CASA, enquanto o estudo do número quatro da Revista direciona-se para a averiguação de quais regras estão presentes e, ademais, procura-se investigar se elas são coincidentes com aquelas fornecidas pelas Declarações.

Enquanto gênero, a revista DEP constitui um dos momentos da prática discursiva, o que Fairclough chama de circulação do discurso, em oposição ao gênero declaração, em que o discurso aparece como fundador. Na revista pode-se encontrar quais ideias sobre integração regional circulam no meio político. A partir daí, poder-se-á analisar quais ideias são silenciadas. Se a CASA é uma instituição em formação, o universo simbólico e as práticas discursivas aparecem como mecanismos de afirmação ou transformação do que se entende como integração regional. Uma diferença marcante entre os discursos fundadores e os discursos que circulam consiste no fato de que aqueles se referem ao 'dever ser' da instituição, enquanto estes se referem ao 'estar sendo' dela.

A representação da instituição, dos atores e das regras na revista forneceu subsídios para reflexão sobre o mundo a que fazem referência. Os atores que participam dos discursos fundadores são distintos daqueles dos discursos que circulam. A visão que se pode ter, portanto, a partir da análise da revista, em contraste com as Declarações, é mais complexa, envolvendo outros atores que compõem a cena política de integração regional, como o setor privado, organizações governamentais e o seguimento acadêmico. Vale ressaltar que nas práticas políticas a temporalidade dos eventos é altamente transformadora das instituições. Aquilo que se diz (e se cala) sobre a instituição passa a fazer parte dela. Uma instituição política é transformada pelas ações dos agentes que a formam ao longo da sua história. O processo de reflexividade dos agentes que estudam a política externa e a elaboram contribui para a constante revisão da própria prática política.

A seguir passa-se à análise da Revista DEP, Diplomacia, Estratégia e Política, número IV, a fim de se verificar a validade, via análise dos artigos, das seguintes hipótises:

A- a integração é eminentemente vista do ponto de vista econômico;

B- há resistência e receio quanto ao aspecto expansionista por parte do Brasil;

C- diferentes países têm concepções distintas do conceito de integração; e

D- a integração abordada na referida revista, na maioria dos artigos, não leva em consideração a integração dos "povos" dos países sul-americanos.

4.5 - Análise da Revista DEP

Recebi do então editor da revista DEP, uma curta entrevista, que transcrevo, a seguir, neste trabalho por considerá-la relevante.

1º. Esta revista trata exclusivamente de América do Sul? E da América Latina?

A revista trata exclusivamente de América do Sul. Já existem várias revistas sobre América Latina. Até o lançamento da DEP não havia nenhuma sobre a América do Sul. "Diplomacia Estratégia Política DEP" é a primeira revista sobre América do Sul.

2º. Como são compilados os artigos da revista?

A revista tem um projeto editorial assim definido: a) trata-se de uma revista política, não é uma revista acadêmica. No campo das publicações periódicas, DEP se assemelha ao projeto editorial da "Foreign Affairs"; b) em cada número são publicados doze artigos, um por cada país da região, de autoria de um destacado ator político, econômico ou social daquele país. A maioria dos autores são os atores, podendo eventualmente ser convidado um acadêmico, de relevo.

3º. Essa revista é independente ou faz parte da política do governo Lula?

A revista é publicada no âmbito da Fundação Alexandre de Gusmão, que é uma entidade vinculada ao Itamaraty, e tem como objetivo difundir e debater temas da política externa brasileira com os diferentes setores da sociedade brasileira.

4º. Quem ou como é feita a seleção para a montagem da capa da revista?

As capas trazem obras de artistas sul-americanos, escolhidas pelo Ministro da Cultura do respectivo país que indica também um especialista para apresentar o autor e a obra. Seguimos a ordem alfabética dos países. Assim o primeiro foi a Argentina, o segundo Bolívia e assim por diante.

FIM DA ENTREVISTA

Como se pode perceber, a revista DEP pauta pela ideia do regionalismo sul-americano. O objetivo da revista é buscar legitimidade institucional para o conceito de América do Sul, em um mundo em construção. No número em questão, encontram-se vários indícios das suspeitas levantadas no início da produção deste trabalho. Assim, passa-se a descrever a opinião e o posicionamento de cada "autor-ator" convidado para registrar o pensamento, que a partir de então passa a se confundir com o pensamento do seu país, em uma revista cuja temática é a "América do Sul" e que circula, em três idiomas, nos países que compõem o sul do hemisfério americano. Cabe uma informação adicional a respeito do idioma em que as citações redigidas. No período em que estava analisando a revista, estava no exterior e não havia versão em português. Por isso, as citações são em inglês. Cogitei em substituí-las pelas correspondentes em português, mas deparei-me com o problema da tradução (tema a ser retomado em trabalho posterior). No final, julguei compreensível deixar as citações em inglês, pois, na linha do trabalho analítico que havia sido feito, estava de acordo com a análise.

1º artigo: Objetivos e desafios da política exterior argentina.

Produzido pelo Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e culto da República da Argentina. Nesse artigo, não há tratamento direto do projeto da América do Sul. Há menções ao G-20, ao Mercosul e ao conjunto de eventos da América Latina. Encontra-se intensa argumentação sobre a união entre os grupos do Mercosul e da CAN. Há, no que tange ao projeto de regionalismo sul-americano, apenas um parágrafo (no alto da pág 11) que define a CASA como a simples união dos blocos econômicos. No mesmo parágrafo, há uma expressão adversativa, que demonstra resistência quanto ao dito imediatamente antes:

> "*Nevertheless, Argentina is cautious about the potential for functional and meeting redundancies vis-à-vis the preexisteng blocks, as well as*

for differing commitments by South American states that hold free-trade agreements with third countries."

Isso mostra duas coisas, a preocupação exclusiva com a atividade econômica e a falta de prioridade em relação à integração Sul-Americana, pelo menos dentro dos moldes da CASA. O restante do artigo, é válido ressaltar, tende a reafirmar os discursos cristalizados pelo uso freqüente que se faz desses temas por parte de todos os governos sul-americanos, como a questão da paz na região, da liberdade, da democracia da prosperidade e da qualidade de vida para as pessoas que habitam a região.

2º artigo: Bolívia, uma força para a integração.

Produzido por Evo Morales, presidente da República da Bolívia. Esse artigo é facilmente comparável a uma declaração de guerra no âmbito das ideias, pelo menos. Brasil é chamado de "regional Power". O aspecto que o autor do texto evoca sobre as relações Brasil e Bolívia remete à data do colonialismo, quando a Bolívia "*was initially the line of defense against Portuguese encroachment*", lê-se nas entrelinhas o ato heróico e a missão da Bolívia em defender a América Latina do expansionismo brasileiro. Note-se aqui a presença do mito fundador como um instrumento de divergência, bem ao contrário de como aparece nas Declarações.

Na seqüência da narrativa, o autor descreve sucintamente as questões que ligam a Bolívia aos países lindeiros. Portanto, a questão da integração Sul-Americana tem como parâmetro as relações da Bolívia com seus vizinhos. Há um argumento interessante em relação à CASA, Evo Morales alega que "*regional integration will be incomplete without Chile, and that it will go forward when the Mapocho rulers prove willing to join the South American Community*". Esse argumento é bastante significativo porque Chile é um país que, em princípio, não tem profundo interesse na CASA e porque as relações entre esses dois países são as menos satisfatórias entre os países da região, tendo em conta a indefinição das fronteiras territoriais conseqüente da Guerra do Pacífico, em decorrência da qual a Bolívia perde a saída para o mar. Ademais, há de se notar o "contra-paradigma" da integração: a integração latino-americana. O autor recorre à ideia histórica do bolivarianismo latino-americano, assim como do autor das "Veias abertas da América Latina", Eduardo Galeano com o intuito de projetar uma contra-proposta para a integração da região a

partir do seu próprio referencial (que não é tão próprio assim, como veremos no artigo da Venezuela).

3º artigo. Desafios e perspectivas da economia brasileira.

Produzido por Paulo Skaf, Presidete da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Não é necessário dizer que todo o artigo é uma súmula do pensamento econômico para a projeção das empresas brasileiras nos países da região. O paradigma econômico norteia toda a narrativa. Além disso, o autor dedicou grande parte da sua argumentação propondo planos para a economina governamental interna do país. A menção sobre comunidade Sul-Americana de nações, tomada como sinônimo para América Latina, passa por um estudo de infraestrutura (principalmente estradas) de ligação entre os países (não fica explícito quais países) para o escoamento de produção e aumento de exportação brasileira. A lógica argumentative do homem econômico é

> *"only thus will we be able to reach all of the pieces of the supply chain, to further expand Brazilian exports, to create jobs, and to generate and distribute wealth."*

Ou seja, a qualidade de vida e a integração são meras consequências da atividade econômica.

4º artigo. Programa de governo (2006 – 2010).

Produzido pela Presidente do Chile, Michelle Bachelet. A maior parte desse artigo trata de plano interno de governo da presidenta. Há uma seção dedicada ao 'Chile no mundo' na qual é notório o silêncio sobre a integração Sul-Americana. O tom do artigo refere-se ao interesse nacional chileno e às oportunidades de maximizá-lo nas relações com outros países. Não existe, definitivamente, no texto intenção integracionista como é pre-concebido nas declarações que fundam a ideia de comunidade Sul-Americana de nações. Especificamente no tópico referente à relação entre Estados Unidos e Chile, a autora declara

> *"we shall do this in the context of the Summit for the Americas – on the basis of shared democratic values – and of the creation of a Latin America Free Trade Area."*

Isso marca, como no artigo precedente, uma posição de certo modo contrária à ideia de integração Sul-Americana.

5º artigo. A armadilha do bilateralismo.

Produzido por Germán Uniaña Mendoza, Professor associado da Universidade Nacional da Colômbia. O artigo difere dos anteriores por adotar um tom mais acadêmico. O autor se dedica a argumentar o que foi explicitado no título. Há posições interessantes, como

> *"Latin America attempted to follow in this direction with the establishment of the Latin American Free Trade Association, intended to move forward toward a common market. Vain attempt! It was replaced by other smaller associations meant to accomplish the same thing – Mercosur, the Andean Community, the Central American Common Market. All of these, poorly consolidated, have proven failed attempts."*

Além do tom radical nas suas avaliações, há uma preferência pelo uso do termo "America Latina" para integração regional. América do Sul não aparece nesse texto. O autor mostra-se bastante preocupado com e atento para as relações dos Estados Unidos na região cujo intuito, segundo o autor, é enfraquecer a integração regional.

6º artigo. A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA): um desafio permanente.

Produzido por Rosália Arteaga Serrano, Secretária Geral da OTCA. Este artigo traduz a ansiedade de um dos atores políticos no cenário de integração regional. A integração, no entanto, de que trata a autora perpassa outro contexto, o da regionalização amazônica. No decorrer do artigo, nota-se uma argumentação pro-ativa para o gerenciamento da área amazônica, em tom de apelo aos governantes para que participem dos programas elaborados pela Secretaria da OTCA a fim de construir uma região humana e política sustentável.

O artigo faz pouca referência ao regionalismo sul-americano, exceto pelo excerto a seguir, em que há uma articulação entre as políticas para a América do Sul e as políticas para a Amazônia. Sabe-se que Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela são Partes no Tratado de

Cooperação Amazônica. Todos esses países também são parte da CASA, acrescidos de Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile, que não fazem parte da OTCA pelo fato de não compartilharem a região amazônica. O argumento do texto direciona-se para a complementaridade dos dois regionalismos, no sentido de que somente a articulação das políticas de ambos recortes regionais possibilitarão efetivo processo de aproximação dos países sul-americanos:

> *"I am convinced that through the political will of the presidents of the eight member republics the Amazon region can become the best and the finest locus for integrating our countries, for integrating America. South integration is fired by the ideals and visionary dreams of South American unity but is equally based on the endeavour to achieve more equitable living conditions. That explains why we have striven to contribute to the building of a South American Community of Nations. Such a Commonwealth cannot be forged if 40% of the continent's territory –the region over which Acto has a mandate- is ignored. Perhaps the fact that the Amazon has not previously been considered a part of such initiatives may explain why sub-regional, regional and continental integration processes have so far failed to deliver. This cannot, of course, be seen as the sole cause but there is a clear connection."*

Apesar de dedicar apenas um parágrafo em todo o artigo, há uma síntese discursiva presente, que se encontra ausente, total ou parcialmente, nos demais artigos da revista. O espaço amazônico conforma cerca de 40% do território sul-americano. É de se compreender que a integração sub-regional, para ser completa, deva passar pelas políticas amazônicas. A consideração das políticas para Amazônia, como substrato para as políticas Sul-Americanas mais gerais, representa uma visão de complementaridade, na medida em que os princípios norteadores da política amazônica são os mesmos constantes nas declarações de Cusco e Ayacucho, quais sejam: "diversidade cultural", "benefícios que se desprende dos interesses dos países", "luta contra a pobreza" e "desenvolvimento sustentável". Tais princípios representam uma postura humanística de regionalização, voltada para a lógica política de regionalismo, os mesmos a que se propõe os discursos fundadores da CASA. Cabe ainda ressaltar a última parte do parágrafo. Há uma constatação de que a CASA tem tido pouco sucesso entre as expectativas e as ações.

7º artigo. Guiana – ligando o Brasil com o Caribe: quando potencial encontra oportunidade.

Produzido por dois representantes de "Think tank, Roop Group e Essequibo Group". Esse artigo relaciona integração regional estreitamente com o pensamento econômico. Como no artigo brasileiro, há uma argumentação de que o desenvolvimento humano e a integração regional é mera conseqüência do desenvolvimento econômico do país, aproveitando as oportunidades que a região e o mundo oferece para tanto. Outra coincidência com o artigo brasileiro é a referência à infraestrutura (principalmente estradas) como elemento de integração. A única referência explícita à América do Sul consiste na posição estratégica da Guiana em ligar duas regiões ao sul do hemisfério:

> *"These factors could prove to be vital in the very near future as changing political landscapes and the demand for dwindling natural resources brings Western and Eastern countries to South America."*

Outro fato importante é a não menção à CASA no tópico intitulado "Investing in the future of South America". Interpreto isso como silêncio estratégico, coberto por uma pretensa menção à integração regional.

8º artigo. Rotas políticas do Paraguai.

Produzido por Pedro Fadul, Presidente do partido Pátria Querida. Esse artigo se dedica a estudar e a refletir sobre a questão da política interna daquele país. Não há discussão sobre as relações com outros países da região. Não considero isso um silêncio estratégico, mas um silêncio comunicativo, no qual se lê, como está expresso no início da conclusão:

> *"Paraguay's present political model is in its death throes but the new model and those destined to lead the transition process have not yet emerged."*

Em verdade, o argumento busca legitimidade para a ação de consolidação do estado, pois não é coerente discutir política externa sem antes acertar os ponteiros, mesmo que minimamente, da política interna.

9º artigo. A grande transformação.

Produzido por Ollanta Humala. Candidato presidencial do Peru. Esse artigo é bastante marcado pela ideia de comunidade Sul-Americana de nações e latino-américa:

> *"we assert the unity of our people and of our fellowmen from all Latin America for building the South American house and strengthening the congenial Andean community as well as defending the Amazon space and environement and approximating ourselves to our brethren in the Southern Cone."*

Há um tom heróico perpassando toda a narrativa, sendo que o excerto a seguir o sintetiza correlatamente:

> *"we represent the vast, historical nationalist movement that fights for a Nation with justice and liberty, aspires to a solidaristic globalization, and challenges the Washington Consensus' policies and transnational power, which intends to keep our Latin America and Peru under imperial control."*

Esse texto definitivamente traz o argumento da Comunidade Sul-Americana de Nações como é acordado em Cusco e Ayacucho. A ideia de que as relações internacionais são construídas pelos Estados está muito presente nesse artigo, contra a ideia do Estado mínimo e contra a governança transnacional independente.

10º artigo. Suriname: visão panorâmica da macroeconomia, desafios e perspectivas.

Produzido por André E. Telting, Presidente do Banco Central do Suriname. Apesar de ser um texto econômico, há um excerto sobre a integração regional que indica a posição desse país no concerto das nações Sul-Americanas:

> *"Among the diffferent governmental policies importance is attributed to intensified diversification of international cooperation with Caricom, aiming at the formation of the Carabbean Single Market and Economy in the near future, and with the South American*

Community of Nations, which aims at promoting an integrated South American area in political, social, cultural, economic, environmental and infrastructural dimensions."

Nesse trecho podemos perceber a concepção construtivista que o autor tem em relação ao processo de integração Sul-Americana. Isso implica a ideia de que se deve ter cautela no trato e no compromisso com a CASA.

11º artigo. Uruguay's insertion into the world economy: a political and strategic view.

Produzido por Sergio Abreu, Presidente da Abreu, Abreu & Ferrés Estudo Jurídico. Esse artigo trata com abrangência dos elementos e dos aspectos que compõem a CASA, incluindo no seu estudo o papel e o lugar do Uruguai no concerto das relações Sul-Americanas e extra-regionais. Embora o aspecto econômico ocupe grande parte da argumentação, o autor considera vários argumentos, sobretudo os políticos como pontos de inflexão do aprofundamento das relações Sul-Americanas. Uma das críticas mais relevantes é sua avaliação sobre a frustração dos atores internacionais que compõem a CASA por causa da comparação que se faz com a Comunidade Europeia. Talvez a crítica mais contundente feita pelo autor seja a que contempla a hipótese que sustento neste trabalho, a de que os processos de aprofundamento das relações internacionais na região sejam altamente influenciados pelo paradigma econômico:

"In Latin America, the modern "open regionalism" concept has replaced, in theory and in practice, the approach to integration as an import substituition instrument typical of a predominantly protectionist scenario."

12º artigo. "Há um outro mundo, e está neste".

Produzido por José Vicente Rangel, Vice-Presidente da República Bolivariana da Venezuela. O espaço para esse artigo foi utilizado para fazer um desabafo e para explicar a outras vozes (mas quais?), os processos pelos quais está passando a Venezuela e também para justificar as atitudes políticas da Venezuela nos últimos tempos. É um artigo bastante irreverente, faz propaganda do heroísmo (histórico) venezuelano e denuncia as práticas imperialistas existentes na região, sem, obviamente, mencionar a palavra Brasil.

No restante, o artigo se resume em um relatório dos ministérios que compõem o governo do Presidente Hugo Chavez. Há um silenciamento do assunto América do Sul. Há estreita ligação entre o artigo em análise e o referente à Bolívia. As ideias que circulam e as que fundamentam ambos os textos remetem à mesma formação discursiva.

13º artigo. Um ensaio de arte referente à imagem de capa, do artista chileno Pedro Lira.

O ensaio é produzido por Milan Ivelic, Diretor do Museo Nacional de Finas Artes. Cada edição da revista traz um artista representativo de um dos países da américa do Sul. Essa prática constitui uma contribuição genuína da revista em aprofundar as ligações entre os países da região, em setores não relacionados à economia. Sobre a imagem, há muitos sentidos que se pode extrair, mas o que mais chamou a atenção foram as notas graves de composição temática do quadro, quais sejam: a carta escondida; o rosto não revelado; a porta que está prestes a ser aberta O clima de suspense absoluto do ambiente provoca no leitor atento uma persistente indagação: Será que as "coisas" revelar-se-ão? O que parece coincidente com a situação atual dos movimentos de integração dos países ao sul do continente americano. Em verdade, há expectativas distintas governadas por vontades diversas e conhecimento diferentes. Será que a carta, constante na pintura, significa o movimento de integração? E a desconfiança é o fundamento genuíno de todos os países? Quem terá a coragem de abrir a porta?

Essas são questões que devem ser respondidas para que o impasse possa ser superado, a fim de que aconteça o aprofundamento da integração regional para enfrentar os desafios do mundo hodierno.

4.6 - Contraste entre as Análises das Declarações e da Revista DEP

As representações do mundo dos processos e das estruturas, nos artigos da Revista, não coincidem, em geral, com aquelas presentes na Revista.

A regra de identidade Sul-Americana é a mais ausente nos artigos analisados da Revista DEP. Enquanto as Declarações prescrevem uma unidade Sul-Americana baseada tanto no mito fundador, quanto nos problemas comuns enfrentados pelos países sul-americanos, os artigos direcionam-se rumo à identidade nacional, naquilo que é mais diferente dos demais países.

Nomes como Bolívar e Sucre são mencionados em artigos da Venezuela e Bolívia para configurar ideias nacionalistas. As figuras míticas estão presentes tanto nas Declarações quanto em alguns artigos da Revista, mas têm funções diferentes. Enquanto nas Declarações se apresentam como elementos de coesão entre as nações, nos artigos da Revista são enunciados para fragmentar a CASA. Trata-se, portanto, de uma estratégia política nas Declarações com o fim de fragilizar a coerência da CASA. O discurso, nesse ínterim, mostra que a correlação de forças simbólicas, expressas na enunciação dos mitos fundadores, não é de sustentação dos princípios e do espírito regionalista, mas de inclusão de forças exógenas, com a finalidade de enfraquecer as iniciativas dessa natureza.

A regra democrática é tomada, nos artigos da Revista como pressuposto. Não foi necessário explicitar, em enunciados, a necessidade da democracia como regra de relacionamento com os demais países da região. O tipo de democracia, no entanto, difere daquele enunciado nas Declarações, que é a democracia dos povos.

A regra do pacto social é mencionada nos artigos dentro de uma lógica econômica de produção social. Em geral, os autores argumentam que necessitam de expandir suas economias para que, em decorrência natural do processo econômico, haja melhora do bem-estar geral da sociedade. A regra do pacto social, gerida pela lógica econômica, é o oposto do que prescreve as Declarações.

A regra da superação da assimetria somente está presente nos artigos de países que ocupam lugar de maior vulnerabilidade relativa, dentre os países sul-americanos.

A regra da observância do Direito Internacional não é majoritariamente presente nos artigos, sendo que naqueles em que a regra é ausente, a ausência também ocorre no pressuposto.

A regra da paz e do relacionamento pacífico entre os Estados da região é presente e consolidada nos enunciados dos artigos.

A regra da participação cidadã também não encontra ‘eco’ nos artigos da Revista.

Por que as regras que conformam a instituição CASA não estão presentes nos discursos dos agentes que constituem a instituição? Resposta curta e direta: os agentes não compartilham as ideias do discurso fundador, o que torna difícil a possibilidade de criação de uma identidade Sul-Americana e de um projeto comum.

Mas, é possível a criação de um regionalismo sem identidade? Talvez, mas não de um regionalismo político que se pretende inclusivo e democrático. Se não há um sentimento de pertença à região sul do continente americano, não haverá vontade política que seja forte o suficiente para construir a instituição da CASA.

Conclusão

"Duas estéticas da existência, dois estilos absolutamente diferentes de coragem da verdade: a coragem de se transformar lentamente, de fazer manter um estilo em uma existência movente, de durar e de persistir; a coragem, mais pontual e mais intensa, da provocação, a de fazer aflorar por sua ação verdades que todo mundo conhece, mas que ninguém diz, ou que todo mundo repete, mas que ninguém se dá ao trabalho de fazer viver, a coragem da ruptura, da recusa, da denúncia. Nos dois casos, não se trata da fundação de uma moral que busca o bem e se afasta do mal, mas da exigência de uma ética que persegue a verdade e denuncia a mentira. Essa não é uma moral de filósofo, é uma ética do intelectual engajado." (Gros, 2004)

O exercício aqui desenvolvido de modo algum pretende ser exaustivo, tendo selecionado apenas alguns aspectos e, consequentemente, algumas categorias analíticas do processo de integração Sul-Americana. O presente exercício buscou evidenciar elementos que deveriam integrar um esforço minucioso, dotado de respaldo teórico-político. Em virtude da proposta da pesquisa, pautada na Teoria Construtivista e desenvolvida à luz da Teoria do Discurso, foi necessário fazer um recuo histórico e uma investigação da linguagem empregada nos documentos fundadores para corroborar na reflexão entre os conceitos subjacentes à proposta regionalista da CASA e as ideias circuladas no meio acadêmico-político.

O processo de integração regional na América do Sul tem sido bastante representativo da vontade política, mas com enormes desafios em suas implementações. Seguindo uma tendência global, em que os blocos regionais tornaram-se instrumentos econômicos, os Estados sul-americanos procuraram ampliar suas relações, para formar uma Comunidade de Nações. Essa ideia foi lançada em Cusco, em 2004, e a primeira reunião aconteceu em setembro de 2005.

A união Sul-Americana constitui projeto ambicioso, que exige de seus Membros muito trabalho, no que se refere à troca de informações e o estabelecimento de diálogo. Faz-se mister a maior interação entre as burocracias estatais dos Estados que a conformam, entre as burocracias estatais e as respectivas sociedades civis, e entre as sociedades civis dos Estados.

Além disso, seria produtivo que os Estados e as nações adotassem uma postura verdadeiramente comunitária em relação às questões que afligem seus parceiros integrantes da CASA. Nesse sentido, é urgente o tratamento do tema do mito fundador, de forma que se torne coerente com os processos integradores e corresponda à diversidade da região.

É fato que a Política Externa do Governo Lula, no período 2004-2006, pautou-se pela articulação da geografia da América do Sul, para criar uma solidariedade regional. Em uma conjuntura adversa de globalização, houve uma tentativa genuína de transformação da correlação de forças no cenário internacional, de acordo com as possibilidades da ação diplomática possível. Segundo Marco Aurélio Garcia, ao avaliar a pertinência da política externa brasileira para a região Sul-Americana, a situação da política internacional se desenvolve diante de um dilema de escolha: "ou se aceita passivamente a correlação de forças, ou se tenta alterá-la" (Garcia, 2007).

O processo de integração é uma jornada imprevisível. A condição de existência de uma eventual integração são a coragem, trabalho intelectual dos agentes políticos, bem como sustentação de um diálogo franco entre os vários setores políticos da sociedade, para lidar com os obstáculos, à medida que forem aparecendo. Os exemplos são notórios: Brasil e Bolívia sobre os recursos minerais bolivianos; Uruguai e Argentina sobre a planta de indústria papeleira; Chile e Bolívia sobre a questão territorial; Chile e Argentina sobre a questão de fornecimento do gás; Venezuela e Colômbia sobre a questão das FARCS; Chile e Peru sobre a questão do mar territorial; etc. Além dessas questões, ainda há aquelas de dimensões históricas, mais abstratas, como o

problema histórico da Guerra do Paraguai; a questão da assimetria entre os países da região; a questão da mentalidade política dos atores internos das nacionalidades Sul-Americanas, para citar algumas.

Outra questão para a integração Sul-Americana é aquela relativa ao reducionismo. Uma integração meramente econômica inviabilizaria a própria economia, no longo prazo, pois elaborar políticas regionais para o crescimento econômico, sem articular outros aspectos sociais e políticos, não possibilitaria a superação das assimetrias na região, fazendo com que, no longo prazo, as economias de países mais fracos entrem em colapso, gerando 'efeito dominó' nas demais economias Sul-Americanas.

A chave para uma efetiva integração regional, que transcenda a lógica econômica, mas que a leve em consideração, seria o investimento em uma rede de instituições fortes, infraestrutura integrativa e consolidação da mentalidade regional entre os diversos grupos sociais em direção à mentalidade nacional. A construção da identidade (ou das identidades) é função da percepção que temos do que está ao nosso redor, a nossa circunstância, mas é o olhar dos agentes que poderá desencadear o processo, para depois dar seguimento nas ações.

> *"Cabe ao olhar estabelecer as distâncias, mas a percepção se exercita no cotidiano, na vizinhança. E se completa pela palavra, ou, mais do que isto: é a palavra que nos abre, nos desvenda o mundo – ela é, por assim dizer, constitutiva da circunstância." (Reis, 1997)*

Os agentes devem se encontrar com maior freqüência para trocar informação sobre o que esperam do processo de regionalização e definirem até que ponto estão dispostos a se comprometerem. Talvez fosse necessário a criação de um fórum que promova a formação de uma mentalidade regionalista mais condizente com as necessidades hodiernas dos países, da região e dos povos sul-americanos.

A análise da linguagem mostrou o enorme fosso que há entre as propostas fundadoras e as percepções dos atores constituintes. Parece que os atores não 'consumiram' o discurso integracionista. Enquanto a lógica subjacente às Declarações é complexa e carregada de uma percepção madura da regionalização profunda, a lógica da maioria dos artigos da Revista é anacrônica, fazendo muito mais eco com as lógicas regionalistas que antecederam a CASA.

Não foi objetivo deste trabalho discutir o conceito de 'discurso político'. De qualquer forma faz-se mister uma nota, pois o discurso político tem uma característica particular, a qual merece ser ressaltada. Não se pode falar em 'teoria' e 'prática' em discurso político porque em política só há máscaras. E as máscaras são as próprias realidades que se desvelam. O discurso político não esconde uma face sincera e mostra outra falsa, pois é sempre um jogo de máscaras. Mas máscaras que não são mentiras, apenas faces temporárias que se apresentam no jogo de interação dos Estados. O que se deve buscar no discurso político não é a verdade essencial, e sim o efeito construído de sentido dos momentos particulares.

Vale dizer que, analisando a constituição da CASA, não se está querendo afirmar que os princípios, as regras, presentes nas Declarações e ausentes, ou deslocadas nos artigos da Revista DEP representam simples demagogia. O processo político de construção da CASA é demasiado complexo para ser resumido em termos preconceituosos. O que é interessante observar é que o dizer e o dito, no discurso político, nunca coincidem. Para se compreender os significados dos enunciados de um discurso político é necessário identificá-los e interpretá-los no espaço entre os dizeres, sempre levando em conta, como categorias de estabelecimento dos significados possíveis, em termos de gêneros, representações e estilos. Não é simplesmente uma questão de retórica, mas uma questão de entender a dinâmica das práticas discursivas do discurso político.

O Construtivismo e a Análise do Discurso são perspectivas teóricas complementares ao Realismo e ao Racionalismo em geral. O resultado que se obteve neste estudo é parcial e deve ser considerado em paralelo a outros resultados de pesquisas e estudos de integração regional.

De todo modo, a consolidação do conceito de América do Sul passa pela necessidade de rediscutir a história Sul-Americana. O fato de haver uma história comum Sul-Americana não implica que os países sul-americanos tenham de ter a mesma história. As convergências históricas possibilitam a formação de várias identidades. Mas isso, por si só, não é suficiente.

Nesse sentido, concordo com o argumento de Vilafaiñe, segundo o qual "a construção de uma identidade continental passa necessariamente pelo resgate da história comum", mas agrego algo mais. A construção de uma identidade continental passa pelo resgate da diferença e pelo balanço das necessidades dos países. Não é só o sentimento de pertença ou a história comum que une ou que reúne os agentes políticos, mas principalmente o

trabalho político. O aprimoramento do termo América do Sul deve se dar ao longo da história a se construir dentro de instituições já existentes e outras que poderão existir.

O nacionalismo moderno deve ceder lugar ao nacionalismo, ou melhor, ao regionalismo contemporâneo. O mito fundador, aquele que serve de exemplo para a construção da trajetória de ideal de integração Sul-Americana deve, em primeiro lugar, ser capaz de atribuir sentido a todos os agentes que conformam o espaço sul-americano, e, em segundo lugar, ser renovado a todo tempo em que se julgar necessário.

O desenvolvimento de uma mentalidade Sul-Americana é tão importante quanto a assinatura de acordos e construção de infraestrutura física. Os cidadãos de toda a região devem participar do processo integrativo, mediante incentivo de trânsito e troca de informação constante entre os todas as regiões dentro do espaço geográfico sul-americano. É fundamental o respeito recíproco entre os povos, sobretudo, quando se fala de democracias. São palavras do Embaixador Fernando Reis:

> *"Já se sabe: a diplomacia brasileira, numa trajetória madura, deve atender a múltiplas frentes, de forma compatível com a diversidade e amplitude de nossos interesses. A projeção internacional do país, por outro lado, deve ser fiel à sociedade brasileira como um todo e não apenas a uma de suas facetas." (Reis, 1997)*

As ideias e os discursos sul-americanos devem sair dos órgãos diretamente ligados à tarefa institucional e ganhar outros espaços, circular mais, tanto entre os demais órgãos da burocracia estatal quanto entre os setores da sociedade civil. De nada adianta produzir a consciência burocrática, sem atingir o todo do espaço político. As organizações políticas estatais têm, por um lado, governadores e, por outro, aqueles que legitimam as atividades dos governadores. Em tempos democráticos, a consciência político-social é tão importante quanto os planos diretivos da política. O regionalismo sul-americano constitui uma iniciativa necessária e sábia, mas há muito ainda a se fazer, para que a realidade que se quer tome corpo político, histórico e social. É certo, porém, que, por meio da integração regional, a América do Sul pode encontrar caminhos e circunstâncias que possam inserir, de forma mais satisfatória, os países da região no cenário internacional, bem como otimizar as potencialidades intra-regionais.

O estudo elaborado nesta dissertação aponta para alguns desafios pelos quais têm passado as tentativas integracionistas na região. De fato, a integração regional não tem encontrado legitimidade suficiente na região, mas o discurso começa a ganhar outros espaços públicos. Embora tenha havido obstáculos, ao longo da história integracionista, a história presente mostra a persistência dos agentes diplomáticos no esforço de efetivar a integração, há tanto buscada. Segundo Tatiana dos Prazeres, em artigo vencedor do prêmio América do Sul 2005 *"O desafio consiste justamente em viabilizar o aprofundamento dos vínculos entre os países da sub-região, diante de um histórico de expectativas frustradas de integração..."*.

Em face de tais desafios, parece que é de fundamental importância que os agentes políticos envidem esforços com vistas ao aprofundamento dos vários arranjos regionais. O discurso emergente, presente na Declaração de Cusco e na Declaração de Ayacucho, deve circular mais entre os vários grupos nas sociedades Sul-Americanas. Desse modo, a integração regional atingirá patamares excelentes de integração.

Referências

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, D. *Manual de Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2005.

ADLER, Emanuel. *O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais*. São Paulo: Lua Nova, 1999. nº 47, p. 201-246.

_____. Seizing the Middle Ground: Constructivism. In: _____. *European Journal of International Relations*.London: dia, mês, 1997. World Politics 3 (3), p. 319-363. (periódico)

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Políticas de Integração regional do governo Lula***.** 35 págs. Disponível em: <http://www.mestrado.uniceub.br/revistamestrado/pdf/Artigo%20Prof%20Paulo%20Roberto%20Almeida.pdf > Acesso em: 26 dez. 2006.

_____. *Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula***.** 24 págs. Disponível em: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1260PExtLula.pdf> Acesso em: 26 dez. 2006.

ALMINO, João; CARDIM, Carlos Henrique (org.). *Rio Branco*: a América do Sul e a Modernização do Brasil. Rio de Janeiro: EMC, 2002.

ÁLVAREZ, Soledad. *La Pasión Dominicana De Pedro Henríquez Ureña*. Santo Domingo, 1999. Disponível em: < http://www.cielonaranja.com/phualvarez.htm>. Acesso em: 9 jan.. 2007.

ALVES, Ana Cristina. *Outros caminhos*:o pós-modernismo e o Construtivismo das Relações Internacionais (parte II) a (re) construção social. Brasília: UnB, 2002.

AMORIM, Celso. *Política e Externa, Democracia, desenvolvimento*. Brasília: FUNAG, 1995.

AZAMBUJA, Marcos. *Os processos de integração nas Américas: MERCOSUL, Pacto Andino, ALCA, CARICOM, NAFTA, Comunidade Sul-Americana***.** 6 págs. Disponível em: <http://www.inae.org.br/publi/ep/EP0144.pdf> Acesso em: 15 jan. 2007.

BAERT, Patrick. *Revista brasileira de Cidadania e Sociedade*. v. 12, n.º 35. São Paulo, 8 fev. 1997

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 5a ed. São Paulo: Hucitec, 1978.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. *Regions and Powers The Structure of International Security***.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CAMPBELL, David. *National Deconstruction*: Violence, Identity, and Justice in Bósnia. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

CHAVES, Lázaro Curvelo.*O Homem e o Mito*: José Carlos Mariátegui. Brasil, 13 jan. 2005. Disponível em: <http://www.josemarti.com.br/marti.htm> Acesso em: 9 jan. 2007.

CHECKEL, Jeffrey T.. *Social Construction and Integration***.** Disponível em: <http://www.arena.uio.no/publications/wp98_14.htm> Acesso em 23 abr. 2007.

CHILTON, Paul. *Analysing Political Discourse*: Theory and Practice. Londres: Routledge, 2004.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*: rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University press, 1999.

CHRISTIANSEN, Thomas; JORGENSEN, Knud; WIENER, Antje (eds.). *The Social Construction of Europe*. Londres: Sage, 2001.

COSTILLA, Lúcio Oliver. *O novo na sociologia latino-americana***.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222005000200010> Acesso em: 26 dez. 2006.

COUTINHO, Marcelo. *Venezuela no MERCOSUL: Adaptação***.** Versão ampliada do artigo publicado no jornal O Globo (28/07/2006) 3 págs. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/68_artigos_Venezuela_no_ Mercosul_Adaptacao.pdf> Acesso em: 26 dez. 2006.

COX, R.W.. An essay in method. In: _____. *Gramsci, hegemony and international relations.* Cambridge: Cambridge University Press, 1992. Cap. 20, p. 132-159.

COX, R.W.; SINCLAIR, T.J.. *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DAVID, Easton. *A Systems Analysis of Political Life*. New York: New York, 1965.

DEP (Diplomacia, Estratégia e Política). Número 4, Brasília, 3 abril/junho 2005. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/DEP>. Acesso em: 03 dez. 2006.

DIEZ, Thomas. Speaking 'Europe': The Politics of Integration Discourse. In: _____. *The Social Construction of Europe*. Londres: Sage, 2001, p. 85-100.

DUFF, David (Ed.); TODOROV, Tzvetan. *Modern genre theory*. Longman: United Kingdom, 2000.

FAIRCLOUGH, Norman (1989). *Language and Power*. London: Longman

_____. *Analysing discourse*: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

_____. *Critical Discourse Analysis*: The Critical Study of Language. Londres: Longman, 1995.

_____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERRER, Aldo. *Integração Regional e Desenvolvimento na América do Sul***.** 3 págs. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/conferencia_aldo_ferrer.pdf> Acesso em: 26 dez. 2006.

FIMIANI, Mariapaola. O verdadeiro amor e o cuidado comum do mundo. In: _____. *Foucault, "A coragem de verdade"*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

FONSECA, Gelson Jr; CASTRO, Sérgio H. N.. *Temas de Política Externa Brasileira II*. Vol. 2, 2.ª ed. Brasília: Paz e Terra, 1997.

FOUCAULT, M.. *A história da loucura*. 5. ed. São Paulo (SP): Perspectiva; 1972.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro (RJ): Edições Gerais; 1979.

_____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Rocco, 1969 (trad. 1987).

_____. *As Palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1972 (trad. 1996).

GALVÃO, Thiago Gebie. *A América do Sul*: a construção de uma ideia. Brasília: UnB, 2003. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2003 *Gazeta Mercantil*, Brasil, 29 set 2002. Disponível em: <http://www.gazetamercantil.com.br/ >. Acesso em 28 jan 2007.

GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. In: _____. *Consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1993.

_____. *The Constitution of Society*. Berkeley: University of California Press, 1984.

GILPIN, Robert. *U. S. Power and the Multinational Corporation***.** Nova York: Basic Books, 1975.

_____. *Economia Política das Relações Internacionais*. Brasília: UnB, 2002.

GROS, Frédéric. *Foucault, "A coragem de verdade"*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia*. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

HAAS, E. *Beyond the Nation-State:* Functionalism and International Organization. Stanford: Stanford University Press, 1964.

_____. *When Knowledge is Power*: Three Models of Change in International Organizations. Berkeley: University of California Press, 1990.

HALLIDAY, M. A. K.. *Rethinking International Relations*: Realism and the Neoliberal Challenge. London: Palgrave McMillan, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; Christian M. I. M.. *An Introduction to Functional Grammar*. 3.ª Ed. USA: Oxford University, 1999.

HANSEN, Lene e WAEVER, Ole (eds.). *European Integration and National Identity*: The challenge of the Nordic states. Londres: Routledge, 2002.

HANSEN, Lene. *Security as Practice*: Discourse Analysis and the Bosnian War. Londres: Taylor & Francis, 2006.

HORKHRIMER, M. *Critical Theory*: Selected Essays. Nova York: Continuum, 1995.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*: português/ português. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss/ Ed. Objetiva, 2001. http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pr904.doc

JÄGER, Siegfried. *Discourse and knowledge*: theoretical and methodological aspects of a critical discourse and dispositive analysis. Wodak: Ruth e Meyer, 2001.

JUNQUEIRA, Mary A. *Representação Política do Território latino-americano na Revista Seleções*. 3 págs. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000300004&lng=in&nrm=iso&tlng=in> Acesso em: 26 dez. 2006.

KELLY, Michael. *Critique and Power***:** Recasting the Foucault/Habermas Debate. Cambridge: MIT Press, 1994a.

Khun, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 7.ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *A identidade Internacional do Brasil e a política Externa Brasileira:* Passado, presente e futuro. São Paulo; Perspectiva, 2001.

KRATOCHWIL, F. V. *Rules, Norms, and Decisions*: On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

KRATOCHWIL, F. V.; FIERKE, K. M.; JORGENSEN, K. E.. Constructivism as an Approach to Interdisciplinary Study. In:_____. *Constructing International Relations*: The next generation. Londres: Me. Sharpe, 2001, p.13-35.

KRATOCHWIL, F.; RUGGIE, J. G.. International Organization: a state of the art on an art of the state. In: _____; *International Organization*. v. 40, p.753-775,1986.

KUBÁLKOVÁ, V.; CRUICKHANK, A.. *Marxism and International Relations*. Oxford: Oxford University Press, 1989

KUBÁLKOVÁ, V.; ONUF, N.; et al. *International Relations en a Constructed World*. Armonk, Nova York: M. E. Sharpe, 1998.

LAPID, Y; KRATOCHWIL, F. V.. *The Return of Culture and Identity in IR Theory.* Boulder: Lynne Rienner, 1996.

LIMA, Maria Regina Soares de. *Globalização, Regionalização e América do Sul***.** 10 págs. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Globalizacao,%20Regionalizacao%20e%20Am%C3%A9rica%20do%20Sul.pdf> Acesso em: 26 dez. 2006.

MAGALHÃES, Bruno. *O papel do MERCOSUL: a crise das papeleras e o processo de integração regional sul-americano.* 22 págs. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/9_observador_topico_Observador_v_1_n_6.pdf> Acesso em: 26 dez. 2006.

MARÍN, Miguel O. C.. *Tomado de la obra* Filosofía Jurídica *y* Política *José Enrique Rodó Piñeyro.* Filosofia Politica - Universidad Santa María en Caracas, Venezuela, 1983

MEYER, Michael. *Between theory, method and politics:* positioning of the approaches to CDA. Londres: Sage, 2001, 14-31.

MICHAEL (eds.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. Londres: Sage, 2002, p. 32-62.

MIRELES, Pedro David Montes. *A encruzilhada da integração Sul-Americana: Interesses ou amizade?* 3 págs. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/62_artigos_A_encruzilhada_da_integracao.pdf> Acesso em: 26 dez. 2006.

MORSE, Richard M. *O Espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NOGUEIRA, João Pontes; NIZAR, Messari. *Teoria das relações internacionais*: *correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. ***Teorias das Relações Internacionais: Correntes e Debates. Cidade: Ed. Campus, 2005.***

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina*. 21 págs. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/soc/n14/a06n14.pdf> Acesso em: 26 dez. 2006.

ONUF, N. G. *World of Our Making*: Rules and Rule in Social Theory and International Relations. Columbia, South Carolina: University of South Carolina Press, 1989.

ONUF, Nicholas; KUBLAKOVA, V.; KOWERT, Peter. Constructivism: A User's Manual. In: _____. *International relations in a Constructed World*. Nova York: M. E. Sharpe, 1998.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às relações internacionais*: temas, atores e visões. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004.

PIETRI, Arturo Uslar. *Valores humanos: (biografías y evocaciones)*. Buenos Aires: Editorial Mediterrâneo, 1982.

PORTER, Joseph. *Audience and Rhetoric*: An Archaeological Composition of the Discourse Community. New Jersey: Prentice Hall, 1992.

PRAZERES, Tatiana L. A integração Sul Americana: uma ideia fora do lugar. In: _____. *Prêmio América do Sul-2005*: O Brasil e a América do Sul: Desafios no século XXI. Brasília: Ed Fundação Alexandre Gusmão – IPRI, 2006.

PRAZERES, Tatiana Lacerda; DINIZ, Ângela Maria Carrato; ROCHA, Maurício Santoro. *O Brasil e a América do Sul:* Desafios no Século XXI. 150 págs. Disponível em: < http://www.funag.gov.br/BDPE/premio%202005.pdf> Acesso em: 23 abr. 2007.

QUEIROZ, Maria José. *A América sem nome*. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

RAMOS, Cláudia. *Discurso parlamentar português e construção da identidade política no contexto da integração europeia*. In: _____. Antropológicas. 9: 67-96. , 2005

_____. *Is Portugal a "strong state"?* An analysis of Portuguese political discourse on the state of the state, in a context of transnationalisation" in VIII Congreso de Cultura Europea. Pamplona, Univ. Navarra [prelo].

RAPOPORT, Mário. CERVO, Amado Luiz (org). *História do cone Sul*. Brasília: Revan, 1998.

REINALDO, Golçalves; ARRUDA, Marcos; et tal. A integração da América Latina, o MERCOSUL e o movimento popular. In:_____. *MERCOSUL ou a integração dos povos do cone sul?* Rio de janeiro: PACS/ FASE/ UFRJ, 1992.

REIS, Fernando Guimarães; FONSECA, Júnior; GELSON; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de (org). O Brasil e a América latina. In: _____. *Temas de política Externa Brasileira* II. V. 2. 2ed. São Paulo / Brasília: paz e Terra / Funag, 1997, p. 10-42.

REISIGL, Michael; WODAK Ruth. *Discourse and discrimination*: Rhetorics of racism and anti-Semitism. Londres: Routledge, 2001.

_____. *The semiotics of racism*. Vienna: Passagen Verlag, 2000.

RESENDE, Paulo-Edgar Almeida. *Trajetórias do discurso Latino-Americanista***.** São paulo: 2002. 13 págs. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000200002> Acesso em: 26 dez. 2006.

Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura. *Revista Letra Magna*. Brasil, Ano 01- n.01 - 2º Semestre de 2004. Disponível em: http://www.letramagna.com/index.htm. Acesso em: 16 jun. 2007.

REZEK, José F.. *Direito dos tratados*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

ROSAMOND, Ben. *Discourses of Globalization and European Identities.* Londres: Sage, 2001, p. 158-173.

RYNNING, Sten; GUZZINI, Stefano. *Cadernos de Relações Internacionais*. nº. 9. Brasília: Universidade de Brasília, outubro 1994.

SAID, Edward. *Orientalism*. New York: Pantheon Books, 1978.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G.. *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro.* Brasília. Tese de CAE (mimeo), 2005.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. 11ª Ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Ed. Record, 2002.

SARAIVA, José F.. *Relações Internacionais: dois séculos de história*. Brasília: Ed. UnB, 2001.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Editora 34, 2001.

_____. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SMITH, Steve. *Explaining and understanding International Relations*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

SOARES DE LIMA, Maria Regina e COUTINHO, Marcelo (2006). *Integração moderna.* Disponível em Observatório Político sul-americano: http://www.iuperj.observatorio.br, em janeiro 2006.

SOUZA, Antônio Marcus Alves de. *Cultura no MERCOSUL*: Uma Política do Discurso. Brasília: Plano Editora, 2004.

Universidade Feral de Santa Catarina. *Enciclopédia_Alejo Carpentier*: Santa Catarina. Disponível em: <http://www.cce.ufsc.br/~espanhol/enciclopedia/alejo_carpentier.htm>. Acesso em: 17 abr. 2007.

VAZ, Alcides Costa; CHALOULT, Yves; ALMEIDA, Paulo Roberto (org). A integração no MERCOSUL: novos atores e o desafio da participação política e social. In: _____. *Mercosul, Nafta e Alca: a dimensão social*. São Paulo: LTR, 1999.

VITULLO, Gabriel E.. *Transitologia, Consolidologia e Democracia na América Latina: Uma Revisão Crítica.* 8 págs. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n17/a05n17.pdf> Acesso em: 26 dez. 2006.

WAEVER, Ole. *Discursive Approaches.* Oxford: Oxford U.P. , 2004

_____. *Identity, communities and foreign policy*: discourse analysis as foreign policy theory. Londres: Routledge, 2002, p. 20-49.

WENDT, A. Anarchy Is What States make of It: The Social construction of Power Politics. In: _____. *International Organization.* n. 46, p. 391-425. Spring, 1992.

_____. The Agent-Structure Problem in International relations Theory. In: _____. *International Organization*. v. 41, 3, p. 335-370, 1987.

WETHERELL, Margaret; TAYLOR, Stephanie; YATES, Simeon (eds.). *Discourse as Data*: a Guide for Analysis. Londres: Sage, 2001.

WIENER, Antje; DIEZ, Thomas (eds.). *European Integration Theory*. Oxford, Oxford U.P., 2001.

WIGHT, M. *International Theory*: The Three Traditions. Nova York, Holmes & Meier, 1991.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. *Philosophical Investigations*. 2.ª ed. Oxford: Blackwell, 1958.

WODAK, Ruth e MEYER, Michael (eds.) *Methods of Critical Discourse Analysis*. Londres: Sage, 2001.

WODAK, Ruth. *What CDA is about* – a summary of its history, important concepts and its developments. Londres: Sage, 2001, p. 1-13.

Anexos

ANEXO A – Declaração de Cusco

Declaração de Cusco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações

Os Presidentes dos países da América do Sul, reunidos na cidade de Cusco, por ocasião da celebração das façanhas libertadoras de Junín e Ayacucho e da convocação do Congresso Anfictiônico do Panamá, seguindo o exemplo do Libertador Simón Bolívar, do Grande Marechal de Ayacucho, Antonio José de Sucre, do Libertador José de San Martín, de nossos povos e heróis independentistas que construíram, sem fronteiras, a grande Pátria Americana e interpretando as aspirações e anseios de seus povos a favor da integração, unidade e construção de um futuro comum, decidimos formar a Comunidade Sul-Americana de Nações.

I. A Comunidade Sul-Americana de Nações se forma, tomando em conta

A história compartilhada e solidária de nossas nações, que desde as façanhas da independência têm enfrentado desafios internos e externos comuns, demonstra que nossos países possuem potencialidades ainda não aproveitadas tanto para utilizar melhor suas aptidões regionais quanto para fortalecer as capacidades de negociação e projeção internacionais;

O pensamento político e filosófico nascido de sua tradição, que, reconhecendo a primazia do ser humano, de sua dignidade e direitos, a pluralidade de povos e culturas, consolidou uma identidade Sul-Americana compartilhada e valores comuns, tais como: a democracia, a solidariedade, os direitos humanos, a liberdade, a justiça social, o respeito à integridade territorial e à diversidade, a não-discriminação e a afirmação de sua autonomia, a igualdade soberana dos Estados e a solução pacífica de controvérsias;

A convergência de seus interesses políticos, econômicos, sociais, culturais e de segurança, como um fator potencial de fortalecimento e desenvolvimento de suas capacidades internas para sua melhor inserção internacional;

A convicção de que o acesso a melhores níveis de vida de seus povos e à promoção do desenvolvimento econômico não pode reduzir-se somente a políticas de crescimento sustentável da economia, mas compreender também estratégias que, juntamente com uma consciência ambiental responsável e o reconhecimento das assimetrias no desenvolvimento de seus países, assegurem uma distribuição de receita mais justa e eqüitativa, o acesso à educação, a coesão e a inclusão social, bem como a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o desenvolvimento das regiões interiores do espaço sul-americano contribuirá para aprofundar o projeto comunitário, bem como para melhorar a qualidade de vida destas zonas que se encontram entre as de menor desenvolvimento relativo.

Seu compromisso essencial com a luta contra a pobreza, a eliminação da fome, a geração de emprego decente e o acesso de todos à saúde e à educação, como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento de seus povos;

Sua identificação com os valores da paz e da segurança internacionais, a partir da afirmação da vigência do direito internacional e de um multilateralismo renovado e democrático, que integre decididamente e de modo eficaz o desenvolvimento econômico e social na agenda internacional;

A participação comum em sistemas democráticos de governo e a uma concepção da governabilidade, sustentada na participação do cidadão, que incremente a transparência na condução dos assuntos públicos e privados e exerça o poder com estrito apego ao estado de direito, conforme as disposições da Carta Democrática Interamericana, em um marco de luta contra a corrupção em todos os âmbitos;

Sua determinação de desenvolver um espaço sul-americano integrado no âmbito político, social, econômico, ambiental e de infraestrutura, que fortaleça a identidade própria da América do Sul e que contribua, a partir de uma perspectiva subregional e em articulação com outras experiências de integração regional, para o fortalecimento da América Latina e do Caribe e lhes outorgue uma maior gravitação e representação nos foros internacionais.

Nossa convicção é no sentido de que a efetivação dos valores e interesses compartilhados que nos unem, além de comprometer nossos Governos, somente encontrará viabilidade na medida em que os povos assumam o papel protagonista que lhes corresponde nesse processo. A integração Sul-Americana é e deve ser uma integração dos povos.

II. O espaço sul-americano integrado se desenvolverá e se aperfeiçoará impulsionando os seguintes processos:

- A concertação e a coordenação política e diplomática que afirme a região como um fator diferenciado e dinâmico em suas relações externas.

- O aprofundamento da convergência entre o MERCOSUL, a Comunidade Andina e o Chile, através do aprimoramento da zona de livre comércio, apoiando-se, no que for pertinente, na Resolução 59 do XIII Conselho de Ministros da ALADI, de 18 de outubro de 2004, e sua evolução a fases superiores da integração econômica, social e institucional. Os Governos do Suriname e Guiana se associarão a este processo, sem prejuízo de suas obrigações sob o Tratado revisado de Chaguaramas.

- A integração física, energética e de comunicações na América do Sul como base do aprofundamento das experiências bilaterais, regionais e subregionais existentes, com a consideração de mecanismos financeiros inovadores e as propostas setoriais em curso, que permitam uma melhor efetivação dos investimentos em infraestrutura física para a região.

- A harmonização de políticas que promovam o desenvolvimento rural e agroalimentar.

- A transferência de tecnologia e de cooperação horizontal em todos os âmbitos da ciência, educação e cultura.

- A crescente interação entre as empresas e a sociedade civil na dinâmica de integração desse espaço sul-americano, levando em consideração a responsabilidade social empresarial.

III. A Ação da Comunidade Sul-Americana de Nações:

A Comunidade Sul-Americana de Nações estabelecerá e implementará progressivamente seus níveis e âmbitos de ação conjunta, promovendo a convergência e tendo por base a institucionalidade existente, evitando a duplicação e superposição de esforços e sem que implique novos gastos financeiros.

Os Ministros das Relações Exteriores elaborarão uma proposta concreta de ação que considere, entre outros aspectos, as reuniões de Chefes de Estado como instância máxima de condução política e as de Chanceleres como âmbito de decisão executiva do processo. Os Ministros contarão com a cooperação do Presidente do Comitê de Representantes Permanentes do MERCOSUL, do Diretor da Secretaria do MERCOSUL, do Secretário-Geral da Comunidade Andina, do Secretário-Geral da ALADI e da Secretaria Permanente da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, assim como de outros esquemas de cooperação e integração subregional. As reuniões de Chefes de Estado e de Chanceleres substituirão as denominadas Cúpulas Sul-Americanas.

O Governo do Peru exercerá a Presidência *Pro Tempore* até a realização da Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações, que se realizará no Brasil em 2005. A Segunda reunião se realizará na Bolívia.

Assinado na cidade de Cusco, no dia 8 de dezembro de 2004.

ANEXO B - Declaração de Ayacucho

Declaração de Ayacucho 2004

1) Convidados pelo Presidente do Peru, os Chefes de Estado da República da Bolívia, da República Cooperativa da Guiana, da República do Panamá, da República do Suriname, da República Bolivariana da Venezuela, e altos representantes da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República da Colômbia, da República do Chile, da República do Equador, dos Estados Unidos Mexicanos, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai participaram dos atos comemorativos dos 180 anos das batalhas de Junín e de Ayacucho, que selaram a independência da América Hispânica e da histórica convocação, de Lima, do Congresso Anfitiônico do Panamá, nas quais se erigem como figuras emblemáticas o Libertador Simon Bolívar e o Grande Marechal de Ayacucho, Antonio José de Sucre.

2) Sobre a base da constatação de uma cultura e história compartilhadas, de uma continuidade geográfica, assim como de um futuro de integração, os Presidentes reiteram os ideais de liberdade, igualdade e solidariedade que sustentaram a luta pela independência de nossos povos.

3) Há trinta anos, desde a Declaração de Ayacucho de 1974, temos progredido na consolidação da vigência dos direitos humanos, dos valores democráticos e do estado de direito, e continuamos empregando nossos maiores esforços para atingir um desenvolvimento econômico e social sustentado que promova, entre outros aspectos, a justiça social, a liberdade, a igualdade, a tolerância e o respeito ao meio ambiente, tomando em consideração as necessidades urgentes dos mais pobres, assim como os requisitos especiais das economias menores e mais vulneráveis da América do Sul.

4) Hoje, no que foi um dos cenários mais importantes da independência da América Hispânica, saudamos a conformação da Comunidade Sul-Americana de Nações que materializa a vontade que os Chefes de Estado manifestaram nas declarações de Brasília, em 2000 e de Guaiaquil, em 2002.

5) Nesse sentido, destacam a importância do compromisso assumido para tornar efetiva a Zona de Paz Sul-Americana e se comprometem a promover uma cultura de paz que torne viáveis sociedades plurais e identificadas com propósitos comuns.

6) Reafirmam seu compromisso com a efetiva aplicação da Carta Democrática Interamericana, adotada em Lima em 11 de setembro de 2001,

e reiteram sua vontade de envidar esforços para fortalecer os mecanismos de sua promoção e defesa.

7) Reiteram a necessidade de concluir os trabalhos, no marco da OEA, para a adoção da Carta Social das Américas, a qual favorecerá a plena vigência dos direitos sociais, econômicos e culturais em benefício de nossos povos.

8) Reafirmam seu pleno respaldo à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e aos avanços registrados nessa iniciativa, em especial no que se refere à "Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010" e à lista de projetos da IIRSA. Nesse sentido, acolhendo proposta formulada na Sexta Reunião do Comitê Executivo, rubricam o mapa que contém os projetos incluídos inicialmente na mencionada Agenda.

9) Reiteram o direito soberano dos Estados de identificar suas prioridades nacionais de segurança, de definir planos e ações a esse respeito, em conformidade com seu ordenamento jurídico e com a plena observância do direito internacional e das Cartas da Organização dos Estados Americanos e da Organização das Nações Unidas.

10) Por outro lado, reafirmam que as condições de segurança cidadã e a necessidade de enfrentar as novas ameaças são indissociáveis do direito ao desenvolvimento econômico e social dos povos. Por essa razão, decidem a realização de reunião sobre segurança cidadã e temas afins, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil, em julho de 2005.

11) Nesse sentido, com vistas a abordar outros aspectos importantes vinculados ao desenvolvimento econômico e social da região, convocam as seguintes conferências:

a) Conferência de Ministros responsáveis pelos programas sociais (segundo trimestre de 2005), com vistas a estabelecer um Plano de Ação Sul-Americano para o Trabalho Digno;

b) Conferência Internacional Especial, em nível ministerial, de países em desenvolvimento com fluxos internacionais substanciais de migrantes (primeiro semestre de 2005, Lima, Peru), com vistas a articular linhas de ação que permitam atender às múltiplas dimensões do fenômeno migratório, tomando em consideração os avanços, iniciativas e recomendações da V Conferência Sul-Americana sobre Migrações, realizada na cidade de La Paz, Bolívia, nos dias 25 e 26 de novembro de 2004.

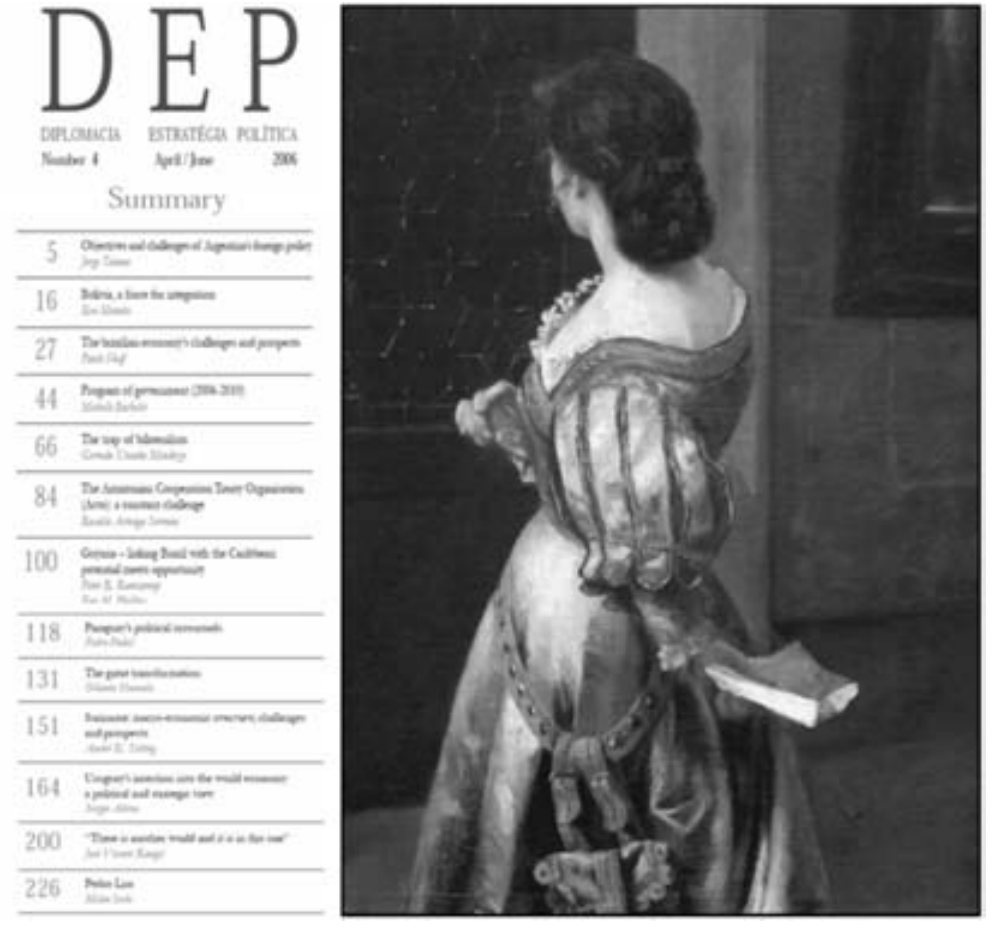
12) Reconhecem o aporte significativo dos Parlamentos regionais na construção do processo de integração e expressam sua satisfação e beneplácito

pela constituição da União Parlamentar Sul-Americana, conformada pelas reuniões conjuntas da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, do Parlamento Andino e de representantes do Congresso do Chile.

13) Os Presidentes e os Chefes de Estado presentes expressam seu mais vivo agradecimento ao Presidente do Peru por suscitar a discussão de temas cruciais para a região, em tão significativo encontro, assim como pela organização da III Cúpula Sul-Americana e pelas atenções recebidas.

Assinada em Ayacucho, no dia 9 de dezembro de 2004.

ANEXO C – Revista DEP



DEP

DIPLOMACIA ESTRATÉGIA POLÍTICA

Number 4 April / June 2006

Summary

5 Objectives and challenges of Argentina's foreign policy
Jorge Taiana

16 Bolivia, a leave the unregistered
Jose Mendez

27 The brazilian economy's challenges and prospects
Paulo Nogueira Batista Jr.

44 Program of government (2006-2010)
Michelle Bachelet

66 The trap of bilateralism
Gonzalo Ciuentes Hiriart

84 The Andean Community Treaty Organization (Arin): a recurrent challenge
Ricardo Arriaga Serrano

100 Germany – linking Brazil with the Caribbean: potential sweet opportunity
Peter E. Hartenstein
Eva M. Muller

118 Passport's political vicissitudes
Pedro Dallari

131 The great transformations
Orlando Fiorenzo

151 Permanent macro-economic structure, challenges and prospects
André E. Lara Resende

164 Uruguay's anxieties over the world economy: a political and strategic view
Jorge Abbot

200 "Times is another world and it is us the one"
Jose Vicente Rangel

226 Perón Live
Alfredo Toriello

Publicada no sítio http://www.funag.gov.br/DEP Número 4 de 3 abril/ junho 2005

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), duo design 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)